

TODO HABITANTE
DE LA REPUBLICA
Tiene DERECHOS A GO
BIEN VIVIENDA DECOROS

**O COOPERATIVISMO HABITACIONAL
POR AJUDA MÚTUA URUGUAIO:
DA PRÁXIS AO MODELO**

CAROLINA GUEDES MACHADO

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

CAROLINA GUEDES MACHADO

**O COOPERATIVISMO HABITACIONAL
POR AJUDA MÚTUA URUGUAIO:
DA *PRÁXIS* AO *MODELO***

**São Carlos
2023**

CAROLINA GUEDES MACHADO

**O COOPERATIVISMO HABITACIONAL
POR AJUDA MÚTUA URUGUAIO:
DA *PRÁXIS* AO MODELO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Versão Corrigida

Área de Concentração: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eulalia Portela Negrelos

São Carlos
2023

AUTORIZO A REPRODUCAO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRONICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

MM149c Machado, Carolina Guedes Machado
O cooperativismo habitacional por ajuda mútua
uruguaio: da práxis ao modelo / Carolina Guedes
Machado Machado; orientadora Eulalia Portela
Negrelos. -- São Carlos, 2023.
154 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação
em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da
Arquitetura e do Urbanismo -- Instituto de
Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo,
2023.

1. Habitação. 2. Cooperativismo. 3. Ajuda Mútua.
4. Uruguai. I. Portela Negrelos, Eulalia, orient. II.
Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidata: **Carolina Guedes Machado**

Título da dissertação: "O cooperativismo habitacional por ajuda mútua uruguaio: da práxis ao modelo".

Data da defesa: **20/10/2023**

Orientadora: Prof^a Dr^a Eulalia Portela Negrelos

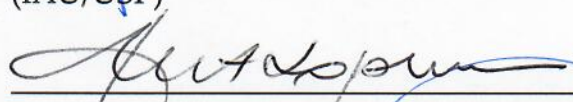
Comissão Julgadora:

Resultado:



Prof^a Dr^a Eulalia Portela Negrelos
(IAU/USP)

Não votante



Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes
(IAU/USP)

aprovada



P/ Prof^a Dr^a Valeria Snitcofsky
(CONICET)

aprovada



P/ Prof. Dr. Flávio Henrique Ghilardi
(Administração Pública em Barcelona)

aprovada

Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: **Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes.**

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que fizeram e fazem parte da minha caminhada até aqui. Das relações pessoais às relações profissionais e acadêmicas, esse percurso só foi possível graças a todos as portas que se abriram, obstáculos enfrentados. Esta pesquisa é fruto do que cada um daqueles que atravessaram meu caminho deixou em mim.

À Eulalia Portela Negrelos, pela orientação assertiva e pela dedicação e apoio acadêmico, emocional e por todo incentivo para me fazer chegar até o fim, atravessando os desafios de uma pesquisa pandêmica ao meu lado. Aos professores do IAU-USP pelos tantos debates construídos ao longo do período em sala de aula e todo o percurso da pesquisa.

Às companheiras de pesquisa do grupo URBIS, em especial à Camila Belarmino, Elisa Zanon e María Alejandra Bruschi pelas longas e intermináveis conversas sobre nossas pesquisas e tantas outras coisas. A todos os amigos que fiz ao longo desses cinco anos de mestrado, Gabriel, Myrna, Luiza, Pedro, Carol e tantos outros, sem os quais a pós-graduação não teria sido um pouco mais leve.

À minha família consanguínea, por absolutamente tudo, mas acima de tudo por nunca deixarem de acreditar em mim. Aos meus pais, por toda liberdade, crença e confiança mesmo quando não entendem. À família que construí em terras são-carlenses, Wanessa, Péricles, Mariana e Murilo, sem os quais eu definitivamente não teria sobrevivido à distância de casa.

À Usina e todos os companheiros, pela oportunidade de ter feito da teoria prática.

Aos que nunca me deixaram desistir e me deram força pra seguir quando eu não tinha mais: Alícia, Fernanda, Maria, Mayara, Andréa, Gibran, Felix, Guilherme e Rizoka.

RESUMO

Esta dissertação trata do cooperativismo habitacional por ajuda mútua no Uruguai e da importância que tem no cenário latino-americano no que se refere a alternativas concretas de produção de habitação para as camadas de menor acesso da população. Da práxis ao modelo se investiga em relação à concepção de um modelo de cooperativismo voltado à produção habitacional, baseado na experiência uruguaia, que se torna uma importante referência para vários países da América do Sul; e além, isso se constata a partir da análise histórica desde experiências cooperativas em meados do século XX voltadas à produção habitacional no país, passando pela criação da FUCVAM (*Federación Uruguaya de Vivienda por Ayuda Mutua*), às problemáticas enfrentadas pelo movimento ao longo de todo o período ditatorial, até o processo de redemocratização no fim do século XX.

Palavras-chave: 1. Cooperativismo; 2. Habitação; 3. Ajuda mútua; 4. Uruguai; 5. FUCVAM

ABSTRACT

This dissertation deals with housing cooperativism for mutual aid in Uruguay and the importance it has in the Latin American scenario in relation to concrete alternatives of housing production for the less accessible segments of the population. From praxis to model is investigated in relation to the conception of a model of cooperativism geared for housing production, based on the Uruguayan experience, which becomes an important reference for several countries in South America and beyond, that can be seen based on the historical analysis since cooperative experiments in the mid-twentieth century focused on housing production in the country, including the creation of FUCVAM (*Federación Uruguaya de Vivienda por Ayuda Mutua*), to the problems faced by the movement throughout the dictatorial period, until the redemocratization process at the end of the 20th century.

Keywords: 1. Cooperativism; 2. Housing; 3. Mutual help; 4. Uruguay; 5. FUCVAM

RESUMEN

Esta tesis aborda el cooperativismo de vivienda por ayuda mutua en Uruguay y su importancia en el contexto latinoamericano en cuanto a alternativas concretas de producción de vivienda para los sectores de menor acceso de la población. De la *praxis* al modelo se investiga en relación a la concepción de un modelo de cooperativismo volcado hacia la producción de vivienda, basado en la experiencia uruguaya, que se ha convertido en una referencia importante para varios países de América del Sur y, más allá, eso se constata a partir de un análisis histórico desde experiencias cooperativas en mediados del siglo XX en la producción de vivienda en el país, la creación de la FUCVAM (Federación Uruguaya de Vivienda por Ayuda Mutua), los desafíos enfrentados por el movimiento durante todo el período dictatorial, hasta el proceso de redemocratización a fines del siglo XX.

Palabras-clave: 1. Cooperativismo; 2. Vivienda; 3. Ayuda mutua; 4. Uruguay; 5. FUCVAM.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Exposição da Habitação Cooperativa	117
Figura 2: Obra temporariamente suspensa	122
Figura 3: Todo habitante da república tem direito à uma moradia decente	122
Figura 4: En defensa de la condición de usuarios	126
Figura 5: Diga NO con su firma	126
Figura 6: <i>Firme por el NO</i>	127
Figura 7: Proclama de FUCVAM	132
Figura 8: Catorce años de solidariedade	133
Figura 9: Notícia em periódico da FUCVAM com a notícia: Em Ipatinga, Brasil. Autogestão: uma alternativa para a habitação	137

LISTA DE SIGLAS

ACJ	Associação de Cristã de Jovens
BHU	<i>Banco Hipotecario del Uruguay</i>
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCS	Centro Cooperativo Sueco
CCU	<i>Centro Cooperativo Uruguayo</i>
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CEVE	<i>Centro Experimental de Vivienda Económica</i>
CIDE	<i>Comisión de Inversiones y Desarrollo Económico</i>
COVICENOVA	Cooperativa Cerro Norte Vanguarda
CTAH	Centro Trabalho para o Ambiente Construído
CUDECOOP	<i>Confederación Uruguaya de Entidades Cooperativas</i>
CVAM	<i>Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua</i>
DINAVE	Divisão Nacional de Habitação
EMAU	Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo
FECovi	<i>Federación de Cooperativas de Vivienda</i>
FENEA	Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura
FTV	<i>Federación de Tierras y Viviendas</i>
FUCVAM	<i>Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua</i>
FUNACOM	Funaps Comunitário
FUNAPS	Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Sub-Normal
HSB	Sociedade de Poupança e Construção de Habitação
INACOOP	Instituto Nacional de Cooperativismo

INVE	<i>Instituto Nacional de Viviendas Económicas</i>
INVICA	Instituto de Vivienda de Chile
MOI	<i>Movimiento de Ocupantes e Inquilinos</i>
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PDC	<i>Partido Demócrata Cristiano</i>
PIT	<i>Plenarios Intersindical de Trabajadores</i>
PT	Partido dos Trabalhadores
SAU	<i>Sociedad de Arquitectos de Uruguay</i>
SELVIP	<i>Secretaria Latino-americana de la Vivienda y el Hábitat Popular</i>
UCC	Universidade Católica de Córdoba
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 COOPERATIVISMO E HABITAÇÃO: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA	28
1.1 Cooperativismo: um sistema de organização da classe trabalhadora	30
1.2 A questão da habitação na América Latina	37
1.3 Cooperativismo e habitação: uma aproximação	51
2 COOPERATIVISMO: UMA EXPERIÊNCIA HISTÓRICA	58
2.1 Breve histórico do movimento cooperativista internacional.....	59
2.2 Cooperativismo e habitação no mundo	67
2.3 Cooperativismo habitacional na América Latina	74
3 URUGUAI: UM PAÍS DE COOPERATIVISTAS	82
3.1 A questão da habitação no Uruguai	83
3.2 Um país de cooperativistas: contextualização do cooperativismo na sociedade e na política uruguaia	92
4 DA PRÁXIS AO MODELO	98
4.1 A definição de uma proposta cooperativa	99
4.2 “Ilhas de liberdade”: a defesa da proposta cooperativa.....	114
4.3 Da <i>práxis</i> ao Modelo: o Cooperativismo de Vivienda por Ayuda Mútua.....	130
5 CONCLUSÕES	140
FONTES	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O ser humano sempre buscou se organizar socialmente em grupos e trabalhar em cooperação com outros. Com o desenvolvimento do sistema capitalista e o aprofundamento da divisão social do trabalho, urge a necessidade da classe trabalhadora se organizar em outras formas que não o modo capitalista de produção e reprodução da vida. Desde o século XVIII intelectuais teorizam sobre outras alternativas de modos de produção, em oposição, algumas vezes críticas, outras mais moderadas, ao modo capitalista.

As ideias sobre a organização da vida e da produção em sistema de cooperação surgem sistematicamente a partir do século XVII concebidas pelos primeiros teóricos utopistas como uma resposta propositiva ao modo que o sistema capitalista vinha se desenvolvendo a partir desse período. No entanto, é no século XIX que se constroem as primeiras experiências cooperativistas documentadas tal como se conhece hoje, como um modo de organização e produção da classe trabalhadora, inicialmente da classe trabalhadora inglesa, estruturada a partir de oito princípios fundamentais até hoje para as organizações cooperativas, independentemente do seu caráter de organização.

Trata-se de um ideário, com valores morais e éticos, princípios, filosofia, experiências sociais concretas e, como todo ideário, foi modificado e apropriado por diferentes formas de pensamento e de organização da vida humana. É, portanto, um conjunto de ideias que pretende ser um instrumento de transformação da realidade histórica existente e de ruptura com o *status quo*, uma alternativa ao modo de organização da produção e do trabalho no mundo capitalista.

Antes de apresentar o que se pretendeu com esta pesquisa, faz-se necessário compreender de que lugar fala a autora. O primeiro contato com a ideia de um modo de organização de produção através de processos participativos, inseridos no contexto da produção habitacional para as classes de menor poder aquisitivo, através de autogestão, cooperação e ajuda mútua aconteceu em dezembro de 2013, no segundo ano da graduação em Arquitetura e Urbanismo. Havia sido formado, a partir

da gestão estudantil, o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) Solar¹, formação da qual fiz parte no grupo de estudantes que fundou o projeto na Universidade Estadual do Maranhão. Dentro da rede de contatos inicialmente construída, foi iniciado o diálogo com arquitetos que, na ocasião, eram membros ativos da Usina², entidade à frente do projeto de reassentamento de uma comunidade residente em Açailândia, município do interior do Maranhão, o bairro Piquiá de Baixo³.

Do contato construído com profissionais da Usina, organizou-se uma reunião com os membros do EMAU Solar para a apresentação do projeto desenvolvido para o reassentamento do Piquiá de Baixo. Na ocasião, foram abordados os métodos de concepção de projeto participativo, expostas imagens do projeto do novo conjunto, explicando brevemente sobre o modo de atuação da Usina, dentre outras questões. Considerando a escassa abordagem de outras formas de provisão e produção de habitação para as classes menos favorecidas economicamente dentro da sala de aula, o EMAU Solar teve um papel fundamental na minha formação em Arquitetura e Urbanismo. Através das vivências construídas coletivamente com movimentos sociais de luta por moradia, com outros coletivos de arquitetos e urbanistas e diferentes organizações sociais, pude construir uma visão crítica da atuação profissional de arquitetos e urbanistas e enxergar o papel do profissional de uma nova perspectiva, que entende a importância da arquitetura e do urbanismo para grupos sociais que dificilmente têm acesso ao trabalho desses profissionais. Ao mesmo tempo, essa visão entende a necessidade de processos de produção horizontalizados, que minimizam a hierarquização do poder na mão de técnicos, possibilitam a participação dos futuros usuários em todo o processo e abre precedente para outras formas de

¹ Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo – um projeto da Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura (FeNEA) com princípios participativos. O projeto é uma maneira de inserir estudantes de Arquitetura e Urbanismo num campo de trabalho muitas vezes negligenciado, atendendo a comunidades ou grupos organizados que tenham acesso ao trabalho de um arquiteto urbanista.

² Usina - Centro Trabalho para o Ambiente Construído (CTAH) é uma OnG que presta serviços a grupos organizados na produção de habitação e ambientes de educação, saúde, lazer, dentre outros. O grupo atua principalmente nas periferias e na Região Metropolitana de São Paulo e foi organizado no início do governo do Partido dos Trabalhadores (gestão Luiza Erundina) em 1989 na cidade de São Paulo.

³ O Piquiá de Baixo é um bairro localizado na zona industrial do município de Açailândia, no interior do Maranhão, que sofre com violações de direitos humanos, denunciadas inclusive pela Comissão Internacional de Direitos Humanos da ONU, resultantes da insalubridade devido às indústrias de ferro gusa instaladas na região. A comunidade apresenta um histórico de luta por reassentamento desde o início dos anos 2000.

conhecimento dentro do canteiro de obras para além daquele dominado pelos técnicos.

Os encontros e trocas que se deram a partir da vivência no EMAU Solar foram cruciais, talvez o mais importante fator que determinou o início da caminhada acadêmica sobre os processos participativos e coletivos para a produção habitacional. Dessa experiência, foi concebido o tema do meu Trabalho Final de Graduação, intitulado “Arquitetura e autogestão: estudo sobre a atuação da Usina CTAH na produção habitacional autogerida”. O desenvolvimento desse trabalho levou a reflexões e questionamentos fundamentais para a construção do projeto de pesquisa que guiou o trabalho apresentado nesta dissertação, dentre eles: como processos brasileiros apresentavam características semelhantes aos de outros países da América Latina?; de que maneira os movimentos sociais de luta por moradia se organizavam e quais as relações entre esses movimentos em diferentes países do continente?; qual o impacto do modelo uruguaio de cooperativismo adotado pela FUCVAM, na produção habitacional por autogestão e cooperativismo na América Latina, e principalmente nos países da América do Sul?

Do ponto de vista da realização de pesquisas, o estudo da habitação nos campos da arquitetura e do urbanismo tem solo fértil entre pesquisadores brasileiros, tanto do ponto de vista arquitetônico e urbanístico, quanto da compreensão teórica e histórica dos processos. Tendo em vista que esta pesquisa lança um olhar para outros modos de produção habitacionais, para a organização social da classe trabalhadora, problematizando fundamentalmente o modo de produção capitalista da habitação, uma das motivações para o desenvolvimento do trabalho, para além das questões pessoais, foi entender a pesquisa como uma contribuição à historiografia da habitação, sobretudo na América Latina, produzida no Brasil, no que se refere aos modos de produção da habitação; por conseguinte, sobre modos de produção participativos e autogestionários, o que explica, portanto, a escolha do objeto, que carrega em si uma representação significativa de organização das classes sociais de menor acesso econômico latino-americanas em torno da questão da habitação.

Quando se fala de produção habitacional para camadas mais pobres da sociedade e dos modos de produção dessa habitação na América Latina, que, em alguma medida, tenta desprender-se do modo tradicional de produção capitalista através de modelos

que já possuem algum nível de organização e de sistematização de uma prática – em alguns casos há inclusive reconhecimento legal dessas práticas –, o cooperativismo habitacional por ajuda mútua uruguaio geralmente é apresentado como pioneiro e, conseqüentemente, como uma referência para vários países latino-americanos.

Como já mencionado, não se trata de um tema desconhecido nos campos da arquitetura e do urbanismo, ainda que se considerem insuficientes as pesquisas sobre o tema. Nessa direção, há dois trabalhos que são fundamentais e bastante norteadores para compreender a importância do processo em constante construção no Uruguai de mobilização da classe social que encontra dificuldades ou impossibilidades de acesso à habitação.

O primeiro deles, que trata da relevância do modelo uruguaio e da *Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua* (FUCVAM) no Brasil, intitulado “O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha”, de Baravelli (2006), discorre sobre o papel fundamental do modelo uruguaio de cooperativismo habitacional por ajuda mútua na construção de um movimento de luta e de transformação social ocorrido em São Paulo. O que se destaca nessa obra é a forma cuidadosamente delineada sobre o papel que a circulação de ideias tem na construção de processos, sintetizada na apresentação de um modo de produção – e aqui, trata-se de um sistema de organização social, que vai desde a luta de uma classe pelo direito à moradia até a organização e trabalho no canteiro de obras, estendendo-se até, e especialmente, ao modelo de propriedade adotado. Baravelli (2006) aborda como um filme, trazido pelo engenheiro Guilherme Coelho, apresentado a um grupo de pessoas que estavam em processo de organização e luta por moradia, pôde somar ao processo, ao modo de entendimento daquelas pessoas sobre outras formas de produção da habitação – tanto para futuros moradores, quanto para técnicos – e se traduziu em implicações importantes para o movimento de luta por moradia em São Paulo e, em certa medida, no Brasil.

O outro importante trabalho que trata do tema reforça a relevância do processo uruguaio no cenário latino-americano, trabalho nomeado “Luta por moradia e autogestão em Buenos Aires: da crise à construção popular do hábitat”, de Lazarini (2014), que aponta também para o papel do cooperativismo uruguaio como uma

experiência modelo para movimentos organizados de outros países. A obra disserta sobre a “questão habitacional pós-crise de 2001 na cidade de Buenos Aires, Argentina, com enfoque na produção auto gestionária do hábitat pelos setores populares organizados, com recursos do Estado” (LAZARINI, 2014, p. 14 e, nesse horizonte, a autora expõe brevemente a relação do cooperativismo praticado pelo *Movimiento de Ocupantes y Inquilinos* (MOI) com o cooperativismo uruguaio.

Outro aspecto abordado pela autora, que corrobora com a ideia de que o cooperativismo habitacional por ajuda mútua uruguaio aparece como um modelo, ou ao menos como um modo referenciável de organização e trabalho para a construção do movimento argentino, encontra-se na afirmação de que técnicos argentinos de Buenos Aires se referenciaram no cooperativismo uruguaio, que se deu especialmente pelas formas organizativas, de produção e do modo de propriedade da terra, “autogestão, ajuda mútua e propriedade coletiva.” (LAZARINI, 2014, p. 102 Na obra, Lazarini faz alusão ao convite feito pelo Padre Pichi⁴ para conhecer cooperativas uruguaias organizadas a partir da FUCVAM no início da década de 1990. Por conseguinte, Lazarini (2014) menciona o encontro organizado em comemoração aos 20 anos da FUCVAM, marco para as organizações de luta por moradia de diversos países da América do Sul, entre eles Brasil, Argentina e Uruguai, em que expressamente a experiência uruguaia de produção habitacional por cooperativas de autogestão e ajuda mútua representava uma orientação às organizações dos demais países.

As duas obras citadas anteriormente serviram de norte para a construção desta dissertação, especialmente por apresentarem de maneira aprofundada a produção de habitação através de processos autogestionários em dois países distintos – Brasil e Argentina – e o papel exercido pelas ideias advindas do modo de produzir habitação desenvolvido no Uruguai, através do trânsito de ideias que, inclusive, ultrapassou as barreiras nacionais. Os dois trabalhos foram base para a construção da hipótese de que essa produção uruguaia de habitação através do cooperativismo por ajuda mútua

⁴ Padre José Maria Pichi Meisegeier, segundo Lazarini (2014, p. 101) foi quem “deu continuidade às realizações ligadas à luta por moradia do sacerdote Carlos Mujica (ambos ligados à Teologia da Libertação).”

transformou-se, da *práxis* ao modelo, e que parte desse processo se deu através do trânsito de ideias entre organizações e movimentos sociais em toda a América Latina.

Dessa maneira, entendeu-se, então, a necessidade de ampliação da compreensão sobre esse modo de produzir habitação para além das pesquisas produzidas no Brasil, até mesmo para que fosse possível entender como autores uruguaios, ou autores que desenvolveram obras especificamente sobre o cooperativismo de habitação uruguaio, abordam o tema, para que fosse possível uma análise da construção da ideia de que essa prática se tornou um modelo.

Como seguimento à construção das referências centrais, há algumas obras fundamentais para o entendimento do processo cooperativo habitacional no Uruguai; dentre elas, destaco três, que apontam para a importância das ideias na consolidação do modelo uruguaio e do trânsito de ideias entre outros países da região. A primeira delas é a obra *Las cooperativas de vivienda por ayuda mutua uruguayas: una historia de quince mil protagonistas*, um compilado de textos de diferentes teóricos, pesquisadores e militantes do movimento cooperativista de habitação uruguaio organizado por Benjamin Nahoum (1999).

O livro reúne textos que contam a trajetória das pessoas, das organizações e das ideias que, amalgamadas, compõem a trama que possibilitou o cooperativismo uruguaio produzir habitação através da ajuda mútua. Trata desde os antecedentes, apresenta ao leitor acontecimentos e personagens que construíram e inauguraram o processo, o modo de organização dos trabalhadores em cooperativas – organização social e gestão, bases jurídicas, princípios cooperativos –, o sistema e a tecnologia desenvolvidos e adaptados ao trabalho dos cooperativistas. A obra aponta também para a importância do nascimento e da consolidação da FUCVAM enquanto entidade organizativa e representativa dessas cooperativas, o lugar do Estado nesse processo, o papel da sociedade civil e a ampliação do modo de organização cooperativo para outros âmbitos da vida social dos envolvidos. De modo geral, o livro é uma espécie de compêndio de todo o processo construído pela classe trabalhadora uruguaia, fruto da organização e luta dessa classe a partir da necessidade de moradia, ampliada a todas as esferas da vida, ao passo que essa classe se entende enquanto parte de um processo transformador da realidade que a envolve, especificamente através do

cooperativismo e da ajuda mútua, traçando uma trajetória do movimento ao longo do século XX.

Dentre os textos compilados vale destacar o capítulo 1, denominado “*Los antecedentes*”, de autoria de Benjamim Nahoum. Nahoum faz parte da história do cooperativismo habitacional uruguaio por sua participação e atuação política, tanto em instâncias públicas quanto em movimentos e organizações sociais, além da atuação acadêmica. No texto, Nahoum (1999) elucida a transformação do modo de produção de habitação das classes menos favorecidas, considerando a autoconstrução individual como sendo a primeira fase – de onde parte para a transformação do modo de produção para um modo sistematizado –, demonstrando o caminho percorrido até que se tornem possíveis as experiências pioneiras de cooperativas por ajuda mútua.

Segundo Nahoum (1999, p.25, tradução nossa), “as cidades uruguaias, e particularmente a capital Montevidéu, cresceram através da autoconstrução” e, ainda que sob essas condições, esse processo não ocorreu da mesma forma que em outros países latino-americanos, com uma explosão das cidades, mas de forma gradual, e muito disso se deve aos regimes políticos vigentes no país na primeira metade do século XX e até o início da década de 1960. Para Nahoum (1999, p.25, tradução nossa) “trata-se de um país de auto construtores.”

Há dois aspectos que fundamentam o início da experiência cooperativa para a produção habitacional através da ajuda mútua: o primeiro deles é a marcante presença de imigrantes – especialmente espanhóis e italianos – na formação da população uruguaia que, segundo Nahoum (1999, p.26) “*abundan los ‘siete oficios’*”, ou seja, aqueles que precisaram aprender um pouco de tudo para sobreviver em seus novos países e que “não é de se estranhar que esses homens e mulheres não se amedrontariam frente à necessidade de construir seu teto baseando-se em sua própria força de trabalho, somada à de familiares e amigos.” (NAHOUM, 1999, p.26, tradução nossa). O segundo aspecto diz respeito à crise que o país enfrentou nas décadas de 1950/60 e que significou um enfrentamento de crise também no setor de construção de habitação. Dadas as circunstâncias, Nahoum (1999) considera que “uma nova forma organizativa é chamada a se mostrar, então, para recorrer àquelas tradicionais, implementando-as e tornando-as mais eficientes: as cooperativas habitacionais por ajuda mútua.” (p.27, tradução nossa)

Para o autor, o novo modelo organizativo surgido tornou-se possível através da “simbiose de uma forma organizativa, a cooperativa, e uma modalidade de trabalho, a construção por ajuda mútua.” (NAHOUM, 1999, p.27, tradução nossa). O que o não é tratado no texto é de que maneira se deu essa “simbiose”, o autor não aborda como a classe trabalhadora, movimentos sociais e técnicos se organizaram e chegaram a esse modelo, qual a relação dessa prática com o modo de organização das cooperativas já existentes no Uruguai desde o início do século XX e qual a relação entre aqueles que deram o ponta pé inicial através das experiências-piloto com os movimentos sociais de luta por moradia, o movimento sindical, as organizações políticas, o Estado.

A segunda obra fundamental à compreensão do processo de consolidação do *cooperativismo de vivienda* no Uruguai, intitulada *Una historia de FUCVAM*, de Gustavo González (2013), traz de maneira rica e detalhada a história da FUCVAM, história essa que se confunde com a história da vida política do autor, narrada na obra. Logo no prólogo, escrito por Raúl Zibechi, trata-se da importância de se contar a história de uma perspectiva contra hegemônica, sob a ótica daqueles que fizeram – e fazem – a resistência e o enfrentamento às forças hegemônicas. Dentre as questões elencadas por Zibechi (2013) como necessárias destacar, o que salta aos olhos é a questão da internacionalização presente na história do cooperativismo habitacional uruguaio que, através do Centro Cooperativo Uruguayo (CCU) inicialmente, buscou referências em práticas estabelecidas tanto em organizações sociais quanto em comunidades tradicionais latino-americanas – Zibechi (2013, p.9, tradução nossa) fala que “a ajuda mútua foi inspirada também pelas comunidades aymaras do lago Titicaca”, na Bolívia.

Como indicado anteriormente, a obra mescla a história da FUCVAM com a trajetória de militância e atuação política de Gustavo González inseridas no contexto político nacional, principalmente a partir da década de 1960, fazendo alusão a momentos de êxito do campo da esquerda – como por exemplo os primeiros anos que sucederam a promulgação da Lei 13.728/1968 (*Ley Nacional de Vivienda*) – e a momentos de derrota desse espectro político, períodos de intensa disputa política e forte repressão e violência com grupos organizados contra o governo.

Apesar da aproximação com a temática política, o autor optou por uma narrativa transversal, que atravessa todo seu texto, tanto no âmbito da vida pessoal quanto do movimento social, pois, segundo González (2013), não poderia “ser a história de um só ator social como a FUCVAM, porque ela é produto justamente da construção, do debate, da síntese de um agrupamento de atores da vida política do país que fizeram o cooperativismo habitacional por ajuda mútua” (p.12, tradução nossa), tendo em vista tratar-se de um período na história uruguaia em que se contava com um “alto grau de politização da classe trabalhadora” (p.43, tradução nossa) Assim, os escritos de González narram a história a partir da década de 1960, sem se ater a possíveis relações do nascimento da FUCVAM com cenários anteriores da política do país.

González busca contextualizar de maneira aprofundada a conjuntura política dos anos 1960 no Uruguai, dando realce às movimentações e organizações da classe trabalhadora, abordando as disputas e enfrentamentos políticos do período, como as contradições do movimento sindical e a presença de organismos internacionais interferindo nas políticas nacionais. O movimento sindical, com presença marcante no cenário político uruguaio, haja vista a reestruturação e o ressurgimento do movimento na política uruguaia a partir da década de 1930 (SOLANA, 2016), posiciona-se, segundo González (2013), contra a inserção do cooperativismo na *Ley Nacional de Vivienda*, o que caracteriza e aponta a contradição posta nesse período.

González aponta os primeiros passos dados para o nascimento da Federação:

Existe uma tendência nas poucas pesquisas que existem sobre a FUCVAM ou o cooperativismo por ajuda mútua em geral a simplificar sua gênese abordando questões como ‘as cooperativas nascidas nos sindicatos’, o nascimento da ‘FUCVAM e o movimento sindical’. Na realidade tento demonstrar que há particularidades específicas, onde não se pode afirmar com tanta superficialidade, as ‘semelhanças’. Uma coisa é falar da classe que faz nascer a FUCVAM, outra coisa é querer associar o nascimento da FUCVAM com a influência do movimento sindical. (GONZÁLEZ, 2013, p.46, tradução nossa, aspas no original)

Vale destacar os sujeitos envolvidos no processo de construção e consolidação da prática cooperativa para a produção habitacional no Uruguai, especialmente com a inserção do cooperativismo na política nacional de habitação. Quem eram esses sujeitos, como estavam organizados – tanto se tratando de organizações e movimentos sociais, quanto instituições do Estado –, quais as práticas tradicionais em

relação às ideias revolucionárias, perpassando discursos consolidados com apoio de organismos internacionais capitalistas, um Estado governado pela direita, em um período de pretensão “combate ao comunismo” na América Latina; todos esses fatores somados – e em ostensiva contradição e em disputa – conformaram um modelo que decorre da prática cooperativa, baseado, em teoria, em um determinado modo de produzir a casa, de conceber conjuntos, bairros – e por que não a cidade? –, de gerir os espaços e, inclusive, a organização social, política, o trabalho e o modo de vida dos cooperados através da coletividade. Tal prática, se não pode ser considerada contra hegemônica em toda sua dimensão – se tomado o contexto em que se insere –, sem dúvidas trata-se de uma alternativa possível e com potencial transformador ao menos para pequenos grupos da sociedade, os quais se encontram em condições socioeconômicas que obstaculizam possibilidades de emancipação social se inseridos na lógica capitalista.

Em continuidade, González (2013) alude ao fato de que é a partir da organização e estruturação das cooperativas no país que o modelo para a produção habitacional nasce, mesmo que, ainda assim, não seja correto afirmar que se trata da luta da classe trabalhadora em sua totalidade, muito menos que foi impulsionado e apoiado pelo movimento sindical, e que “seu nascimento é quase de laboratório.” (p.47, tradução nossa), referindo-se à importância e o papel central dos técnicos do CCU na conformação do cooperativismo *de vivienda*, especialmente devido à inserção na Lei 13.728 e no *Fondo de Vivienda*, que sem dúvidas foram fundamentais para a conformação do modelo e para o movimento cooperativo por ajuda mútua.

Em relação à ajuda mútua, dentre os fatores que condicionam essa prática no Uruguai e que fizeram com que o modelo uruguaio se tornasse referência para outros países latino-americanos, como modo de organização do trabalho, segundo González (2013, p.47, tradução nossa) “não cabe dúvidas que ajuda mútua como tal é uma ‘*gauchada*’ sistematizada”, termo usado para designar o modo de trabalho dos gaúchos uruguaiois, as “práticas solidárias de homens do campo” (p.47, tradução nossa), sistematizada por se tratar de um modo de trabalho “muito mais completo e científico em seu modo de agir” (p.47, tradução nossa), em comparação à autoconstrução, que acontece através da solidariedade e dos laços familiares e de amizade, sem a consciência política e o acesso à orientação de técnicos.

Isto posto, sabe-se que no processo de acúmulo de referências de modos de produção e organização do trabalho promovido pelos técnicos do CCU para as primeiras experiências do cooperativismo por ajuda mútua no Uruguai promovidas pelo Centro, representadas pelas experiências-piloto que antecederam a *Ley Nacional de Vivienda*, buscaram-se experiências pioneiras e tradicionais dos povos latino-americanos, e para além das fronteiras da América Latina, relativas ao cooperativismo, à autogestão, à ajuda mútua. Apesar disso, não se pode afirmar precisamente “quantos países concederam elementos interessantes para aqueles técnicos que estavam gerando ideias” (GONZÁLEZ, 2013, p.47, tradução nossa); além disso, não é abordado na obra em que medida os trabalhadores envolvidos nos processos dessas experiências-piloto, partindo do pressuposto que havia algum nível de organização nos grupos em questão, contribuíram para a conformação do modelo de cooperativismo por ajuda mútua, haja vista que trata-se de uma construção em via dupla – e não uma imposição dos técnicos aos cooperados.

No ano de 1964 o CCU realiza cursos de desenvolvimento do cooperativismo em geral, dos quais participam mais de 200 pessoas de diferentes países. Posteriormente, Sarachu⁵, seguindo o trabalho que os participantes dos cursos teriam que desenvolver em seus respectivos países, conta que ficou fortemente impressionado com uma cooperativa de pescadores do Lago Titicaca [na Bolívia], onde observou pela primeira vez o chamado AYNI⁶. (GONZÁLEZ, 2013, p.48, tradução nossa)

Ainda que González afirme não ser possível mensurar o número de países e experiências com os quais os técnicos do CCU tiveram contato, sabe-se de algumas dessas experiências que doaram elementos à experiência uruguiaia, dentre elas “uma

⁵ Juan José Sarachu foi um dos fundadores do CCU; militante do cooperativismo em tempo integral, trabalhou na *Confederación Uruguaya de Entidades Cooperativas* (Cudecoop), presidiu o *Instituto Nacional de Cooperativismo* (Inacoop), foi presidente da *Reunión Especializada de Cooperativas del Mercosur*, dentre outras importantes atuações em instituições ligadas ao cooperativismo.

⁶ Segundo González (2013, p.48, tradução nossa, aspas no original) “se trata de um sistema econômico social que aymaras e quéchuas praticam para viver em harmonia e equilíbrio pelo bem da comunidade. Nesse sistema há um compromisso com a comunidade de trabalho recíproco e complementar que ainda é usado no trabalho agrícola onde vários membros da comunidade semeiam as terras de um companheiro e este deve pagar seu AYNI semeando as terras das pessoas que trabalharam junto dele semeando as suas. Não é uma ajuda ou um trabalho voluntário, mas uma obrigação da comunidade; é assim que os indígenas aymaras e quéchuas se sentem muito identificados com este tipo de trabalho e o praticam em várias esferas da vida. Por trás de todo ‘trabalho comunitário’ seguem praticando o AYNI há décadas, seja na cidade ou no campo, por mestiços ou indígenas originários.”

visita ao Chile em jornadas organizadas pelo Instituto de Vivienda de Chile (INVICA) [...], a experiência de ajuda mútua e também com caráter de usuários em Maracay, na Venezuela” (GONZÁLEZ, 2013, p.47-48, tradução nossa), além da já citada experiência dos povos aymaras e quéchuas que habitam no Lago Titicaca. Ainda mais, González (2013) lembra que o arquiteto Juan Pablo Terra “faz referência em seus trabalhos ao conhecimento acerca do cooperativismo sueco.” (p.48, tradução nossa)

Dadas as circunstâncias, González (2013) constrói ao longo de sua obra uma rica e detalhada narrativa que delinea os acontecimentos que, em convergência, resultaram no nascimento da FUCVAM, perpassando as experiências-piloto assessoradas pelo CCU – figuradas na obra pela história aprofundada da cooperativa Isla Mala (posteriormente 25 de mayo), em Florida, que possui expressivo significado para a Federação, tendo em vista que a fundação da FUCVAM se deu no dia de sua inauguração –, a promulgação da *Ley Nacional de Vivienda* de 1968, o prosseguimento do cooperativismo para a produção habitacional pós-promulgação da lei, chegando aos enfrentamentos e embates de posicionamentos políticos internos à FUCVAM.

Para compreender a construção narrativa que define o *Cooperativismo Uruguayo de Vivienda por Ayuda Mutua* como um sistema de produção habitacional que excede a construção de casas, defendendo a propriedade coletiva, a solidariedade e a cooperação entre vizinhos e a manutenção do cooperativismo na reprodução social e no trabalho, é necessário analisar a trajetória do movimento cooperativo e dos agentes envolvidos nesse processo desde o período que antecede as experiências-piloto até os encontros organizados pela FUCVAM com outros países com a disseminação do modelo uruguaio. Por isso, esta dissertação trabalha com um recorte temporal que vai desde a década de 1960 até a década de 1990.

Esta dissertação está estruturada em quatro partes: o primeiro capítulo, “Cooperativismo e habitação: uma aproximação teórica”, busca fazer um apanhado teórico-conceitual de cooperativismo, de habitação e a relação entre eles, que vai permear toda a discussão sobre o processo de produção habitacional através do cooperativismo por ajuda mútua praticado no Uruguai.

O segundo capítulo, “Cooperativismo: uma experiência histórica”, visa compreender, através da historiografia, como surge o movimento cooperativista no mundo e como o sistema é disseminado, modificado, apropriado em outros contextos. Nesse capítulo, o leitor é apresentado a um breve histórico do movimento cooperativista, a experiências do século XIX e XX de cooperativismo voltadas à solução de questões da habitação e à prática cooperativa na América Latina, com foco no cooperativismo habitacional.

O terceiro capítulo, “Uruguai: um país de cooperativistas”, está dividido em duas partes. Na primeira faz-se um breve apanhado histórico da questão da habitação no Uruguai, abordando aspectos sociais das condições de moradia e habitação da classe trabalhadora uruguaia e dos marcos legais – programas de governo e políticas estatais – que têm alguma relação com o enfrentamento ao *déficit* habitacional no país até a década de 1960, quando é aprovada a *Ley Nacional de Vivienda* de 1968. Na segunda parte é feita uma análise, a partir da historiografia sobre o cooperativismo no Uruguai, de como surgem as cooperativas do país desde o século XIX, como se dá a difusão da prática e dos seis princípios em todo o país, com um panorama das leis e políticas nacionais voltadas à regulamentação das cooperativas, bem como sua relação com o cooperativismo habitacional.

No quarto e último capítulo, “Da *práxis* ao modelo”, é feita uma análise da concepção do *Modelo Uruguayo de Vivienda por Ayuda Mutua*, dividida em três partes. A primeira parte trata do período compreendido entre meados da década de 1960, contexto em que se organizam e iniciam as operações relacionadas às 3 experiências-piloto coordenadas pelo CCU, até meados da década de 1970. A segunda parte refere-se ao período marcado pelo autoritarismo da ditadura, com a tentativa de enfraquecimento e eliminação do movimento cooperativo e a resistência das cooperativas e dos cooperativistas ao regime ditatorial, da defesa e da luta pela moradia digna, pela proposta cooperativa para produção habitacional. A terceira parte analisa o processo de retomada das produções de conjuntos cooperativos e do processo de intercâmbio de ideias sobre o modelo de *Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua* (CVAM) com países da região, em especial os países da América do Sul, baseado na prática organizativa e produtiva das cooperativas agregadas pela FUCVAM.

Vale registrar que, em decorrência da pandemia da Covid-19, não nos foi possível a pesquisa presencial a acervos, conforme inicialmente previsto, com o recolhimento de depoimentos orais daqueles que fizeram e fazem parte da construção coletiva das cooperativas habitacionais uruguaias, além da impossibilidade de visitas a campo, o que fez com que o percurso desta dissertação tomasse outros rumos.

Há um vasto acervo sobre o cooperativismo uruguaio, em livros, revistas, jornais, projetos e os próprios bairros cooperativos, que são a materialização especializada dessa história. Dentro do amplo universo de possibilidades de fontes sobre o cooperativismo, optou-se, nesta dissertação, pela análise da construção narrativa sobre o Modelo FUCVAM, através de textos acadêmicos, jornalísticos e documentos oficiais, utilizando-se como critérios de escolha: as produções de personagens que fizeram ou ainda fazem parte do processo – de forma síncrona ou assíncrona aos fatos –; materiais jornalísticos e documentos – leis, decretos, acordos de convênios, etc. – do período analisado e que estão disponíveis em bancos de dados, bibliotecas e hemerotecas digitais.

Desta maneira, a pesquisa acabou por priorizar fontes disponíveis em hemerotecas, bibliotecas digitais e acervos digitais, além de algumas obras de autores uruguaios – estes últimos autores e militantes ou profissionais atuantes no movimento cooperativo uruguaio durante o período delimitado – para analisar o sistema de produção da habitação através do cooperativismo e da ajuda mútua praticado no Uruguai.

1 COOPERATIVISMO E HABITAÇÃO: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA

1 COOPERATIVISMO E HABITAÇÃO: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA

O cooperativismo carrega em si diferentes formas de interpretação. Se trata de uma prática que ora é compreendida como um movimento organizado da classe trabalhadora, ora como doutrina, ora como sistema de organização do trabalho e da produção de bens e serviços, ou simplesmente como uma técnica de administração. (PINHO, 1966)

O cooperativismo é um fenômeno social que propõe outra forma de produção e de organização do trabalho em um período de acirramento da luta de classes, decorrente das péssimas condições de trabalho e vida da classe trabalhadora produzidas pelo capitalismo. Costa (2007) afirma que o cooperativismo é, portanto, produto de um determinado período da história do capitalismo, “mais precisamente final do século XVIII e início do século XIX, período no qual o conflito entre capital e trabalhador atingiu o seu ápice.” (COSTA, 2007, p.59)

Se o cooperativismo é entendido como produto de um determinado tempo, que tem como marcador as relações sociais entre classe dominante e classe trabalhadora, é necessário compreender a situação socioeconômica em que vive essa população, os fatores e as condições sociopolíticas que delineiam o processo de organização de uma classe. Nesse sentido, há uma aproximação genuína entre cooperativismo e habitação, uma vez que habitação é o lugar onde a população desenvolve as atividades mínimas para a manutenção e a reprodução social da força de trabalho. (PRADILLA, 1987)

É, portanto, uma ideia que pretende ser um instrumento de transformação da realidade histórica existente e de ruptura do *status quo*, uma alternativa ao modo de organização da produção e do trabalho no mundo capitalista. A utopia do sistema cooperativista reside exatamente na proposta transformadora da realidade histórica social.

Segundo Chauí, “a utopia, ao afirmar a perfeição do que é outro, propõe uma ruptura com a totalidade da sociedade existente.” (2008, p.7) As utopias podem ser vistas a partir da perspectiva de uma “sociedade futura” que busca a “supressão dos elementos negativos da sociedade existente (opressão, exploração, dominação,

desigualdade, injustiça) [...]” (CHAUÍ, 2008, p.7) Sob essa ótica, pode-se vislumbrar o cooperativismo como a representação de um sistema utópico de transformação da sociedade, considerando, pois, a existência da prática cooperativa inserida e apropriada pelo sistema capitalista.

A profunda desigualdade social, somada à possibilidade – as vezes utópica, muitas vezes concreta – de mudança ou melhoria das condições de vida é motor para que a população empobrecida queira reclamar seus direitos, seja através de revoltas e revoluções, seja através de organizações partidárias, sindicais e associativas, seja através de movimentos sociais que lutam coletivamente por uma causa em comum.

É desse encontro, da necessidade de melhores condições de trabalho e urgência de transformação do modo de vida da população empobrecida, visando o bem-estar social, com os ideários que defendem a emancipação social de uma classe, ora como prática revolucionária, ora como alternativa viável que se insere na lógica do sistema, que surgem experiências concretas de organização coletiva da classe trabalhadora no campo e nas cidades. As cooperativas de habitação têm base nessa conformação e, da mesma maneira que outras formas de organização cooperativa existentes no mundo capitalista, possuem contradições inerentes ao cooperativismo: desmonte, deslegitimação e cooptação por parte do poder hegemônico.

O escopo deste capítulo é fazer uma aproximação teórica às questões que permeiam a discussão do processo de produção habitacional através do cooperativismo por ajuda mútua praticado no Uruguai a partir da década de 1960. O capítulo está dividido em três partes: a) cooperativismo: um sistema de organização da classe trabalhadora; b) a questão da habitação na América Latina; c) uma aproximação entre cooperativismo e habitação.

1.1 Cooperativismo: um sistema de organização da classe trabalhadora

A defesa de Marx e Engels para distanciar o ideário socialista de ideias utópicas, em especial a de Engels na obra “Do socialismo utópico ao socialismo científico”, se dá porque, segundo Engels (1984, p.35) “esses novos sistemas sociais [desenvolvidos por teóricos do socialismo utópico] nasciam condenados a mover-se no reino da utopia, quanto mais detalhados e minuciosos fossem, mais tinham que degenerar em puras fantasias.” Para Marx e Engels – e toda uma corrente de marxista que derivam desse mesmo pensamento – as utopias eram consideradas sistemas desenvolvidos através de pura abstração daqueles que as criavam e descoladas da realidade. Para Engels, os socialistas utópicos

[...] substituem a atividade social por sua própria imaginação pessoal; as condições históricas da emancipação por condições fantásticas; a organização gradual e espontânea do proletariado em classe por uma organização de sociedade pré-fabricada por eles. A história futura do mundo se resume, para eles, na propaganda e na execução prática de seus planos de organização social. (MARX; ENGELS, 2005, p.66)

Para Coelho (1981), a crítica de Marx e Engels se assentava no fato de que os programas elaborados pelos utopistas não consideravam, ou mesmo rejeitavam a ação política e ação revolucionária como necessárias no processo de transformação da sociedade tal como estava pensado para o novo modelo de sociedade. A crítica direcionada a proposições reformistas estava relacionada à defesa de que era impossível haver transformações reais na sociedade tendo como base o sistema vigente. Esses ideais utopistas, segundo Marx e Engels (2005), não consideravam a substituição do sistema vigente por um novo sistema, não considerava a extinção de classes, e alguns casos de utopias inclusive, como é o caso da utopia de Fourier, defendia uma nova sociedade dividida em classes, que defendia a existência da propriedade privada, das trocas econômicas tal como se dão no sistema capitalista (COELHO, 1981; GORENDER, 2000; ZWICK, 2016). Engels (1984), que considerava os socialistas utópicos fundadores do socialismo, defendera que as teorias elaboradas por eles refletiam o estágio do desenvolvimento do capitalismo da época em que viveram.

Tratava-se, por isso, de descobrir um sistema novo e mais perfeito de ordem social, para implantá-lo na sociedade vindo de fora, por meio

da propaganda e, sendo possível, com o exemplo, mediante experiências que servissem de modelo. (ENGELS, 1984, p.35)

Para Coelho (1981), a utopia não parte de uma ideia abstrata, “ela parte, sim, de fatores subjetivos produzidos, num primeiro momento, apenas no âmbito do indivíduo” e, num segundo momento “se nutre dos fatores objetivos produzidos pela tendência social da época, guia-se pelas possibilidades objetivas e reais do instante.” (COELHO, 1981, p.9). Em outras palavras, o que Coelho defende é que as utopias nascem das ideias de uma única pessoa, de um pensador, mas que elas só podem ser concebidas num determinado contexto histórico, fruto das lutas de seu tempo.

A afirmação do cooperativismo como um instrumento utópico de transformação da realidade histórica da classe trabalhadora está ancorada nas ideias de Bloch (2018), que defende a necessidade do vislumbre utópico e a preservação de metas em médio e longo prazos, a serem alcançadas por aqueles que acreditam na possibilidade de transformação da sociedade, o que o historiador chama de *utopias concretas*, aquelas que estão aliadas à realidade e às tendências históricas nas quais foi pensada. Para Bloch (2018), as utopias são ideias que pertencem a grupos sociais preocupados em minar o sistema e deflagrar, ou ao menos preparar terreno para a transformação de um mundo melhor, de uma sociedade melhor.

Gorender (2000) trata das utopias possíveis, em muito embasado pela defesa de Bloch de uma nova forma de entendimento do termo. Para o autor, o termo *utopia* foi tomado pela esquerda, incluindo marxistas, como uma forma de apropriação e de lhe conferir novo significado, com conotação positiva e propositiva. “O que se pretende dizer é que a luta pelo socialismo só avança se nos fixarmos um objetivo utópico” (GORENDER, 2000, p.8). Segundo o autor, “a expectativa de um ideal revolucionário não pode ser postergada para além da vida do revolucionário” (GORENDER, 2000, p.16). Esta perspectiva dá um novo sentido ao termo *utopia*. “O projeto utópico entra no campo das possibilidades. Por isso, faz-se referência a utopias possíveis.” (GORENDER, 2000, p.8). Como afirma Lefebvre (2001, p.110), “atualmente, quem não é *utópico*? [...] Todos são utópicos, inclusive os prospectivistas, os planejadores que projetam a Paris do ano 2000, os engenheiros que fabricaram Brasília, e assim por diante!”.

As ideias utópicas podem ser consideradas um dos primeiros alicerces do sistema cooperativista moderno. Nos falanstérios de Fourier, a nova sociedade vivia de forma coletiva, a vida e o trabalho eram regidos por princípios de cooperação e autoajuda; para Saint-Simon, que defendia um ideal socialista baseado no cientificismo e na tecnocracia, junto à ideia de uma sociedade industrializada, a ideia de uma sociedade industrializada, com sistema de produção planificada, o que tem influência nos ideários cooperativos está diretamente relacionado à relação do ser humano com o trabalho na nova sociedade proposta por ele, “princípio motor das sociedades industriais assentado na participação e cooperação pacíficas” (ZWICK, 2016, p. 21); a experiência de Owen em New Lanark, especialmente no âmbito da educação das crianças, filhos dos trabalhadores da fábrica, e a elaboração de princípios cooperativos, a defesa pela abolição da propriedade privada; todos aspectos cruciais presentes nas teorias utópicas e que ajudaram a fundar o cooperativismo tal como é conhecido.

As ideias dos utópicos inauguraram uma sustentação teórica ao cooperativismo, pensado por eles não apenas para fins práticos e instrumentais imediatos, mas via modelos ideais ou coo paradigmas a serem universalizados no contexto de uma mudança geral da sociedade. (ZWICK, 2016, p.26)

Em Saint-Simon, filósofo e economista francês do século XVIII, a mesma idéia é adaptada para o contexto Iluminista. Aqui o “rei-filósofo” é substituído por cientistas e industriais, identificados como as novas classes funcionais da sociedade, em contraposição ao clero e à nobreza. A nova visão de mundo tenderia a valorizar a *techne* dos produtores reais de riqueza, ou seja, os cientistas, engenheiros e empreendedores, em detrimento da *techne* teocrático-militar dos guerreiros, senhores feudais e eclesiásticos. Saint-Simon defendia o que se convencionou chamar de substituição do “governo dos homens” pela “administração das coisas”. (LELLO, 2010, p.20, aspas no original)

Etimologicamente, a palavra cooperativismo deriva de cooperar, palavra com origem no latim *cooperari* (*cum* e *operari*), que em linhas gerais significa trabalhar junto ou em conjunto. Nesse sentido, é fulcral entender que há diferença entre a ação de cooperar, o cooperativismo e as cooperativas. Cooperação significa uma ação conjunta para um mesmo fim; cooperativismo diz respeito a um sistema com bases sociais e econômicas e cooperativas são entidades ou instituições formadas por pessoas organizadas em cooperação.

[...] não se pode confundir o ato de cooperar com o cooperativismo, pois, enquanto o primeiro pode ser entendido como qualquer ato ou ação de colaborar com outras pessoas em qualquer formação socioeconômica, o segundo só pode ser entendido como um movimento social que procurou, através da associação, fugir de uma opressão social resultante de um determinado período histórico e de um determinado sistema, ou seja, o capitalismo concorrencial do século XIX. (COSTA, 2007, p.58)

Logo, ao equiparar o cooperativismo ao ato de cooperar e empregar um sentido quase biológico à prática, suprime-se todo o processo social por detrás da formação do sistema cooperativo e de cooperativas, que historicamente representou uma reação da classe operária aos avanços do liberalismo econômico do século XIX. (COSTA, 2007)

O movimento cooperativista moderno emergiu, em conjunção com o capitalismo no início do século XIX, para lhe resistir, atenuando os seus efeitos mais penalizantes para os trabalhadores. Por isso se integrou com naturalidade na galáxia associativa, através da qual o movimento operário se organizou, tendo-se como um dos seus pilares, ao lado dos sindicatos e dos partidos políticos operários. (NAMORADO, 2005, p.2-3)

Sem subtrair a noção de cooperação do processo, uma expressão do modo de vida organizada da espécie humana, expressão essa que significou a sobrevivência do ser humano nos primórdios, como bem coloca Namorado (2005, p. 3), as cooperativas também podem ser consideradas “organizações movidas pelo impulso da cooperação, radicam-se através dele no que há de mais essencial nas sociedades humanas”, é preciso pôr em relevo a origem social, uma vez que há uma ligação direta do movimento operário no modo como as cooperativas se estruturam até hoje, tendo em conta que “esquecer essa marca genética [das raízes no movimento operário] pode significar a subalternização da lógica mais funda da cooperatividade.” (NAMORADO, 2005, p.4)

Dessa forma, o cooperativismo deve ser compreendido como um sistema complexo, que não é apenas um sistema econômico ou tão somente um método de organização administrativa, nem mesmo apenas uma doutrina. Trata-se de um complexo sistema socialmente construído, que inicialmente é organizado pela classe trabalhadora, idealizado e teorizado segundo ideias antissistêmicas ou que propunham a transformação dos modos de produção do capitalismo.

O cooperativismo é, portanto, um movimento social produzido por um determinado período do capitalismo, mais precisamente final do século XVIII e início do século XIX, período no qual o conflito entre capital e trabalho atingiu o seu ápice, e as péssimas condições de vida da classe trabalhadora fizeram com que homens como Robert Owen (1771-1858), Charles Fourier (1772-1837), Benjamin Buchez (1796-1865), Louis Blanc (1812-1882), entre outros, que compunham a corrente socialista utópica, viessem a propor um ideal alternativo ao individualismo (o cooperativismo) e uma organização alternativa à empresa capitalista (a cooperativa). É a partir desses homens que a classe trabalhadora começa a se organizar e a reivindicar melhores condições de trabalho e vida. Daí surgem as associações, os sindicatos, os partidos políticos da classe trabalhadora, e, em particular, as cooperativas. (COSTA, 2007, p.59)

A experiência cooperativa de Rochdale é um marco na consolidação do cooperativismo moderno, primeiro, porque é a partir dessa experiência que se delinea a doutrina cooperativa, com os princípios idealizados pelos cooperativistas de Rochdale; segundo, porque houve um importante processo de internacionalização do modo de organização daquela cooperativa.

A internacionalização do movimento cooperativista foi fundamental para a conformação da prática cooperativa para além dos limites dos países europeus. Ao considerar o cooperativismo uma possibilidade de superação do modo de produção capitalista, pode-se afirmar que, ao se apoiar em princípios tão conservadores como os propostos pelos cooperativistas de Rochdale, já que esses princípios acabam por refletir muito a preocupação das elites com a organização da classe trabalhadora inglesa em cooperativas, ocorre de certo modo a cooptação do ideário pelo poder capitalista. (RECH, 1985)

No caso uruguaio, esse é um aspecto bem evidente. Historicamente, a consolidação do cooperativismo no país passa por esse processo de transformação da base que sustenta o ideário cooperativista. As organizações cooperativas que surgiram no século XIX têm uma relação direta com o movimento anarquista e, ao esbarrarem na burocracia do Estado e em interesses outros, acabaram por suprimir o caráter antissistêmico inicialmente defendido.

No caso específico das cooperativas habitacionais de ajuda mútua, ainda que os movimentos sociais e entidades engajadas na luta por moradia sustentem o discurso de que prezam por autonomia e autogestão, o vínculo com o Estado é um entrave.

“Não estamos descartando a estrutura básica do modelo cooperativista. Estamos colocando em discussão este modelo e suas características [...]” (RECH, 1985, p.25), ou seja, questionando o lugar que ocupa concretamente na transformação social da vida da população empobrecida quanto às possibilidades concretas de superação do modo de produção capitalista.

Há de se destacar um aspecto crucial na discussão sobre o cooperativismo, com fortes contribuições de importantes estudiosos do tema, tendo Piotr Kropotkin (1842-1921) como expoente desse modo de definição, que é a defesa da ideia de um cooperativismo tão antigo quanto natural à espécie humana, como um comportamento natural do ser humano e a correlação com formas de cooperação existentes entre outras espécies do reino animal. Para Walter e Carrapato (1981, p. 26), “o mutualismo é com certeza o princípio do movimento cooperativo.”

Kropotkin, um dos principais teóricos anarquistas do século XIX, que desenvolveu estudos profundos sobre mutualismo, delineou em sua obra *Ajuda Mútua: um fator de evolução* a tese de que a ajuda mútua é o caminho para a evolução das espécies e que a cooperação faz parte desse processo de evolução. Segundo o autor, “a tendência do ser humano à ajuda mútua tem uma origem tão remota e está tão profundamente entrelaçada à toda a evolução da nossa espécie que foi conservada [...], apesar de todas as vicissitudes da História.” (KROPOTKIN, 2009, p. 179) O autor se debruça sobre as diferentes formas de expressão da ajuda mútua ao longo da evolução social da espécie humana, que vai desde a ajuda mútua entre os animais, passando pelos selvagens, entre os bárbaros, na cidade medieval e entre os seus contemporâneos, desconstruindo a ideia defendida pelos evolucionistas de sua época de que a ajuda mútua não está presente na evolução social dos seres humanos.

E toda vez que a humanidade teve de construir uma nova organização social, adaptada a uma nova fase de desenvolvimento, seu gênio construtivo sempre tirou os elementos e a inspiração para o recomeço dessa mesma tendência perene. (KROPOTKIN, 2009, p.179)

Os princípios cooperativos criados pelos Pioneiros de Rochdale, adotados pela Aliança Cooperativa Internacional, são um conjunto de diretrizes que determinam como deve se dar a organização de uma cooperativa. Inicialmente, foram delineados seis princípios e, posteriormente, foram incorporados mais dois. É importante

mencionar que, ainda que esses princípios sejam norteadores, não são fossilizados e doutrinários, já que o cooperativismo é, antes de tudo, uma prática social, que tem raízes na organização da classe trabalhadora, logo, passível de transformação de acordo com o lugar e o tempo em que se dá. São eles:

- a) livre acesso e adesão voluntária, que indica que o movimento deve ser “suficientemente aberto para que as pessoas que queiram participar possam entrar ou sair sem maiores dificuldade”, desde trabalhadores urbanos a pequenos e médios produtores rurais, mas, ainda assim, marcadamente em concordância com o caráter classista do movimento (RECH, 1985, p. 26);
- b) controle, organização e gestão democrática, sendo “uma das mais importantes diferenças entre as cooperativas e as sociedades comerciais, uma vez que nestas últimas as pessoas exercem seu direito de participação de acordo com o capital investido.” (RECH, 1985, p.27);
- c) juros limitados ao capital e estabelece que “as cooperativas necessitam, para começar a funcionar, que os sócios entrem com um capital inicial que é distribuído em quotas-partes.” (RECH, 1985, p.28);
- d) distribuição dos excedentes ou sobras para o desenvolvimento da cooperativa para os serviços comuns entre os sócios na proporção de suas operações, dá às cooperativas a chancela de uma organização sem fins lucrativos. “Nas operações de compra e venda, a cooperativa obtém um excedente [...]. Desse ganho a cooperativa deve retirar as despesas com a operacionalização da comercialização e a sua manutenção.” (RECH, 1985, p.28);
- e) constituição de um fundo para a educação entre os seus membros que trata da obrigatoriedade de aplicação de um percentual de pelo menos 5% do excedente da cooperativa em formação cooperativa para os associados (RECH, 1985);
- f) cooperação entre as cooperativas em âmbito local, nacional e internacional, que defende a ideia da necessidade de integração de diferentes cooperativas para o fortalecimento do movimento como um todo. Assim, Rech (1985) toma o cuidado de pontuar que antes da cooperação entre cooperativas, uma

cooperativa deve pensar em beneficiar seus associados, mas que não se deve perder do horizonte a possibilidade de ruptura das condições de vida em geral. “Assim, atuando em conjunto com outras cooperativas, poderá obter melhor sucesso na construção de uma sociedade melhor.” (RECH, 1985, p.30);

- g) aspiração de conquista ou expansão constante, assinala para a importância do crescimento da cooperativa, não no sentido da expansão de lucros, tendo em conta que as cooperativas são organizações não-lucrativas, mas sim um crescimento de sua atividade e capacidade de alcance de cada vez mais sócios e, conseqüentemente, de maior alcance à comunidade (RECH, 1985);
- h) autonomia que as cooperativas devem ter em relação ao Estado ou a qualquer outra instituição que queira impor seu poder às cooperativas. (RECH, 1985).

1.2 A questão da habitação na América Latina

Todo o processo de urbanização e formação social da América Latina na modernidade é marcado pela precarização e carência habitacional da população empobrecida. Mesmo considerando indispensável as particularidades de cada lugar, sabe-se que o período escravocrata, que marcou o modo de vida da sociedade latino-americana e as condições impostas pelo sistema capitalista na região, é uma marca indelével na história da América Latina e que determina, até os dias de hoje, as formas de vida da população empobrecida.

A primeira metade do século XX para os países latino-americanos é marcadamente um período de intensificação de transformações sociais, de modos de produção e de relações de trabalho, das formas de consumo do sistema capitalista. Conseqüentemente, de crescimento da população urbana, de transformação dos modos de vida, dos modos de construir e habitar as cidades. Nesse período surgem importantes formulações teóricas para a compreensão sociológica sobre a América Latina, pertinentes às relações sociais, econômicas e políticas.

Aqui, toda a reflexão teórica tende a levar a um ponto convergente: o entendimento das condições de vida da população uruguaia e todas as implicações do

encadeamento dos fatos históricos, tendo em conta o lugar ocupado pelo Uruguai no mundo globalizado. No que concerne a esse lugar, fala-se de um país latino-americano, de colonização espanhola e que, salvaguardadas as especificidades (que, sabe-se, determinam muito da história de uma população), apresenta similitudes com a história de países da América Latina, especialmente no que diz respeito às condições socioeconômicas e políticas. Nesse sentido, entender a carência habitacional no Uruguai passa por entender a questão de forma mais ampla, tendo em conta o caráter sistêmico do problema da habitação como consequência do surgimento e desenvolvimento das cidades latino-americanas.

Desde o final do século XIX o “problema da habitação” se tornou um tema primordial no debate político no mundo (JARAMILLO, 2008), tornando-se pauta prioritária para as políticas de Estado. Desta forma, entende-se a importância de problematizar a habitação e as políticas de produção habitacional adotadas pelos Estados Nacionais na região.

Ao propor abordar a questão da habitação na América Latina, é necessário levantar alguns pontos que norteiam essa temática. No primeiro ponto, é basilar que se passe brevemente pela abordagem teórica do que é a habitação, sempre levando em consideração que, numa perspectiva materialista, toda teoria só faz algum sentido se contraposta à realidade concreta, ou seja, a teorização deve ser contraposta a uma prática material.

O segundo ponto fundamental passa pela compreensão do processo social de produção e consumo do habitat e seus modos de produção. O terceiro ponto leva a entender de que América Latina se fala, para o entendimento da categoria “cidade latino-americana”, sem deixar de considerar as particularidades daquele que é o objeto de estudo, os liames da realidade concreta das cidades uruguaias frente a uma visão mais geral.

Para Heidegger (1975), há uma distinção entre o habitar e o habitat, pois este está contido naquele, mas não abrange todas as suas dimensões. Para o autor, habitat quer dizer moradia, casa, o lugar que serve de abrigo. “O habitar vai muito além do habitat, que é um aspecto do habitar, aquele restrito à funcionalidade de morar num espaço definido.” (PÁDUA, 2019, p.484). Habitar carrega em si um sentido mais

amplo, de totalidade, em que é determinado não somente pelo lugar do abrigo, mas também pela dimensão do viver o lugar em que se habita, viver a cidade, de concretização da vida humana e da humanização do ser humano.

Parece que só é possível habitar o que se constrói. Este, o construir, tem aquele, o habitar, como meta. Mas nem todas as construções são habitações. Uma ponte, um hangar, um estádio, uma usina elétrica são construções de não habitações. Essas várias construções estão, porém, no âmbito de nosso habitar, um âmbito que ultrapassa essas construções sem limitar-se a uma habitação. (HEIDEGGER, 1975, p.1)

O habitar contém em si uma noção ampla que abrange a totalidade daquilo que é necessário para a reprodução da vida humana. Ao apresentar essa afirmação sobre o habitar, Heidegger questiona se as habitações trazem consigo a garantia de um *habitar*. Assim, a noção de habitar modifica-se e passa a ser entendida apenas pelo sentido do habitat, da moradia e esta, submetida à condição de mercado. Logo, o habitar é reduzido ao habitat. (HEIDEGGER, 1975; PÁDUA, 2019)

Quando se fala em habitar, representa-se costumeiramente um comportamento que o homem cumpre e realiza em meio a vários outros modos de comportamento. Trabalhamos aqui e habitamos ali. Não habitamos simplesmente. Isso soaria até mesmo como uma preguiça e ócio. Temos uma profissão, fazemos negócios, viajamos e, a meio do caminho, habitamos, ora aqui, ora ali. *Construir significa originalmente habitar*. (HEIDEGGER, 1975, p.2, grifo nosso)

Em outras palavras, o habitar se distingue da ideia de abrigar-se, ainda que este seja um dos aspectos da totalidade. Em contrapartida, ao nos aproximar da realidade concreta da vida em áreas urbanas, é preciso considerar o processo de transformação do espaço em mercadoria e as implicações desse processo e os atravessamentos que ocorrem e modificam a forma como se compreende o habitar, reduzido à moradia, reduzido à mercadoria.

No capitalismo, o espaço se torna mercadoria e, portanto, o habitar se degrada, reduz-se em habitat. Enquanto o habitar [...] é da esfera da obra, o habitat é da esfera do produto. O habitar se degrada em habitat à medida que a riqueza do habitar vai sendo fragmentada em pedaços, quando a vida cotidiana vai se compartimentando em espaços-tempos específicos. [...] Essa transformação se dá com a generalização de uma prática industrial sistematizadora dos espaços e da vida, cuja realização acontece sob a mediação do Estado. (PÁDUA, 2019, p.484)

Quando a produção de moradia se transforma em um processo de valorização do capital, caráter essencial da produção de mercadoria no sistema capitalista, a habitação deixa de ser entendida como parte de um sistema maior que compõe a noção de habitar e passa a ser vista como uma mercadoria produzida a partir do investimento de agentes capitalistas em busca de uma valorização do capital. (PRADILLA, 1987)

Jaramillo (2008, p.19) aponta que “a casa é um bem que contém em si muito valor. Ou seja, efetivamente consome uma grande quantidade de trabalho social. Ao mesmo tempo é um bem durável, que tem uma longa vida útil”, ou seja, a casa não deixa de ser considerada uma mercadoria quando produzida através de autoconstrução e ajuda mútua. Pelo contrário, “a autoconstrução, a princípio, não se orienta a produzir mercadoria, mas um bem de autoconsumo. [...] No entanto, tem-se que ter em mente que a população urbana faz parte de uma sociedade regida pelo mercado”, logo a casa produzida e autoconstruída também se torna um bem rentável. Para Maricato (1982, p.84), “em qualquer lugar em que a habitação é mercadoria e propriedade privada a questão da habitação se identifica com a questão da casa própria”, e que a autoconstrução e a especulação imobiliária têm uma relação estreita, uma vez que “esta atende aos anseios e à necessidade que o trabalhador tem da casa própria, e do pedaço de terra [...]” (MARICATO, 1982, p.89) A autora conclui que “a autoconstrução é a arquitetura possível para a classe trabalhadora, dadas as condições em que se dá a sua reprodução em meio urbano.” (MARICATO, 1982, p.93)

O segundo ponto a ser apresentado é a reflexão sobre a categoria “cidade latino-americana”. É comum que a generalização de processos possa resultar em análises menos aprofundadas daquilo que se busca compreender. Ainda assim, ao se tratar de problemáticas latino-americanas, especialmente quando se fala das grandes cidades da região, é possível fazer aproximações que abracem problemáticas que, dadas as devidas particularidades, são comuns à região, especialmente quando se fala das grandes cidades da América do Sul.

Segundo Gorelik (2005), o que pode ser definido como “cidades latino-americanas” é uma ideia construída a partir da década de 1950 e, nesse sentido, mesmo antes disso a cidade já era uma temática trabalhada principalmente por estudiosos sociais, porém

a cidade ainda estava mais inserida em uma perspectiva de discussão nacional, dando um caráter até modernizador. “A partir da década de 1980, a ‘cidade latino-americana’ deixou de expressar uma realidade teoricamente produtiva, e desde então sua figura encontra-se atravessada por uma ambivalência paralisante entre dois polos opostos.” (GORELIK, 2005, p.114, aspas no original).

Assim, como assume Gorelik, os “apelos à ‘cidade latino-americana’ oscilam entre a necessidade política da identidade e a denúncia, entre o ceticismo acadêmico da diferença e da ponderação.” (GORELIK, 2005, p.115, aspas no original).

Entre as décadas de 1950 e 1970, ao contrário, a “cidade latino-americana” não somente existiu, mas funcionou como uma verdadeira bomba de sucção para uma série de figuras, disciplinas e instituições que estavam conformando o novo mapa intelectual, acadêmico e político do pensamento social latino-americano, em um de seus episódios mais ricos e produtivos. (GORELIK, 2005, p.115, aspas no original)

Dessa forma, é destacável a importância que tem esse período, correspondente à consolidação da ideia de “cidade latino-americana” como “categoria de pensamento e como realidade urbana, social e cultural” (GOLERIK, 2005, p.117), tendo em vista o papel de instituições e intelectuais, em uma conjunção de atores nacionais e internacionais, atuantes nesse processo de implementação de projetos de intervenção, especialmente de ordem urbana, principalmente nas grandes cidades da região.

A “cidade latino-americana” poderia ser pensada, assim, como a peça faltante que permite entender todo esse período como um “ciclo” da imaginação social latino-americana, um ciclo que descreve um arco completo de posições: desde o otimismo modernizador da planificação até sua inversão crítica radical. (GORELIK, 2005, p.117, aspas no original)

Outro fator que esteve presente nas elaborações teóricas sobre a “cidade latino-americana” foi a questão da habitação e, nesse sentido, o “problema de moradia” teve dimensão importante para a época, tendo em conta a produção significativa de propostas para solucionar o “problema de moradia” (GORELIK, 2005), propostas essas que atravessavam as dimensões nacional e internacional, haja vista a presença incisiva de órgãos internacionais, como a CEPAL, na concepção de “soluções” para a

carência habitacional marcadamente presente em todas as grandes cidades da região nesse período compreendido entre as décadas de 1940 e 1960.

Considera-se importante discorrer sobre os debates promovidos por intelectuais ocorridos contemporaneamente, e logo após o período proposto, tendo em vista as discussões sobre o problema da habitação levantadas nesse período. Na América Latina, a pobreza de uma parcela significativa da população está muito relacionada à precariedade e carência habitacional e, por sua vez, ao elevado custo de produção e ao sistema de financiamento que impera no mercado privado de habitação “convencional”, o que torna o acesso à moradia de qualidade dificultosa ou impossível a amplos setores da população (ALTIMIR, 1979), de maneira tal que as cidades são marcadamente excludentes e segregadoras da classe trabalhadora e da população pobre, em uma lógica perversa que se repete até os dias atuais.

Nessa perspectiva, é importante destacar onde se inserem os países latino-americanos na lógica do sistema capitalista, numa realidade de estruturas sociocultural, política e economicamente dependentes da dominação externa de países de poder hegemônico, poderes de dominação esses que perpassam desde o período colonial, em que a integração nacional das economias dependentes nunca foi de interesse, nem das economias colonialistas/imperialistas, nem das classes dominantes nacionais, ainda que países da América Latina nunca tenham tido, de fato, condições estruturais para superar as amarras da dependência imposta por países imperialistas. (FERNANDES, 1981)

Isso corrobora com a compreensão da situação da classe trabalhadora dos países da região; portanto, compreende-se o nível de desigualdade social presente, a institucionalização do poder excludente que, permanentemente, exclui a população das instâncias de poder e decisões e de políticas públicas, no quadro da constante e consciente renúncia da ordem democrática, em que interesses das classes dominantes e, sobretudo, os interesses da dominação externa são postos acima dos interesses reais da população, o que impõe dependência não só econômica (FERNANDES, 1981), e leva a compreender, conseqüentemente, as questões que permeiam o modo de habitar dessa classe.

Dessa forma, o terceiro ponto elencado na tentativa de esquadrihar a discussão sobre a situação da habitação da América Latina diz respeito ao processo de produção e consumo da habitação e os modos de produção. John Turner foi um importante teórico sobre a autoconstrução, abordando em seus escritos sobre a “cidade informal”, com interpretações baseadas na análise da realidade peruana durante década de 1960. Turner (1976) denomina de “cidade informal” áreas urbanas que se desenvolveram de maneira espontânea e desvinculada dos processos formais de produção da cidade. Para o autor, a “cidade informal” é um fenômeno complexo e dinâmico contendo espaços de resistência e criatividade e não deve ser vista como um problema a ser solucionado, mas como parte da cidade que reflete a diversidade, vitalidade e capacidade de organização e de produção

Turner (1976) define a autoconstrução, inerente à “cidade informal” – denominação dada pelo autor para áreas das cidades comumente habitadas pela classe trabalhadora que apresentam precariedades e carências básicas – como um processo de dinamismo e vitalidade e de inovação social, no qual comunidades podem encontrar soluções criativas e colaborativas para suas necessidades. Na visão do autor, a autoconstrução é um processo inerente à produção da cidade, sendo que através da organização autônoma e espontânea, é possível encontrar soluções para satisfazer as necessidades para reprodução da vida.

Em seu escrito “O mito neoliberal da ‘informalidade’ urbana”, Pradilla (1995) critica a ideia de que a economia informal é uma resposta popular, espontânea e criativa ante a capacidade do Estado em satisfazer as aspirações da população empobrecida. Pradilla critica a visão, que considera equivocada, da autoconstrução como uma solução ideal para produção de habitação e não como uma consequência das condições de vida da população marginalizadas nas cidades.

O problema da habitação nos países latino-americanos suscita o interesse de diferentes meios, como o acadêmico, o técnico e o político, tanto nacionais como estrangeiros. (PRADILLA, 1987). Nesse sentido, Pradilla define a habitação, no sentido de lugar onde se habita, como “o suporte material de um conjunto completo de atividades individuais, familiares e sociais [...], necessárias à manutenção e à reprodução ampliada da força de trabalho social” (1987, p. 17, tradução nossa) e aponta que essa necessidade “tem uma definição social na qual atua tanto o nível de

desenvolvimento material alcançado pela sociedade, como o conjunto de valores e comportamentos que, como parte da ideologia dominante, tem sobre a habitação.” (PRADILLA, 1987, p.18, tradução nossa)

Ainda segundo Pradilla (1987, p. 18, tradução nossa), o “aprofundamento da divisão social do trabalho ao longo do desenvolvimento do capitalismo tem implicado um processo permanente e acelerado da mercantilização da habitação” para os países latino-americanos, reafirmando a relação entre produção habitacional para a população pobre e a valorização crescente e constante do capital, tornando essa produção parte essencial da lógica capitalista de reprodução e acumulação de capital.

Como resolver então a questão da habitação? Exatamente como se resolve qualquer outra questão social na sociedade de hoje: pelo equilíbrio económico gradual entre procura e oferta, solução que reproduz constantemente a questão e que, portanto, não é solução. É, porém, certo que já hoje existem nas grandes cidades edifícios suficientes para, com uma utilização racional dos mesmos, se remediar de imediato toda a ‘falta de habitação’ real. [...] (ENGELS, 1984, p.18-19, aspas no original)

“O cerne da solução, tanto burguesa como pequeno-burguesa, da ‘questão da habitação’ é a propriedade pelo operário da sua habitação.” (ENGELS, 1984, p.6, aspas no original). Ainda que Engels em *Para a questão da habitação* esteja falando da situação da classe trabalhadora alemã no fim do século XIX, a lógica que explica a carência habitacional na Alemanha também cabe para entender o problema na América Latina no século XX, ainda que guardadas as particularidades de cada realidade. Nesse sentido, Engels questiona, “mas de onde vem a falta de habitação?” (ENGELS, 1984, p.25) e desenvolve:

[...] ela é um produto necessário da forma burguesa de sociedade; que não pode existir sem a falta de habitação uma sociedade em que a grande massa trabalhadora depende exclusivamente de um salário, ou seja, da soma de meios de vida necessária à sua existência e reprodução [...] a falta de habitação não é nenhum acaso, é uma instituição necessária e, juntamente com as suas repercussões sobre a saúde, etc, só poderá ser eliminada quando toda a ordem social de que resulta for revolucionada pela base. (ENGELS, 1984, p.25)

Frente às condições em que as cidades latino-americanas estavam inseridas, desde o final do século XIX, o problema da habitação tornou-se um tema primordial no debate político (JARAMILLO, 2008), logo uma questão a ser enfrentada pelo Estado, ainda

que historicamente as políticas de habitação propostas apenas tangenciem o problema, sem que sejam formuladas políticas que, de fato, enfrentem a carência habitacional e a precarização da habitação, especialmente nas grandes cidades latino-americanas. Soma-se a isso os “efeitos da crise estrutural que sofre a América Latina acentuando consideravelmente a exclusão de grande parte da população do mercado urbano formal e a crise financeira do Estado” (HERZER; PIZER, 1989, p. 187, tradução nossa), dificultando a produção habitacional na instância pública. Os resultados dessa combinação não teriam como ser positivos: pobreza da maior parte da população residentes nas áreas urbanas, refletida no alto índice de desemprego ou subemprego, nas péssimas condições de trabalho da classe operária, nas carências sociais em geral – falta de acesso à saúde, à moradia de qualidade, à educação, e o reflexo disso tudo é dificuldade de acesso dessa classe à terra urbana e a toda infraestrutura e serviços inseridos nas áreas urbanizadas. (HERZER; PIZER, 1989)

Na prática, a produção acelerada somada ao lento crescimento do mercado real leva a um mercado restrito e, conseqüentemente, ao monopólio do mercado por grandes investidores, o que acarreta a necessidade de redução dos custos da produção, incidindo diretamente na redução dos custos com a força de trabalho. Como consequência desse processo, há a “necessidade constante de ampliação da circulação mercantil, do mercado no qual se realizam suas mercadorias e com elas os lucros”, logo acarretando “redução relativa de outras formas de provisão das ‘necessidades’, tais como a produção para o autoconsumo.” (PRADILLA, 1987, p.22, tradução nossa, aspas no original).

A mercadoria, para continuar seu reinado, esconde o que é e toma emprestado o que não é. Esconde as relações humanas de que é pura intermediária e faz parecer as relações humanas como consequência de sua autônoma movimentação. Adquire ares de independência. O valor, reflexo do trabalho social genérico, se transforma em sua propriedade intrínseca (FERRO, 2006, p.75)

Para Ferro (2006), a relação de uso e de transformação em mercadoria leva ao entendimento de três formas distintas de caracterização da casa, apoiada também nas definições de classe – a casa popular, que corresponde à habitação da classe trabalhadora; a mansão, própria da classe dominante; por fim, o estreito mercado de massa, que corresponde à parte que cabe à classe média, caracterizada pela

produção em massa pelo mercado imobiliário. A classificação desenvolvida por Ferro corrobora as formas de produção habitacional imperantes na América Latina segundo Pradilla (1987), que define a produção habitacional no modelo capitalista em três formas distintas: a) autoconstrução; b) produção manufatureira e; c) produção industrial da habitação.

Na definição dada por Ferro (2006), cada categoria apresentada pode ser definida a partir de um conjunto de fatores caracterizados segundo a produção, os materiais utilizados, a força de trabalho empregada, os tipos de valores impregnados em cada uma delas e as condições de trabalho e vida das classes envolvidas no processo de produção, que são indissociáveis da compreensão no que diz respeito à qualidade do habitat de cada classe social. Ferro também salienta a relação intrínseca entre as condições de classe e de habitar da classe popular com a exploração da sua força de trabalho, condição à qual é submetida pela classe dominante, ao apontar para a relação que a classe dominante mantém como a casa, que Ferro (2006) caracteriza como a mansão, em uma relação de mercantilização já presente desde a produção.

Ao apresentar o processo de transformação da casa em mercadoria, que perpassa a escolha da localização e que, segundo o autor, é necessariamente uma área valorizada, “valorização que não resulta de melhoramentos extraordinários ou da localização economicamente estratégica, mas da garantida seleção da vizinhança” (FERRO, 2006, p.68), Ferro revela onde reside a relação da condição de moradia da classe operária com o modo de morar da classe dominante. “Seguramente, a economia feita na obtenção da casa [da classe trabalhadora] seguirá a redução de seu salário real. É a lei do sistema.” (FERRO, 2006, p.66).

Em resumo, encontramos na casa operária uma exceção aparente ao sistema. A produção, aqui, não é guiada pelo lucro, pelo valor de troca. O seu imóvel é a produção de um valor de uso. Entretanto, o sistema e o modo de produção capitalista estão presentes sob várias outras formas: no fator do valor de uso particular na miséria tornar-se valor de uso social, e aparecer como valor de troca, apontando a existência de mercado de outros miseráveis; na contradição entre ser operário, expressão social de um sistema de produção avançado, e o fato de ter que recorrer, no atendimento a pressões vitais, às formas mais atrasadas, e mesmo reacionárias, de produção; na resultante de sua poupança, o pouco conforto imediato, acarretando desconforto e prejuízo mediatos maiores. A produção aparentemente marginal revela o sistema totalmente incluso. (FERRO, 2006, p.67)

Quando discorre sobre a produção habitacional direcionada à classe média, Ferro (2006) a caracteriza como o estreito mercado de massas, indicando que o recorte feito também se propõe a explicitar um recorte de classe e a relação de condição de classe interdependente. Também demonstra que a construção civil representa um microcosmos do sistema capitalista e parte do processo de produção de massas, mas que, diferente da indústria geral, que se desenvolve cada vez com mais tecnologia, a indústria da construção civil segue um padrão de baixíssimo nível de uso de máquinas e equipamentos e, ainda assim, esses equipamentos são em geral rudimentares e com pouca adaptação ergonômica. A mão de obra não especializada, somada à pouca necessidade – em grande medida propositadamente – de técnicas ainda semelhantes a sistemas manufatureiros de divisão do trabalho no canteiro, torna o trabalho altamente lucrativo.

A divisão do trabalho, mais do que as exigências do produto, segue as conveniências dos produtores próximos. Assim, cada etapa da obra pressupõe outra terminada, os serviços se sucedem no tempo. Há que terminar as tarefas do pedreiro, antes que encanadores e eletricitas entrem na obra. A simultaneidade raramente é possível e as várias equipes se alternam, e cada uma deve completar seu serviço de uma só vez. Ora, daí surgem várias consequências. Em primeiro lugar, o gênero de divisão do trabalho. (FERRO, 2006, p.85-86)

A definição de Flores (2012) para moradia, ao discorrer sobre a produção do habitat, aponta três formas distintas de sua produção que têm como aspecto determinante o agente político principal da produção, primeiro o poder público, como reparador social; o agente privado, como mercadoria; e, por fim, a produção social; como bem de uso e autoproduzido. Assim como Ferro, o autor usa da divisão de classe para determinar o modo de produção capitalista da habitação.

Extrapolando a conceituação de moradia relacionada à classe social, Flores (2012) também aponta para a compreensão a moradia como produto econômico escasso ou como bem social potencialmente abundantes, como elemento importante de análise. Nesse sentido, o autor elenca os aspectos da moradia como produto econômico escasso com a afirmação de que:

A teoria econômica da escassez leva a conceber a moradia como produto escasso que se edifica com dinheiro, ainda mais escasso e fora do alcance da maioria: a habitação entra na competição por recursos limitados que devem se distribuir entre múltiplas necessidades; somente aqueles que têm dinheiro sabem manejá-lo ou

gestioná-lo, podem produzir habitação para vendê-la a terceiros [...]; aqueles que não têm recursos devem economizar para acessar um crédito e eventualmente a um subsídio para adquirir moradia através do mercado. (FLORES, 2012, p. 31, tradução nossa)

No que se refere à habitação como bem social potencialmente abundante, Flores (2012) está se referindo à moradia popular, comumente relacionada à parcela da população que não consegue acessar a moradia através do mercado, podendo ser considerada a “mais abundante e a que usualmente gera, uma vez consolidada, um nível mais alto de satisfação para seus usuários.” (FLORES, 2012, p. 31, tradução nossa) Nesse sentido, o autor afirma que há uma falsa percepção desse modelo de habitação, uma vez que “pode apresentar problemas de funcionalidade e desenho, mas não é nem mínima nem necessariamente precária.” (FLORES, 2012, p. 31, tradução nossa).

Pradilla (1987) define o modo de produzir a habitação nos países latino-americanos em três diferentes formas – como faz Ferro (2006) em sua caracterização da produção da casa no Brasil – que são elas: a) autoconstrução; b) produção manufatureira e; c) produção industrial da habitação.

Para descrever a forma de produção pela autoconstrução, em que “o agente social que produz e consome a habitação é o mesmo” (PRADILLA, 1987, p.22, tradução nossa), o autor indica que o prolongamento do período de construção indefinida depende da “possibilidade de extensão da jornada de trabalho e da capacidade de uso da renda para este fim.” (PRADILLA, 1987, p.22, tradução nossa). Assim, o resultado desse modo de produção é a pouca habitabilidade das edificações, a falta de serviços devido às condições urbanas em que estão inseridas; essas características descrevem bem as favelas, ocupações e loteamentos populares dos países da América Latina, de forma generalizada.

Quando Pradilla (1987) fala da forma de produção industrial, relaciona-a diretamente com a reprodução e a acumulação capitalistas, com a produção em série e o distanciamento entre os agentes sociais envolvidos nesse processo. Assim, pode-se dizer que esse processo de industrialização da produção habitacional tem relação direta com a reprodução da autoconstrução, devido às “condições de sobretrabalho

às quais são submetidas as grandes massas de trabalhadores urbanos.” (PRADILLA, p.28, tradução nossa)

Os requisitos políticos do desenvolvimento capitalista e das relações de classe reaparecem no ‘mundo burguês’. Com uma diferença notória apenas: o elemento político torna-se ainda mais decisivo para os mecanismos de estabilidade e de mudança da ordem social. (FERNANDES, 1981, p.103, aspas no original)

Desse modo, a relação entre Estado e habitação, é definida por Pradilla (1987) como uma das funções do Estado nas sociedades capitalistas: “assegurar as condições gerais para que haja um ‘desenvolvimento econômico e social’, ou seja, a reprodução do capital através da reprodução ampliada da força de trabalho social.” (PRADILLA, 1987, p.47, tradução nossa, aspas no original). No caso da habitação, isso se dá a partir da política urbana e de habitação. Nesse sentido, o autor examina a atuação do Estado através de políticas que promovem a prática da autoconstrução como forma de fazer com que “as camadas mais pobres invistam sobretrabalho resultante da extensão da jornada de trabalho como forma de liberar recursos para serem usados em áreas indispensáveis ao capital e aos consumidores mais ricos.” (PRADILLA, 1987, p.49, tradução nossa). Nesse caso, o autor desconsidera as possibilidades de melhoras significativas, tanto arquitetônicas como urbanas apresentadas por conjuntos habitacionais construídos através de processos baseados na autoconstrução com financiamento estatal.

Para Jaramillo (2008), existe uma pluralidade de formas de produzir habitação na América Latina, considerando que o modo de produção capitalista não é capaz de produzir – e nem mesmo tem interesse – para todas as classes sociais, ou seja, não necessariamente as classes baixas não têm acesso à habitação dadas as suas condições econômicas, mas também não há uma oferta acessível a essas camadas da população. Esse caráter resulta na pluralidade de modos de produzir o habitat que não necessariamente se assemelham ao modo de produção capitalista da casa. Para tentar solucionar essa problemática da habitação das classes de mais baixo acesso – e, como mencionado anteriormente, não necessariamente como solução ao problema da habitação, mas em muito como resposta a problemas econômicos – os programas de financiamento de habitação surgem, segundo Jaramillo (2008), de forma mais generalizada na América Latina após a Segunda Guerra Mundial, processo que teve

significativo papel na reconstrução das cidades europeias no pós-guerra, para os países latino-americanos, esses programas e políticas de Estado voltados para a questão da habitação não cumpriram com o propósito principal.

Nessa perspectiva, Jaramillo (2008) afirma que a “proliferação da autoconstrução” tem relação direta com essa dificuldade assinalada anteriormente de acesso à habitação das classes mais baixas. Resumidamente, quanto mais pobres, maior a dificuldade de acesso por meios do mercado formal e menor o interesse do mercado imobiliário em atender às demandas dessa parcela da população; além disso, como a lógica dos programas públicos de habitação tem mais relação com a solução de crises econômicas do que de fato com o déficit habitacional, a única solução possível para essas pessoas é a autoconstrução.

[...] se torna necessário explicitar precisamente porque, na maioria dos assim chamados ‘movimentos sociais urbanos’, na América Latina, existe uma substantivação da noção de identidade por sua redução à ideia de unidade de interesses, perdendo-se seu caráter relacional. Isto é, a maioria dos analistas tem explicado a reivindicação e o protesto como decorrência de mecanismos identitários, forjado na experiência de carências comuns, que não levam em consideração o outro com quem esses movimentos dialogam, em particular, com os organismos estatais. (NUNES, 1989, p.71)

A dificuldade de acesso à moradia existente em toda a América Latina foi e ainda continua sendo um dos principais fatores de mobilização das classes mais pobres da população. Na primeira metade do século XX essa mobilização pelas demandas relacionadas à cidade e à moradia foram decisivas na política dos países na região, seja a partir de organizações sindicais, seja a partir de cooperativas, seja por grupos organizados por correntes progressistas da Igreja Católica, baseadas na teologia da libertação, que conformaram a organização de movimentos de luta por melhores condições de vida, de trabalho e de moradia. (HERZER; PIZER, 1989) Dessa movimentação popular, foram propostas diferentes formas de solucionar o problema da habitação, cada país com particularidades determinadas segundo o contexto histórico, político e social.

Se, por um lado, os baixos salários e a falta de interesse do Estado tornava as condições de vida da classe trabalhadora precárias, por outro, foi expressivamente importante para a política dos países latino-americanos as primeiras décadas do

século XX, no tocante à organização e consolidação de movimentos sociais urbanos na luta pelo direito à cidade, embebidos de ideias como o cooperativismo e a autogestão – ideias muitas vezes disseminadas por imigrantes europeus ligados a movimentos anarquistas, socialistas e que circulavam entre os países da região, geralmente ligados a sindicatos, movimentos operários e partidos políticos. (HALL; SPALDING JR., 2015).

1.3 Cooperativismo e habitação: uma aproximação

A discussão acerca da gestão coletiva e cooperativa da habitação tem ampla tradição em diferentes correntes ideológicas, sendo tema comum a diferentes correntes de pensamento que almejam a emancipação social e a liberdade concreta da classe trabalhadora. Desde o início do capitalismo e do surgimento de correntes de pensamentos antagônicas ao modo de vida imposto pelo capitalismo aos trabalhadores, a discussão sobre outras formas de habitar a cidade e, conseqüentemente de produzir a cidade – incluindo a produção de moradia – aponta para a necessidade de coletivização dos processos de produção e gestão das cidades, para a necessidade de participação real e ativa da classe trabalhadora, muitas vezes elegendo a prática cooperativa como horizonte possível para esse processo coletivo.

As utopias sempre foram representações da forma como o ser humano, ao longo da história da sociedade, pensou e formulou ideias para modificar a realidade e conjecturar novos modelos de sociabilidade. O entendimento da necessidade de coletivização da vida social perpassou também o modo de habitar as cidades, especialmente a partir dos socialistas utópicos. A exemplo dos falanstérios de Fourier, que podem ser considerados modelos cooperativos de vida, porque perpassam diferentes aspectos da vida, incluindo o morar ou a defesa pela extinção da propriedade privada de Owen, que tira a moradia do âmbito da mercadoria; dando uma dimensão bem ampla do que é habitar – que perpassa todas as esferas da vida, desde o morar, o trabalho, o lazer, etc.

A elaboração de planos e ideários de sociedades coletivizadas, livres da propriedade privada não foi, de forma alguma, uma particularidade dos socialistas utópicos, pelo

contrário, antes e em todo o tempo de existência do capitalismo, diferentes vertentes de pensadores elaboraram sobre a utopia de se viver livre da propriedade.

Segundo Bécquer (1989), as cooperativas de habitação são, em essência, cooperativas de consumidores especializadas, uma vez que seu objetivo é garantir aos associados o lugar de morar. O autor ainda diferencia as cooperativas habitacionais de outras modalidades de cooperativas de consumo uma vez que as primeiras têm como característica, em princípio, a aquisição do produto somente uma vez, o que as diferencia da maioria das cooperativas de consumo voltadas à alimentação, crédito, etc. Ao considerar a cooperativa de habitação na modalidade de consumo, o autor de forma implícita considera a casa como um bem de consumo, modo de compreensão da habitação muito particular do sistema capitalista, dado o seu caráter mercantil.

Em continuidade, Bécquer (1989) assinala duas possibilidades de promoção da habitação a partir do cooperativismo: a promoção privada e a pública, partindo da defesa de que o movimento cooperativo não deve se limitar somente à promoção pública, uma vez que este não está totalmente distante da possibilidade de gerar lucros através da promoção privada. O autor defende que, ambas as modalidades podem contribuir para que “os cidadãos tenham não só o espírito cooperativista, como também um espírito de cidadania e compreendam melhor as tomadas de decisão de maneira coletiva” (BECQUÉR, 1989, p. 15). Na perspectiva do autor, a finalidade de tornar os cidadãos mais cooperativos e que respeitam as decisões democráticas justifica os meios através dos quais a promoção da habitação se dará.

As cooperativas habitacionais são organizações que nascem da união entre a necessidade de acesso à moradia de uma parcela da população com a possibilidade concreta de coletivização do trabalho e da produção de moradia com base no cooperativismo. Assim como as cooperativas são classificadas de diferentes maneiras de acordo com diversos critérios, as cooperativas habitacionais podem ser classificadas de diferentes maneiras, a partir de critérios que determinam como se dá a organização de diferentes cooperativas, mas que têm um objetivo comum, que é a provisão habitacional.

Segundo García (1966), alguns elementos são fundamentais para a existência de uma cooperativa de habitação. Esses elementos são determinantes na compreensão dos diferentes tipos de cooperativas de habitação existentes. García (1966) aborda critérios de classificação referentes ao campo de ação e às vantagens do sistema cooperativo em conformidade com as práticas cooperativas no campo da habitação. Ainda que o autor empregue esses critérios para classificar experiências cooperativas presentes em Buenos Aires, satisfazem à compreensão de cooperativas uruguaias para a produção habitacional.

O cooperativismo de habitação brinda a possibilidade de uma solução vantajosa a grandes setores da população, porém encontra dois obstáculos que travam seu desenvolvimento e o impedem de estender seus serviços aos grupos de baixos níveis de vida, justamente os mais necessitados de moradia: o nível da renda e o custo da produção. (GARCÍA, 1966, p.51-52, tradução nossa.)

Para García (1966), o campo de ação de uma cooperativa de habitação pode ser definido a partir da capacidade financeira dos sócios e das atividades exercidas. Quanto à capacidade financeira dos sócios, o autor aponta para a possibilidade de organização de cooperativas em qualquer nível social, mas, se tratando de cooperativas de habitação, raramente um grupo social que tenha condições de acessar a moradia através do mercado imobiliário formal e individualmente optará por meios cooperativos.

O que implica dizer que a opção pelo cooperativismo é geralmente buscada exatamente pelas camadas da população que têm maior dificuldade de acesso à moradia. E, como foi supracitado, esse aspecto é causa principal das dificuldades em se produzir habitação através de cooperativas, considerando que esses mesmos grupos sociais, os que mais buscam alternativas viáveis à construção de suas casas, possuem ainda mais dificuldade em organizar poupanças ou conseguir crédito em organizações de financiamento e empréstimo de capital para a construção. Por conseguinte, sabe-se que, ao menos nos países europeus destruídos pela Segunda Guerra Mundial, viu-se a necessidade de apoiar a produção de habitação com diferentes medidas que, de alguma forma, contribuíssem para a continuidade da prática cooperativa. (GARCÍA, 1966)

Dessa maneira, as cooperativas, fundadas originalmente para dar solução aos problemas de habitação de setores reduzidos, graças às subvenções e aos financiamentos de fomento – a longo prazo e juros baixos – que cobrem grande parte do custo e ainda a totalidade, foi possível estender seus serviços aos grupos cuja capacidade de poupar é mínima. (GARCÍA, 1966, p. 53, tradução nossa)

O outro aspecto apontado por García (1966) diz respeito às atividades compreendidas por uma cooperativa, sendo o objetivo primordial desse tipo de cooperativas satisfazer a carência habitacional de seus associados. Nesse sentido, García (1966) aponta que há dois problemas fundamentais a serem solucionados: a composição do capital necessário para a construção das habitações e a forma de aquisição das habitações. O autor aborda que para que seja possível solucionar o primeiro problema citado, a organização cooperativa requer a contribuição dos cooperados. Quando se fala de cooperativas formadas por pessoas de baixa renda, é fundamental o acesso a sistemas e programas de financiamento para a construção das habitações. Ainda assim, García (1966) coloca que esse não é o objetivo primordial das cooperativas de habitação, o que leva ao segundo problema supracitado.

Uma cooperativa pode adquirir as moradias através da compra de unidades ou conjuntos já construídos ou através da contratação direta ou por contratos com empresas que trabalhem com produção habitacional. No entanto, é importante reconhecer as vantagens que derivam da execução dos próprios projetos, tanto no que se refere à qualidade quanto ao custo, o que leva muitas cooperativas a se dedicarem à produção. (GARCÍA, 1966). Nessa sequência, o autor discorre sobre as vantagens do sistema cooperativo na produção de habitação a partir de diferentes ordens: econômica, técnica e social.

Na definição proposta por García (1966), as cooperativas de habitação estão classificadas segundo dois tipos distintos: as cooperativas de atuação limitada e as de atuação ilimitada. No caso das cooperativas de atuação limitada, de modo geral trata-se de cooperativas que se organizam com a finalidade de satisfazer as necessidades de moradia dos associados, geralmente de um grupo com número limitado de pessoas. Dentre as desvantagens desse tipo de cooperativa, destacam-se duas: as que dizem respeito à possibilidade de ruptura de novas formas de vida comunitária e à probabilidade de as habitações produzidas serem usadas posteriormente como objeto de especulação, seja com a venda ou aluguel das

mesmas, tendo em vista que uma das características desse tipo de cooperativa é a de adotar o sistema de propriedade privada.

O outro tipo descrito pelo autor são as cooperativas de atuação ilimitada, que buscam solucionar a demanda habitacional organizando-se de maneira a que haja a possibilidade de o grupo de associados ser renovado. (García, 1966). Um fator de interesse nesse modo de organização das cooperativas é a possibilidade de que se cumpram dois importantes princípios do cooperativismo: o de livre acesso e expansão constante e o de desempenhar um papel econômico e social transcendente, tendo em conta que é latente a ampla aplicação da prática cooperativa para outros setores da vida social.

As vantagens apresentadas anteriormente contemplam esse tipo de organização, com destaque para a redução de custos derivada da contratação de serviços e compra de materiais em grande quantidade considerando-se tratar de cooperativas de produção; a possibilidade de estabelecimento de sistemas próprios de poupança organizada pelos e para os associados, de modo que seja fomentada a organização de setores populares de forma coletiva para buscar soluções para as suas próprias demandas sociais; por fim, as condições de criar seus próprios capitais permitindo, através da organização coletiva, o acesso à moradia de qualidade para as camadas mais vulneráveis da sociedade.

Cazères (2008) apresenta a definição de uma cooperativa de habitação baseado no texto da lei 13.728/1968, legislação uruguaia que, entre outras normativas, regulamenta as cooperativas de habitação. Segundo a lei, as cooperativas de habitação são sociedades regidas pelos princípios do cooperativismo, cujo objetivo principal é fornecer moradia adequada e estável aos associados, por meio da construção de habitações através de esforço próprio, ajuda mútua, administração direta ou contratos com terceiros, além de oferecer serviços complementares à moradia.

É importante destacar que o objeto principal da cooperativa é fornecer moradia aos associados, independentemente da transferência de propriedade, podendo a cooperativa reter a propriedade da habitação. Além disso, as cooperativas também têm a finalidade de fornecer serviços complementares à habitação. A definição

ênfatiza que as cooperativas são regidas pelos princípios do cooperativismo, o que é uma característica importante nas definições presentes nas legislações mais recentes. (CAZÈRES, 2008)

Quanto aos diferentes tipos de cooperativas de habitação, de acordo com o artigo 140 da lei 13.728/1968, elas podem ser classificadas como: unidades cooperativas de habitação e cooperativas matrizes. A diferenciação entre elas se dá pela finalidade de cada uma. As Cooperativas Matrizes, definidas pelo artigo 163 da lei, têm como finalidades receber a inscrição aberta de associados e auxiliá-los na organização das Unidades Cooperativas. Cada imóvel ou conjunto habitacional cuja construção seja decidida pela Cooperativa Matriz deve ser organizado em uma Unidade Cooperativa com os destinatários das moradias, conforme estabelecido pelo artigo 167. (CAZÈRES, 2008).

2 COOPERATIVISMO: UMA EXPERIÊNCIA HISTÓRICA

2 COOPERATIVISMO: UMA EXPERIÊNCIA HISTÓRICA

Para entender a tradição da prática cooperativa no Uruguai e para aprofundar nas origens do modelo uruguaio de cooperativismo por ajuda mútua para a produção habitacional, é preciso entender historicamente o cooperativismo enquanto movimento organizado pela classe trabalhadora com origem na Europa do século XIX, considerando o contexto político, social e econômico em que o movimento surge. É importante contextualizar também as diferentes formas que a prática cooperativa toma, levando em conta o caráter antissistêmico e anticapitalista das ideias que deram origem ao cooperativismo moderno e as contradições presentes no movimento ao se consolidar a prática no sistema capitalista.

Diferentes formas de vida em sociedade em todo o mundo têm como premissa a cooperação e a coletividade como modo de organização do trabalho, do consumo e da vida em geral. Houve distintas organizações ao longo da história da humanidade que apresentam semelhantes características e, em todas elas, a cooperação entre os envolvidos. Como exemplo, pode-se citar “os ‘grêmios’ do antigo Egito, [...] os ‘colégios e as ‘sodalistas’ dos romanos, os ‘ágapes’ dos primeiros cristãos.” (RECH, 1995, p.13, aspas no original) Na América, a organização do trabalho e da vida em geral dos incas (com os ayllus) e dos astecas (com os calpulli) apresentavam a cooperação como ponto fundamental. (RECH, 1995)

Essas outras formas de organização do trabalho e da vida se diferenciam das sociedades cooperativas modernas especialmente devido ao contexto econômico e político em que se inserem. O fator elementar para o nascimento do movimento cooperativista moderno foi o aprofundamento do modo de produção capitalista no século XVIII, com a Revolução Industrial, que impôs condições excruciantes de vida e de trabalho para a classe operária, fator determinante para a inquietação e movimentação tanto de trabalhadores quanto de grupos de intelectuais da época que elaboraram ideários de sociedade e de sua organização que rompessem com a lógica do sistema capitalista da época, que iam desde ideários mais reformistas, que pensavam formas de atenuar as diferenças entre as classes, até ideários mais radicais, que defendiam a supressão do capitalismo e a reorganização de toda a sociedade através da cooperação, da coletividade e da solidariedade.

2.1 Breve histórico do movimento cooperativista internacional

A experiência cooperativa de Rochdale, iniciada em 1843 na Inglaterra, como é sabido, representa o marco fundador do cooperativismo moderno, sendo a partir dessa experiência que nascem os princípios doutrinários do movimento cooperativista, que têm relevância até os dias de hoje para a conformação da prática cooperativa no mundo. Ainda assim, é importante discorrer, mesmo que brevemente, sobre as experiências que antecederam a Rochdale, já que essas “sociedades pré-cooperativas”, como define Pinho (1966), deixaram um legado de ideias fulcral ao movimento cooperativista.

Para entender as origens do cooperativismo moderno, é preciso discorrer sobre o contexto social, econômico e político em que surgem as experiências consideradas historicamente como pioneiras. A Revolução Industrial marcou o processo de profunda transformação da sociedade, no modo de produção e acumulação de bens, na divisão de classes, na organização do trabalho e, conseqüentemente, no modo de vida da classe operária. (PINTO, 2009). A débil condição da classe operária, somada ao avanço da ideologia individualista no capitalismo no século XVIII, fizeram ebulir ideias que foram determinantes para o movimento cooperativista. A Inglaterra e a França foram países precursores nas experiências que antecederam os Pioneiros de Rochdale e a construção do ideário cooperativo, em grande parte por consequência das ideias econômicas e políticas surgidas nos dois países resultantes da Revolução Industrial e da Revolução Francesa. “Foram alguns grupos políticos (socialistas utópicos, sobretudo) e religiosos aqueles que mais promoveram as cooperativas ou outras formas de autogestão” (HARNECK e REYES, 2011, p. 37, tradução nossa). Na Inglaterra, um dos principais defensores e divulgadores do cooperativismo foi Robert Owen e seus seguidores. Já na França, os ideais cooperativos que antecederam o cooperativismo moderno tinham como principais divulgadores Charles Fourier e seus discípulos (COLE, 1944).

Robert Owen foi um dos principais representantes do socialismo utópico e contribuiu na formulação das ideias do sistema cooperativista, ainda no século XVIII. A proposta de Owen era de criar *aldeias* que funcionariam como um lugar em que se viveria em

comunidade, onde se produziria e se consumiria de forma coletiva e o excedente da produção poderia ser trocado com outras *aldeias*. A proposta de Owen defendia que essas *aldeias* concentrassem atividades industriais e atividades agrícolas. “Assim, o Estado e a Paróquia, em vez de desperdiçar dinheiro com a manutenção dos ociosos, deveriam fornecer capital para que eles se estabelecessem em aldeias e pudessem prover o seu próprio sustento.” (SINGER, 1998, p.30). Dessa forma, as *aldeias cooperativas* propostas por Owen seriam uma espécie de cosmos social autogeridos e autossuficientes dirigidos através da cooperação.

O plano proposto por Owen tinha como objetivo primeiro acabar com a pobreza daqueles que dependiam de caridades da Igreja e do Estado para sobreviver. O problema da ideia de Owen residia na necessidade de transformação de toda a ordem social vigente, na abolição total da empresa capitalista, fato que, somado à adesão de Owen ao comunismo e às severas críticas dirigidas à Igreja, fez com que perdesse o prestígio que havia alcançado com as classes dominantes quando dirigira a fábrica New Lanark. (ENGELS, 1984; SINGER, 1998; VEIGA; FONSECA, 2001). Ao longo do século XIX houve várias experiências que seguiam os preceitos owenistas para as *aldeias cooperativas* na Europa, América e Ásia. “Uma das tentativas que lograram mais êxito, inclusive econômico, tendo atravessado todo o século XX, foram os assentamentos coletivos judaicos da antiga Palestina, atual Israel.” (VEIGA; FONSECA, 2001, p.24).

As ideias elaboradas por Owen para além das *aldeias cooperativas* propunham, nos primeiros anos do século XIX, entre os anos 1830 e 1840, “a base da teoria clássica do valor-trabalho, que o trabalhador tinha direito ao usufruto de todo o seu produto. Para tanto, ele propunha a substituição do dinheiro por uma moeda baseada no tempo de trabalho gasto na produção” (SINGER, 1998, p.31), isso para dizer que as ideias de Owen foram semente para a concepção das teorias anticapitalistas do valor.

Charles Fourier se dedicou à construção de um modelo utópico para o que ele considerava ser a sociedade ideal. Fourier foi um crítico feroz das estruturas de produção e da organização social do trabalho de seu tempo e atacou veementemente “a doutrina de economia liberal, combatendo a concorrência, responsabilizando-a pela situação desastrosa na qual se encontram os trabalhadores das indústrias.” (PINTO, 2009, p.70). Para Fourier, a estrutura social capitalista vigente fazia do mundo um

lugar atravessado pela desordem e, para tais circunstâncias, propôs uma utopia que pretendia corrigir as imperfeições do mundo em que vivia. (BARROS, 2016).

Para contrapor-se à realidade em que vivia, Fourier propôs uma sociedade organizada em pequenos grupos sociais denominados *Falanges*, com cerca de 1600 habitantes em cada. Cada Falange existiria como organismo coletivo de organização do trabalho e da vida social daquele grupo de pessoas, vivendo no falanstério, que seria um edifício no qual cada grupo de pessoas que formasse uma Falange viveria coletiva e harmoniosamente. “No falanstério, não haveria seres humanos improdutivos – tal como existiam no estado de ‘Civilização’ que o seu sistema pretendia superar.” (BARROS, 2016, p.229, aspas no original). Na nova sociedade proposta por Fourier, cada falanstério deveria ser dividido em grupos menores que seriam responsáveis por diferentes etapas do trabalho e, dessa maneira, o trabalho deixaria de ser uma obrigação da vida social, devendo se tornar uma atividade de prazer tendo, inclusive, um caráter lúdico.

A principal marca da utopia dos falanstérios de Fourier reside na ideia de necessidade do outro, ou seja, o sucesso das Falanges só seria possível através da associação entre os indivíduos, a supressão máxima do individualismo existente no mundo capitalista. A cooperação entre os residentes dos falanstérios era fundamental para a realização do trabalho, para a vida cultural e as atividades comuns à vida doméstica, tendo em conta que Fourier se preocupou em descrever até o modo de se relacionar das pessoas, inclusive as vestimentas que seriam usadas nos falanstérios, descrevendo-as como vestimentas que necessitariam da ajuda de outros, para não incentivar nenhuma forma de individualismo.

As ideias de Fourier fazem dele um dos mais importantes precursores da cooperativa integral. Nêle se inspiraram os operários no decorrer do século XIX, sobretudo até o momento em que o socialismo marxista rejeitou toda e qualquer espécie de solução associacionista, qualificando-a de utópica. (PINHO, 1966, p.38)

Foram diversas as experiências de sociedades cooperativas nas primeiras décadas do século XIX. Em diferentes países da Europa Ocidental houve experiências importantes e que são consideradas as sociedades pré-cooperativas. As experiências mais exitosas de sociedades cooperativas que antecederam os Pioneiros de Rochdale se deram na Inglaterra, muito sob a influência de Robert Owen. Chegaram a ser

organizadas, somente na cidade de Paris, mais de 100 sociedades associativistas na década de 1820. Segundo Pinho (1966), surgiram na França, ainda na segunda década do século XIX, “esboços de cooperativas de consumo”, mas nenhuma obteve êxito quanto à sua continuidade no tempo. Ainda segundo Pinho (1966), no ano de 1832 já haviam se formado na Inglaterra 300 dessas associações cooperativas, embora a maior parte delas tenha durado pouco tempo. Em geral, todas essas experiências tinham algo em comum: a classe operária insurgente, descontente com as condições de vida que tinha, em busca de alternativas para sobreviver e alcançar ao menos uma possibilidade de existência decente. Segundo Eric Hobsbawn,

Uma existência decente não podia ser obtida simplesmente por meio de um protesto ocasional que servisse para restabelecer a estabilidade da sociedade perturbada temporariamente. Era necessária uma eterna vigilância, organização e atividade do “movimento” [...]. Mas a própria novidade e a rapidez da mudança social que os envolvia encorajava os trabalhadores a pensar em termos de uma sociedade totalmente diversa, baseada na experiência e em suas ideias em oposição às de seus opressores. Seria cooperativa e não competitiva, coletivista e não individualista. (HOBSBAWN, 1979, p.439-440, aspas no original)

Assim como os socialistas utópicos pensaram em modos de superação do sistema capitalista, outras vertentes de pensadores também buscaram compreender a realidade histórica da sociedade em que viviam e propuseram formas de suprimir o capitalismo, tanto criticando as ideias utópicas ou usando-as para construir suas próprias ideias de superação do sistema. No início da construção da ideia de um sistema cooperativista, os pensadores imbuídos da tarefa de construir futuros possíveis acabaram desenvolvendo sistemas utópicos que, para Engels, as “teorias incipientes [dos fundadores do socialismo, os socialistas utópicos] não fazem mais do que refletir o estado incipiente da produção capitalista, a incipiente condição de classe” (1984, p.35); logo significa que, para aqueles pensadores era necessário “[...] descobrir um sistema novo e mais perfeito de ordem social, para implantá-lo na sociedade vindo de fora [...]. Esses novos sistemas sociais nasciam condenados a mover-se no reino da utopia.” (1984, p.35)

A história do movimento cooperativista moderno esbarra com a história cooperativa de consumo dos Pioneiros de Rochdale. A importância dessa sociedade está diretamente ligada à importância do compilado de princípios elaborados pela

cooperativa, que obtiveram reconhecimento internacional e fundaram as bases dos princípios cooperativos que norteiam a organização de cooperativas em todo o mundo.

Essa iniciativa nasceu em 1844 em Rochdale, distrito de Lancashire, na Inglaterra, através da associação de 28 trabalhadores empobrecidos, em sua maioria tecelões. A organização teve forte influência owenista e cartista⁷, bastante presentes nas entidades representativas da classe operária de Rochdale da época, assim como representavam, ainda que minoritariamente e em decréscimo, forças políticas importantes na luta contra as condições impostas pelos capitalistas aos trabalhadores. As dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores de acesso a bens de consumo que garantissem sua sobrevivência fizeram com que criassem aquela que é considerada a primeira cooperativa moderna de consumo. (COLE, 1944; VEIGA; FONSECA, 2001).

Mesmo a iniciativa tendo dado os seus primeiros passos com poucos recursos, o que fez com que a sociedade dos Pioneiros de Rochdale ganhasse a notória importância para o cooperativismo, tem mais a ver com os objetivos grandiosos contidos no estatuto da cooperativa, contendo ali os princípios cooperativos que determinavam a estrutura, a organização e as regras de funcionamento, que se tornaram parte dos fundamentos que formam a doutrina cooperativa. (COLE, 1944; PINHO, 1966; RECH, 1995).

Os arranjos social, político e econômico foram determinantes para o estabelecimento do caráter não revolucionário, viabilizando até a existência, dentro de uma sociedade capitalista, da presença expressiva de uma combinação de religiões e seitas na região de Rochdale, que atenuavam a animosidade da classe operária influenciada pelo cartismo e owenismo, “fator que quebrou o espírito de revolta da classe trabalhadora e impulsionou os líderes dos trabalhadores a pensamentos mais sóbrios que resultou em uma união com liberais” (COLE, 1944, p.56, tradução nossa); tal situação afastava-se do caráter revolucionário do sindicalismo e do cartismo do período, que possibilitou posteriormente uma nova forma de organização sindical e uma nova forma

⁷ O cartismo foi um movimento operário de caráter reformista que reivindicava os direitos dos trabalhadores ingleses, considerado o primeiro movimento social e político da Era Moderna. (VEIGA; FONSECA, 2001)

de organização cooperativa, surgidas a partir da influência dos Pioneiros de Rochdale, razão pela qual o socialismo marxista vai construir as críticas ao modelo de cooperativismo rochdaleano. (COLE, 1944; RECH, 1995).

A grandiosidade dos Pioneiros de Rochdale reside exatamente na ambição dos seus objetivos e da visão de expansão contínua nos princípios definidos pela cooperativa em seus estatutos, que demonstram o quanto havia uma crença de que o modelo que estava sendo desenhado ali poderia se tornar de fato um instrumento de modificação da realidade social, não só daqueles cooperados, mas que essa transformação poderia acontecer de forma bem ampla, inclusive para além das fronteiras nacionais, quiçá a concepção de uma sociedade cooperativa no sentido amplo. No que diz respeito aos objetivos delimitados, a partir do primeiro daquela cooperativa, que tinha relação com possibilitar o consumo de bens de consumo básicos, se estendem para: venda de produtos como gêneros alimentícios, vestuário, etc., a custos reduzidos, compra ou construção de casas, fabricação de itens julgados necessários, além de alguns planos ainda mais ambiciosos, como a organização da produção, da distribuição e da educação no seu próprio meio e a criação de um estabelecimento de poupança. (PINHO, 1966; VEIGA; FONSECA, 2001)

Existem duas questões bastante evidentes quando falamos desse cooperativismo incipiente. A primeira delas é que houve um rompimento com ideias revolucionárias e a assimilação de um caráter mais reformista, como se fosse possível transformar toda a sociedade e a condição de vida da classe operária a partir da transformação do modo de consumir, através de cooperativas de consumo, ou de ter acesso ao capital, através da organização em cooperativas de crédito, por exemplo. Ainda assim, há uma segunda questão, a de que é necessário compreender os aspectos históricos que fizeram com que esse modo de organização de cooperativas se estabelecesse, o momento e o lugar em que acontece, pontuando que o cooperativismo se expandiu de maneira tal que se tornou maior que a doutrina cooperativa com raízes nos princípios dos Pioneiros de Rochdale. Esse fenômeno é determinante para entender que as diferentes formas que o cooperativismo tomou em todo o mundo definem o caráter mais ou menos revolucionário, mais ou menos cooptado e assentado no sistema capitalista, estabelecidas de acordo com o contexto em que essas práticas cooperativas acontecem.

Um bom exemplo para ilustrar é analisar as diferenças entre a organização cooperativa em países de sistema capitalista e socialista, ou analisar as diferenças entre como se dão os processos de construção dos movimentos cooperativistas em países do centro e da periferia do capitalismo, ou partir de que necessidades as cooperativas se organizam, se para facilitação do consumo, se para o acesso a crédito, se para produção industrial, agrícola, habitacional, todos são fatores determinantes. Sem deixar de pontuar que o cooperativismo precisa ser enxergado, não como um sistema utópico que se almeja alcançar para a transformação da realidade material, mas sim como uma ferramenta, que determina o modo de consumo, de produção, de acesso ao crédito, etc. de maneira coletiva, e que a prática cooperativa, ainda que em escala ampla, não representa a transformação radical das estruturas de poder impostas pelo sistema vigente.

Diferente dos países capitalistas, a prática cooperativa em países socialistas cumpre um papel outro, não o de enfretamento ao sistema, mas de instrumento de coletivização da sociedade. “Na URSS e nos países coletivistas, de modo geral, o cooperativismo representa, principalmente, um instrumento de transição entre o capitalismo e o socialismo.” (PINHO, 1966, p.107). Ou seja, nos Estados socialistas o cooperativismo deixa de ser um movimento de superação das condições de classe dos trabalhadores e passa a ser um instrumento de Estado.

Na URSS a forma cooperativa se constitui principalmente no modo de propriedade. A abolição da propriedade privada no Estado soviético deu forma a dois tipos de propriedade: a propriedade do Estado, que consiste no que antes da revolução era a grande propriedade capitalista; a propriedade cooperativa, conhecida como *kolkhozes*, formada pela pequena propriedade privada. Na URSS, o setor que mais se transformou através das cooperativas foi o setor agrícola devido ao caráter individualista dessa atividade. (PINHO, 1966). Para o Estado soviético, o cooperativismo representou um meio de fortalecimento da agricultura, além do papel fundamental que as cooperativas cumpriam na construção de uma mentalidade arraigada em preceitos comunitários entre os camponeses.

As principais características do modelo cooperativo soviético para o campo são (PINHO, 1966, p.121-122):

- o Estado tinha a propriedade da terra, os cooperados tinham direito de uso gratuito e ilimitado;
- os meios fundamentais de produção eram todos coletivizados;
- a adesão do camponês ao *kolkhoz* era livre;
- o *kolkhoziano* podia sair da cooperativa;
- a gestão era realizada por meio de uma assembleia geral e por uma diretoria eleita pelos membros;
- o *kolkhoz* era, sob muitos aspectos, uma cooperativa de produção agrícola, que continha ainda elementos de cooperativas de utilização comum de material agrícola, cooperativa de transformação de produtos, cooperativa de venda em comum, etc.

Além da URSS, outros estados do campo socialista também fizeram do sistema cooperativo um instrumento a ser usado a favor do sistema. “Na República Popular da China, por exemplo, a partir de 1953, a cooperativa é considerada o melhor instrumento de mudança da estrutura da produção, permitindo passar-se da fase provisória da revolução democrática à revolução socialista.” (PINHO, 1966, p.125). Nota-se que a prática cooperativa é incentivada especialmente no campo da agricultura, principalmente por se tratar de uma atividade que marcadamente usa da propriedade privada, e as cooperativas, em geral, cumprem esse papel de transição da propriedade privada para propriedade coletiva, ou para propriedade do Estado.

No caso da República Popular da China, a organização das cooperativas difere do modelo soviético na forma da propriedade da terra. “As cooperativas chinesas constituem o principal instrumento de ampliação do setor socialista por permitirem acomodar a milenar formação individualista dos camponeses ao ambiente do socialismo.” (PINHO, 1966, p.126). As cooperativas na China se organizavam através de comunas. As comunas, diferentemente dos *kolkhozes* soviéticos, tinham maior independência do Estado chinês.

A experiência cubana difere totalmente das duas anteriores. Em Cuba, a cooperativa nasce primeiro no âmbito legal que no meio social, o que quer dizer que a prática

cooperativa tinha, sob vários limites, amparo legal muito antes de existirem experiências de fato cooperativas. “Ainda que não existam referências de que tenham existido cooperativas em Cuba nessa época, a realidade jurídica as fez presente por meio da transferência do regime legal da Península [Ibérica]”, afinal “na Espanha durante o século XIX a realidade social já possibilitava a cooperativa como uma entidade associativa.” (PEISO, 2011, p.267, tradução nossa).

No ano de 1959, apenas 9,4% dos proprietários de terra cubanos possuíam mais de 70% de toda terra do país. Ou seja, antes do triunfo da revolução, havia no país uma alta concentração de terras e uma das primeiras ações de Estado no pós-revolução em direção a uma reforma agrária foi a defesa da criação de cooperativas agrícolas. É importante reafirmar que não havia uma mentalidade cooperativa no país e o primeiro modelo cooperativo ali implantado foi importado dos países do campo socialista. (GONZÁLEZ, 2011; PEISO, 2011).

De modo geral, os países do campo socialista defendem a prática cooperativa como meio de transformação da mentalidade da população para uma formação cada vez mais coletiva e comunitária. Nesse sentido, o cooperativismo é visto como necessário para uma fase transitória do sistema capitalista para o socialista. A agricultura representa o setor mais incentivado pelos Estados socialistas a se transformar, uma vez que se trata de uma atividade marcadamente individualista e de concentração da propriedade privada.

2.2 Cooperativismo e habitação no mundo

No capítulo 01, na parte que trata sobre *cooperativismo e habitação*, o primeiro apontamento feito é sobre como a conjunção entre a necessidade e a carência habitacional de um determinado grupo social e o esforço coletivo de construção de outras maneiras de produzir e acessar a moradia que não através do mercado imobiliário, ou programas e políticas públicas de promoção da habitação – que obstaculizam e/ou excluem o acesso à moradia pelas camadas empobrecidas da sociedade –, culminou em modelos cooperativistas de produção habitacional, no plural já que não se trata de prática invariável, pelo contrário, a incidência cooperativa na produção habitacional da classe trabalhadora é heterogênea, diversa. Neste

subcapítulo está exposto o nascimento do cooperativismo habitacional em diferentes países ao redor do mundo.

É importante frisar que a experiência uruguaia de produzir moradia através do cooperativismo não é uma experiência única, muito menos aquela que inaugura esse modelo. Antes mesmo do modelo uruguaio ter sido iniciado e sistematizado, houve experiências em todo o mundo de formação de cooperativas para a promoção habitacional. A heterogeneidade desse processo reside exatamente na maneira como a ideia de cooperativismo se modifica e se molda de acordo com o tempo, a vertente de pensamento, o contexto político, social e econômico de cada lugar.

Na Europa, os países escandinavos tiveram experiências e organizações na vanguarda do cooperativismo habitacional. Na dianteira estava a Suécia, um dos países mais importantes para o cooperativismo habitacional no mundo, não só por ser representante de experiências do sistema de produção habitacional ainda nos anos 1880, por cooperativismo, mas também por ter se tornando importante referência para outros países, dentro e fora do continente europeu.

Antes disso, ainda em 1861, um grupo de membros da cooperativa inglesa Pioneiros de Rochdale fundou a *Rochdale Pioneer Land and Building Company LTD*. O objetivo da companhia era produzir habitação para os associados da cooperativa. Segundo Birchall (1991), a ideia era construir um tipo de moradia com qualidade superior para a classe trabalhadora. Nesse momento, ainda não se pensava na propriedade individual ou coletiva das casas, o intuito era a construção de casas para aluguel. A companhia construiu apenas 36 casas e esbarrou exatamente na dificuldade de os trabalhadores arcarem com os custos de aluguel, apesar de serem pequenas casas. (BIRCHALL, 1991).

Ainda foi fundada uma segunda companhia em 1867 que construiu 45 casas, mas que logo decidiu pela provisão da habitação através de aluguéis, o que fez com que a ideia de uma cooperativa de habitação não fosse levada adiante. (BIRCHALL, 1991). Em 1887 foi fundada em Londres a *Tenant Co-operatos LTD*, uma sociedade baseada no sistema *Five per cent Phillanthropy*, que se dava através do investimento de 5% do lucro excedente em habitação para os trabalhadores – a serem adquiridas pela sociedade e ofertadas na forma de aluguel para a classe trabalhadora. Esse

movimento de co-participação através do sistema de filantropia para provisão de moradia ocorreu em grande escala em Londres. “O movimento certamente foi tão grande, se não maior, que o atual setor cooperativo de habitação [britânico]” (BIRCHALL, 1991, p. 6, tradução nossa). Ainda segundo Birchall (1991), esse é um dos modelos mais antigos de cooperativas de habitação.

Nessa fase, o movimento não levou a cabo a discussão acerca da propriedade das casas para aqueles que as habitavam, seja como direito de uso com propriedade coletiva (em que a sociedade detém a propriedade das casas), seja como propriedade privada. A segunda fase do cooperativismo habitacional britânico nasce somente na década de 1960 já inspirado pelo modelo escandinavo.

A Suécia, segundo Luján (1964, p.17, tradução nossa), “está na vanguarda dos países onde as cooperativas desempenham um papel de grande importância para a solução do problema da habitação.” Os primeiros sinais do cooperativismo habitacional sueco ocorrem durante as décadas de 1870 e 1880. Para Luján (1964), em 1872 foi fundada uma sociedade de construção de casas que viria a ser exemplo para outras sociedades da época.

De acordo com Ames (1955), o movimento cooperativo sueco surgiu na década de 1880 como resposta à escassez de moradia somada à intensa urbanização que se seguiu no período. Ainda segundo Ames, os primeiros sinais desse movimento ocorreram através dos chamados “*housing groups*”, que tinham como objetivos a “garantia de preços mais baixos de aluguéis e de segurança de posse para os membros do grupo.” (AMES, 1955, p. 253, tradução nossa).

Essas sociedades assumiam a função de proprietárias das habitações adquiridas, enquanto os membros eram inquilinos. O sistema adotado somado a uma falta de organização generalizada, fez com que o aspecto de bem-estar social do movimento desaparecesse, tornando-se apenas mais uma empresa de negócios.” (AMES, 1955, p.253, tradução nossa)

Ainda que essas experiências não fossem consideradas de fato cooperativas, é fundamental destacá-las, dada a importância que tiveram para o movimento cooperativo habitacional sueco, uma vez que essas experiências foram precursoras do cooperativismo moderno no país. O ano de 1916 também é muito importante para essa história, com a fundação de uma sociedade denominada Cooperativa de

Habitação de Estocolmo, fundada pela União Central do Trabalho Social. “Esta sociedade [...] introduziu o princípio de que a cooperativa, como tal, deteria a propriedade das unidades de habitação, concedendo aos sócios a utilização por tempo indeterminado.” (LUJÁN, 1964, p.17-18, tradução nossa).

O grande marco do cooperativismo habitacional sueco é a criação da Sociedade de Poupança e Construção de Habitação, a HSB, sigla para o nome em sueco (*Hyresgästernas Sparkasse- och Byggnadsförening*); fundada em 1923, a organização cumpre um papel fundamental na produção de moradia através do cooperativismo, uma vez que a sociedade nasce da união de diversas sociedades independentes organizadas por inquilinos de diferentes cidades do país, para formar uma associação central em Estocolmo (LUJÁN, 1964).

Enquanto as associações de inquilinos tinham como objetivo a proteção e a luta por interesses dos inquilinos, a HSB surge como uma possibilidade além, passando a exercer o papel de provedora de moradia através da construção de unidades habitacionais, da disponibilização de materiais de construção e, ademais, a HSB funciona como uma organização financeira voltada para a produção de habitação e que reúne outras sociedades, que atuam na base do sistema cooperativo sueco. Resumidamente, a HSB combinava gestão executiva e financeira cooperativas, além de defender a propriedade cooperativa das habitações. (AMES, 1955; LUJÁN, 1964; SØRVOLL e BENGTTSSON, 2016).

Gráfico 01 - Hierarquia das organizações cooperativas suecas



Fonte: Luján, 1964. Elaboração da autora.

O Estado sueco ocupa um papel crucial nessa história, especialmente quando findada a Segunda Guerra Mundial, uma vez que a política habitacional assumida naquele momento era favorável ao financiamento de cooperativas para a provisão habitacional. Dessa forma, o Estado se tornou então uma das fontes de financiamento das cooperativas associadas à HSB, além de significar a legitimação do sistema cooperativo como modo de produção possível.

Para aprofundar no conhecimento sobre o cooperativismo, é importante destacar que o período compreendido entre o fim do século XIX e a metade do século XX, marcado por intensas transformações sociais e políticas, é marcadamente um momento de ascensão do pensamento cooperativo em todo o mundo; logo, o exemplo sueco não é único. Em toda a Europa e em países de todas as partes do mundo há exemplos em que o cooperativismo de habitação avançou para além de experiências pontuais, em alguns países houve reconhecimento legal e aporte financeiro do Estado para a promoção de moradia através do cooperativismo.

Em toda a Europa, as ideias cooperativas alcançaram de forma significativa organizações e associações de trabalhadores e a discussão sobre provisão de moradia para essa classe também foi bastante afetada pelas ideias cooperativas. Em menor ou maior escala, o cooperativismo habitacional se tornou uma possibilidade e uma alternativa à classe trabalhadora para alcançar melhores condições de moradia. Na Alemanha, por exemplo, as sociedades de habitação cooperativas datam de meados do século XIX e na década de 1880 o movimento ganhou um impulso em âmbito nacional com a Lei Cooperativa de 1889 e, depois do fim da Primeira Guerra Mundial, o cooperativismo de habitação passou a ter importância para a economia nacional. (LUJÁN, 1964).

O Estado alemão teve um papel importante para o estabelecimento do cooperativismo habitacional a partir de 1953, através da Lei de Cooperativas de Habitação dos Trabalhadores, no período pós-guerra e de maior desenvolvimento do cooperativismo no país, através de subsídio público para a construção de habitação. (CECODHAS & ICA, 2012). Segundo Birchall (1997), em 1909 existiam mais de um milhão de membros de cooperativas dessa natureza no país e, em 1914, o número ultrapassava 1,7 milhões, sendo que, no período, uma em cada seis casas eram de sociedades cooperativas.

No caso da França, a experiência cooperativa na provisão habitacional tem início na década de 1860 e, como nos outros casos citados, tem origem trabalhadora. Em 1867 foi criada a sociedade que é considerada a ancestral das sociedades cooperativas de habitação, a Sociedade Cooperativa de Habitação dos Trabalhadores de Paris, com suporte jurídico baseado na lei de sociedades, do mesmo ano. (LUJÁN, 1964; CECODHAS & ICA, 2012). O movimento cooperativo francês ascendeu no início do século XX a partir de um conjunto de medidas legislativas que incentivaram a prática. (CECODHAS & ICA, 2012).

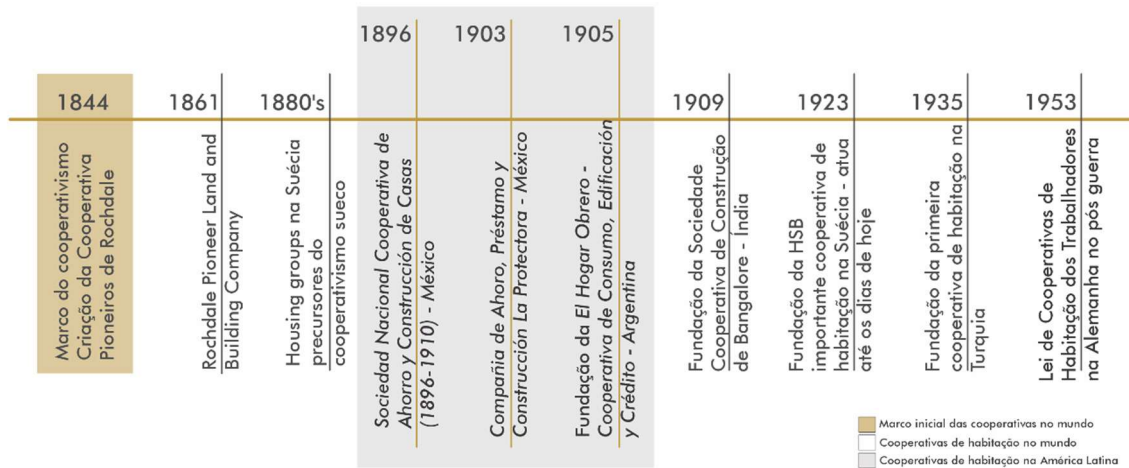
Na Espanha, as cooperativas habitacionais surgiram ainda no século XIX, mas tiveram pouca expressividade até a década de 1920. “Ainda que tenha havido experimentos (falidos) muito cedo no século XIX [...], em 1904 só haviam três instituições deste tipo em toda Espanha e em 1913, o número seguia sendo ridículo – 22 cooperativas [...]” (GONZÁLEZ, 2008, p.36).

No caso espanhol, a prática cooperativa deu-se em diferentes extratos sociais e isso se deve às correntes ideológicas de pensamento cooperativo que apoiavam desde cooperativas criadas por setores da Igreja Católica, em geral apoiadas e subsidiadas por pessoas e benfeitores da burguesia, até as cooperativas de corrente socialista – desta última, a cooperativa mais emblemática da primeira metade do século XX na Espanha, a Cooperativa de Casas Baratas Pablo Iglesias. (TATJER, 2005; GONZÁLEZ, 2008; CECODHAS & ICA, 2012).

Ainda que tenha havido incentivo do Estado espanhol no início do século XX, através de políticas de habitação, a ditadura de Franco – que sai vencedor da guerra civil de 1936-1939, após um golpe no governo legítimo republicano eleito democraticamente –, foi crucial para o decréscimo do movimento no país, muito embora o cooperativismo não tenha sumido de um horizonte possível, especialmente por grupos políticos organizados segundo ideais socialistas. “Ainda que tenha havido alguma tentativa de cooperativismo habitacional por parte de outras forças políticas, foi o Socialismo o que mais implicou nesta atividade na Espanha.” (GONZÁLEZ, 2008, p.38). O movimento cooperativo espanhol volta a ter expressão significativa no país somente nas décadas de 1970-80, sobretudo após 1975, com a morte de Franco, que dá início à redemocratização, e, em 1988, é fundada a Confederação de Cooperativas de Habitação da Espanha. (NEGRELOS, 1998; GONZÁLEZ, 2008).

Para além da Europa, o cooperativismo habitacional esteve e está presente na história da provisão habitacional e na luta de grupos organizados pela moradia em todas as partes do mundo. Na Índia, o movimento nasce no início do século XX e, já em 1909, foi fundada a Sociedade Cooperativa de Construção de Bangalore, considerada a primeira cooperativa de habitação do país e, em 1969, foi fundada a Federação Nacional de Cooperativas de Habitação da Índia. Na Turquia, uma cooperativa de habitação foi fundada em 1935 e o período compreendido entre os anos de 1950 e 1965 é considerado de virada para o cooperativismo no país porque só nessa época foram criadas mais de 300 cooperativas habitacionais e foram produzidas mais de 32.000 unidades habitacionais. (CECODHAS & ICA, 2012).

Gráfico 02: Linha do tempo Cooperativismo no mundo



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

2.3 Cooperativismo habitacional na América Latina

Se na Europa e em outras tantas partes do mundo temos um fecundo movimento cooperativista de produção e promoção da habitação ainda no século XIX, na América Latina a história é outra. É importante ter em mente que o cooperativismo aflora na Europa, com a força e o rápido espraiamento de suas ideias, principalmente pelo contexto social, político e econômico vivenciado no continente. O cooperativismo é, antes de tudo, político e nasce e se desenvolve no seio de organizações de trabalhadores e movimentos políticos que questionavam o poder político vigente, o modo de produção capitalista e o *status quo*.

Enquanto a Europa do século XIX foi marcada pelas transformações deixadas pelas revoluções do século anterior e por aquelas em curso, pela consolidação das ideias e de movimentos socialistas, anarquistas e cooperativas, pelo crescimento da classe trabalhadora e a concentração em áreas urbanas, a América Latina inicia o século XIX ainda em regime de colônia de países europeus. “[...] No início do século XIX, mais precisamente entre 1808 e 1824, na América de colonização espanhola. Em pouco mais de uma década, o imenso Império Espanhol na América desmoronou e os

Estados independentes surgiram.” (PRADO; PELLEGRINO, 2019, p.25). Não diferente da colônia espanhola, o Brasil também deixa de ser colônia portuguesa nesse mesmo período, tornando-se independente primeiro com um Império e, muito posteriormente, com uma república.

Como marca desse processo de transformação dos territórios que antes eram colônias europeias e passaram a ser territórios independentes, o século XIX representa um período de construção desses países, de sua política, economia e sociedade locais.

A conquista da independência marcava o rompimento dos laços políticos com a metrópole e também indicava que complexas tarefas mostravam-se urgentes. Era necessário construir os novos Estados, montar uma estrutura administrativa, delimitar fronteiras, organizar instituições para garantir a ordem e o controle sociais e, além de tudo isso, encontrar formas de reanimar as combalidas economias. (PRADO; PELLEGRINO, 2019, p.43)

Esse processo de construção dos Estados latino-americanos percorreu diferentes caminhos, como por exemplo o caso do Brasil, antiga colônia portuguesa, que ao deixar de ser colônia e decretada a independência se torna Império e continua sendo governado por membros da realeza do país colonizador, o que não representou, nesse momento, uma ruptura com a metrópole. No caso dos Estados recém-formados depois do rompimento com a metrópole espanhola, sob constante disputa interna, optou-se já de início pelo regime republicano.

O contexto histórico em que vivia a América Latina durante o século XIX foi um período de muita instabilidade política, de crescimento da população urbana da região e de exclusão total da classe trabalhadora de toda e qualquer esfera de decisão política, situação provocada pelas classes dominantes. (PRADO; PELLEGRINO, 2019).

A segunda metade do século XIX e o início do século XX tiveram marcante crescimento populacional, com forte participação da população de imigrantes, em especial da Europa e, além disso, o aumento da população urbana em toda América Latina. (SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 2015; SCOBIE, 2015). “A população da América Latina aumentou de 30,5 milhões, em 1850, para 61,9 milhões, em 1900, e para 104,1 milhões em 1930.” (SCOBIE, 2015, p.252). Para além de um crescimento quantitativo, a região, que antes era caracterizada como extremamente rural, passou desse quadro

para uma região com metrópoles de representatividade mundial, como Rio de Janeiro, Buenos Aires e outras cidades. (SCOBIE, 2015).

Toda essa contextualização da América Latina no século XIX e início do século XX é importante para explicar qual a situação da classe trabalhadora nesse momento, ainda sem unidade ou sem organização de classe, indicando as razões pelas quais o movimento cooperativo ainda não tinha apresentado o avanço que apresentaria nas décadas seguintes. Isso não significa dizer que não houve experiências ou movimentos cooperativos e associativos nesse período. Significa somente que, nesse momento, os movimentos políticos que questionavam e se posicionavam contra o sistema vigente, além de serem incipientes, eram formados pela classe média da época e tinham pouca adesão ou participação da classe trabalhadora. (HALL, 2015; SCOBIE, 2015).

Em todos os lugares, os trabalhadores encontraram enormes dificuldades para criar organizações e formas coletivas de ação, sobretudo nas fases iniciais da industrialização e mesmo sob condições políticas e econômicas menos desfavoráveis do que as que prevaleceram na maior parte da América Latina. (HALL, 2015, p.293)

O que Hall (2015) aponta está relacionado à fragilidade que as organizações de trabalhadores tinham em relação aos poderes locais, uma vez que parte expressiva da classe trabalhadora urbana em vários países da América Latina era composta de imigrantes e que essa classe estava exposta à repressão do Estado por sua condição. Na visão de Prado e Pellegrino (2019) se por um lado essas organizações eram reprimidas pelas forças do Estado, por outro

A alta concentração de operários nos centros urbanos produziu um efeito social previsível. Organizados em sindicatos, os trabalhadores tomavam as ruas, expressando sua insatisfação e apresentando suas reivindicações. Por toda América Latina, os sindicatos, em geral, se pautavam por diretrizes socialistas, anarquistas e comunistas [...]. (PRADO e PELLEGRINO, 2019, p. 116)

A conjuntura latino-americana que foi exposta fundamenta expressões do cooperativismo iniciais e a formação de sociedades de trabalhadores a partir de princípios cooperativos na região. Pode-se dizer que houve dois momentos no século XX que foram determinantes para a história do cooperativismo na América Latina. O primeiro momento corresponde ao período do início do século XX, que tem origem a

partir de ideais trazidos pelos imigrantes europeus e, neste caso, tanto através dos colonos – cooperativas de consumo e financeiras, com apego às origens doutrinárias –, quanto através da classe trabalhadora e alguns intelectuais – relação com o sindicalismo, com apelo político e carregado de signos dos ideais socialistas, comunistas e anarquistas. (COQUE, 2002).

Com as migrações europeias dos séculos XIX e XX, os conceitos de cooperativas de habitação e dos *falanstérios* de Charles Fourier (habitações postas à disposição dos trabalhadores pelas empresas, em uma lógica paternalista) cruzaram o Atlântico e encontraram terreno fértil tanto na América do Sul quanto na América do Norte. (ARNOLD; LAMARIÉ, 2016, p.30, tradução nossa, itálico no original)

Ainda que esse primeiro momento do cooperativismo habitacional na América Latina não tenha sido quantitativamente significativo, algumas experiências foram e ainda são fundamentais para a construção cooperativa e coletiva de movimentos sociais até hoje, pela importância e pelo grau de organização alcançados pela classe trabalhadora. Uma delas, talvez a mais significativa do início do século XX, é a cooperativa *El Hogar Obrero – Cooperativa de Consumo, Edificación y Crédito LTDA*, fundada em 1905 na cidade de Buenos Aires, na Argentina, criada com o intuito de promoção de moradia para a classe trabalhadora e a primeira do país dedicada à habitação. (LAZARINI; RODRÍGUEZ, 2021).

As organizações operárias com características mutualistas argentinas nasceram ainda na década de 1850 e um fator que explica este precoce surgimento quando se analisa a conjuntura da região é exatamente o que foi apontado por Prado e Pellegrino (2019) em relação à concentração de trabalhadores imigrantes, de origem especialmente europeia, para compor a incipiente classe operária do país. Como apontam García, Rosa e Soto (2014), grande parte dos migrantes que chegaram à Argentina até meados do século XIX eram exilados políticos ou fugidos de seus países, com formações políticas de combate ao sistema capitalista.

Não é estranho que, com as sucessivas migrações do fim do século XIX e início do século XX, o cooperativismo tenha se enraizado em nossa sociedade. Encontrou em boa parte da população um fermento que o permitiu se instalar e expandir até o interior da pujante República Argentina. (GARCÍA; ROSA; SOTO, 2014, p. 184, tradução nossa)

As cooperativas surgem na Argentina ainda no século XIX, mas é em 1905 que nasce a cooperativa *El Hogar Obrero*. A fundação da cooperativa tem relação com as decisões tomadas no terceiro Congresso da União Geral de Trabalhadores, que recomenda a criação de cooperativas pelos trabalhadores sindicalizados com o objetivo de melhorar as condições em que viviam. A cooperativa contava com 19 associados e o objetivo de fomentar a aquisição de moradia e construir para alugar a condições melhores para os trabalhadores. (CEPAL, 1989; GARCÍA; ROSA; SOTO, 2014; LAZARINI, RODRÍGUEZ, 2021).

A importância da *El Hogar Obrero* vai além do pioneirismo. A cooperativa foi fundamental na construção de um modelo e da configuração da prática cooperativa na Argentina. Para além disso, a contribuição desta sociedade atravessou as organizações dos trabalhadores e incidiu nas políticas públicas argentinas. “O Hogar Obrero foi uma experiência que incidiu nas políticas de habitação para a classe operária desde princípios do século XX.” (LAZARINI; RODRÍGUEZ, 2021, p. 21, tradução nossa). Para além de fomentar a prática cooperativa no país, *El Hogar Obrero* suscitou no Estado a necessidade de enfrentamento do problema da habitação que, segundo García, Rosa e Soto (2014), era uma discussão que não existia em nível nacional.

Se em 1905 a cooperativa foi fundada, dois anos mais tarde as primeiras casas construídas de propriedade da cooperativa tinham sido construídas e, em 1910, seja diretamente pela sociedade, seja com aporte do Estado, cerca de 130 casas haviam sido construídas. Outro aspecto relevante deste caso é que a cooperativa foi a primeira organização fora do continente europeu a integrar a Aliança Cooperativa Internacional, ainda nos primeiros anos. (GARCÍA; ROSA; SOTO, 2014; PLOTINSKY, 2015; LAZARINI; RODRÍGUEZ, 2021). A cooperativa *El Hogar Obrero* está em funcionamento ainda hoje e o papel que cumpriu é histórico, tanto do ponto de vista do cooperativismo quanto do ponto de vista da discussão sobre habitação.

Assim como a experiência argentina, outros países latino-americanos também tiveram experiências cooperativas importantes até meados do século XX. Em boa parte dos países da região, o primeiro aceno ao cooperativismo se dá através de sociedades mutualistas, com forte apelo das correntes sindicalistas e gremiais ligadas aos ideais socialistas, anarquistas e comunistas.

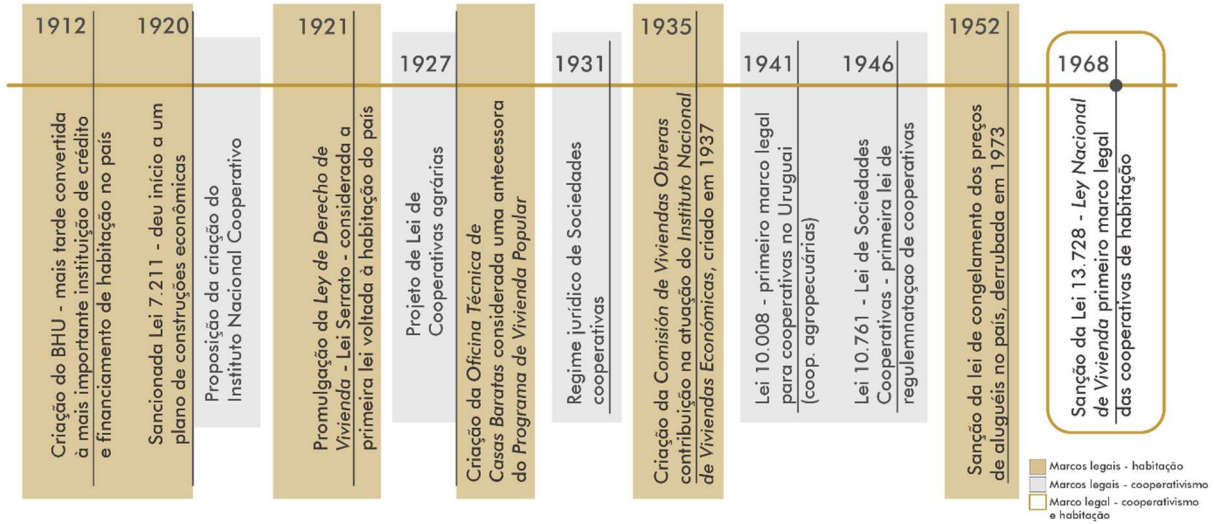
No Chile por exemplo, a prática cooperativa tem início na década de 1880 e na primeira metade do século XX há um processo de incentivo a partir do Estado chileno da criação de cooperativas, numa perspectiva do poder público sobre a possibilidade de desenvolvimento da atividade industrial no país; apesar disto as cooperativas de habitação não se desenvolveram neste período. (RODRIGÁN; TOLEDO, 1998; BERG; COLOMA, 2018).

No México, ainda que tenha havido experiências importantes de cooperativas voltadas à habitação, como é o caso da *Sociedad Nacional Cooperativa de Ahorros y Construcción de Casas*, criada em 1896 – que desapareceu logo em 1910 –, ou mesmo a *Compañía Cooperativa de Ahorro, Préstamo y Construcción La Protectora*, criada em 1903 com o intuito de livrar a classe operária da dependência de aluguel, estas experiências não representaram, pelo menos até a década de 1960, um desenvolvimento em âmbito nacional do cooperativismo para a promoção habitacional. (RAMÍREZ, 2007).

Há poucos registros de cooperativas de habitação em outros países da região na primeira metade do século passado; por outro lado, o segundo momento do cooperativismo habitacional na América Latina ganha força a partir da década de 1950, representando a ampliação do movimento cooperativo, pelo amplo apoio dos Estados à criação de organizações cooperativas e pelo fomento de órgãos internacionais à prática cooperativa em toda América Latina. O caso do movimento cooperativista uruguaio para a produção habitacional tem particularidades tanto na forma como se iniciou e foi organizado, quanto na maneira como o Estado lidou com a experiência.

No caso do Brasil, não há experiência de produção da habitação sob os preceitos do cooperativismo que seja comparável às experiências citadas anteriormente. Nesse sentido, vale ressaltar que a aproximação que se faz com cooperativismo de habitação aos moldes estudados tem as primeiras expressões a partir de experiências ocorridas a partir do período de redemocratização pós-ditadura na década de 1980, como se verá adiante.

Gráfico 03: Marcos legais do Cooperativismo no Uruguai



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

3 URUGUAI: UM PAÍS DE COOPERATIVISTAS

3 URUGUAI: UM PAÍS DE COOPERATIVISTAS

A prática cooperativa surge no Uruguai ainda no século XIX muito ligada a movimentos revolucionários que se faziam presentes na América Latina, movimentos influenciados em grande parte por ideias anarquistas e socialistas, que vinham ganhando força internacionalmente e que chegavam às terras latino-americanas principalmente através de imigrantes oriundos de países europeus vindos em busca de trabalho e por exilados políticos fugidos ou expulsos pelos governos de seus países de origem. (HALL; SPALDING JR, 2015). “A partir da década de 1840, a maioria das variedades de socialismo utópico encontraram adeptos numa parte ou noutra da América Latina e seguidores europeus de Fourier ou de outros socialistas fundaram várias colônias experimentais.” (HALL; SPALDING JR, 2015, p. 299).

Uma série de circunstâncias históricas, como a tardia colonização hispânica, a ausência de instituições típicas da Contrarreforma (inquisição, universidades pontifícias, colégios jesuítas etc.), o predominante laicismo (que culminou na era de Batlle), e a grande afluência imigratória, fizeram do Uruguai um país muito receptivo para as ideias anarquistas, conhecidas desde o século XIX por muitos uruguaios através das obras de Proudhon e de Reclus, cujo nome (junto ao de outros sábios) aparece gravado no frontispício da Universidad de la República. (RAMA; CAPELLETTI, 1990, p.65, tradução nossa)

Nesse sentido, vale destacar a presença e a atuação do movimento anarquista e, conseqüentemente, o encadeamento de ideias defendidas pelo movimento evidentes na organização e em práticas de movimentos sociais da classe trabalhadora uruguiaia. Ao final do século XIX, as ideias anarquistas foram tão acolhidas por diferentes classes no Uruguai que se pode afirmar que “em nenhum país da América Latina, as ideias anarquistas chegaram a ser tão familiares ao leitor culto, ao político, ao intelectual e ao homem do povo.” (RAMA; CAPELLETTI, 1990, p.65).

Dessa maneira e, tendo em conta o cooperativismo como premissa do movimento anarquista, entende-se que as ideias anarquistas ocuparam um papel central na formação das cooperativas criadas no país no início do século XX, ainda que seja fundamental considerar que o movimento anarquista se enfraquece nas primeiras décadas do século XX e que organizações socialistas passaram a ocupar espaço fundamental na defesa do cooperativismo no Uruguai, especialmente a partir de meados do século XX.

Com o processo de industrialização em avanço, que antes se limitava a pequenos aglomerados, que funcionavam mais como sedes administrativas das estruturas burocráticas da colônia espanhola, as cidades começam a crescer de maneira bem mais acelerada e, como consequência desse processo, a população residente passa a ser formada, em sua maioria, pela massa de trabalhadores de diferentes origens para suprir as necessidades de trabalhos dessas novas indústrias. A partir dessa discussão, é possível entender o sistema cooperativista no país.

3.1 A questão da habitação no Uruguai

No Uruguai, a escravização de pessoas sequestradas da África é abolida em 1840, através da promulgação da Primeira Constituição da República. (CAÉ, 2012). Nesse mesmo período, inicia-se o processo de imigração europeia, consequência das crises econômicas e políticas que os países europeus enfrentavam no período, também consequência de mudanças ocorridas no trabalho do campo, que acarretou o deslocamento de um número considerável de trabalhadores do campo para as cidades em busca de trabalho. Assim, se forma a classe trabalhadora uruguaia, uma massa de trabalhadores, a força de trabalho das novas indústrias instaladas nos centros urbanos. Esse processo é crucial para entender o crescimento da população urbana uruguaia.

O crescimento acelerado, somado às condições de trabalho precárias dessa classe trabalhadora, resultou em condições de moradia precárias, em situações de cortiço, sem acesso a serviços básicos. Assim, o modo de morar, a carência habitacional e o acesso à cidade estiveram presentes nas pautas das lutas sociais desse período. No caso dos países latino-americanos, a maneira como se deu a ocupação da região através das colonizações ibéricas resultou em uma rápida e intensa acumulação capitalista. (QUIJANO, 2005).

O domínio colonial da América, exercido pela violência física e subjetiva, permitiu aos conquistadores/colonizadores controlar a produção dos minerais preciosos e dos vegetais preciosos, por meio do trabalho não pago de escravos “negros” e de servos ou peões “índios” e de seus respectivos “mestiços”. (QUIJANO, 2005, p.20)

No início do século XX, 71% da população residente na capital uruguaia⁸ vivia em casas de aluguel. Mesmo com esse percentual enorme da população vivendo sob regime de aluguéis, não houve nenhuma regulamentação por parte do Estado das relações entre locador e locatários, o que dava uma dimensão ainda mais instável à situação da classe trabalhadora frente à questão habitacional. Nesse mesmo seguimento, apenas 10% da população das classes populares eram proprietários de suas casas. Ainda assim, a grande parte dessas habitações era produzida através da autoconstrução, característica permanente do processo de crescimento e consolidação das periferias de Montevidéu. (CONTI DE QUEIRUGA, 1986; ARISTONDO, 2005; SOLANAS, 2016).

Ainda que haja aproximação acerca das problemáticas que circundam a questão da habitação nos países latino-americanos, é importante considerar as particularidades de cada país e, nesse sentido, faz-se necessário abordar historicamente como a questão da habitação é debatida e solucionada no Uruguai, haja vista que, ao ser inserido o cooperativismo por ajuda mútua na política de habitação nacional a partir da promulgação da *Ley Nacional de Vivienda* de 1968, esse sistema passa a fazer parte da compreensão de habitação social no país, tendo em vista o que se considera habitação social.

[...] utilizamos o termo habitação social não apenas no sentido corrente, ou seja, habitação produzida e financiada por órgãos estatais destinada à população de baixa renda, mas num sentido mais amplo, que inclui também a regulamentação estatal da locação habitacional, como um problema do Estado, de falta de infra-estrutura urbana gerada pelo loteamento privado. (BONDUKI, 1998, p.14)

La vivienda es por esencia una necesidad imperiosa del hombre y la manera de satisfacerla estuvo siempre relacionada fundamentalmente a la organización social vigente en los distintos momentos de nuestro proceso histórico. (CONTI DE QUEIROGA, 1986, p. 7)

Um breve panorama sobre a história da habitação social no Uruguai, que abarque até a década de 1970, período em que se pode analisar as primeiras cooperativas de habitação que produziram conjuntos ao abrigo da *Ley Nacional de Vivienda* de 1968, se inicia ainda no período colonial, sendo que até meados do século XIX não há

⁸ Segundo o Censo de 1908, a população total da cidade de Montevidéu era de 309.231 habitantes – censo retirado do *Anuario Estadístico 1909-10*. (SOLANAS, 2016)

diferenças significativas em relação às ações do Estado uruguaio. Para compreender o papel desempenhado pela habitação nas diversas fases político-econômicas do Uruguai, e igualmente o papel do Estado enquanto ator desse processo que compreende os modos de produção e de acesso à moradia, Solanas (2016) a caracteriza a partir de três categorias: *vivienda como obligación*, delimitada pelo período colonial; *vivienda-mercancía*, que compreende o que a autora define como Estado liberal (1830-1900), correspondendo às primeiras décadas do Uruguai independente; *vivienda-derecho*, no período denominado Estado interventor (1900-1966).

Para entender o período denominado “*vivienda como obligación*”, é preciso antes explanar parte do processo de construção do Estado uruguaio retornando ao fim do século XVIII, “desde o momento de criação do Vice-Reino do Rio da Prata, buscando análises sobre esse espaço colonial intensamente marcado pelo cruzamento dos mundos hispano e luso-americano.” (CAÉ, 2012, p.22). Um ponto que merece destaque nesse processo é referente ao período de formação das primeiras cidades fundadas no que hoje corresponde ao território uruguaio. “A pecuária já era praticada na região desde o século XVII, mas foi com a abertura do comércio colonial espanhol em 1778, que Montevideu, fundada em 1724, se converteu em um centro de distribuição de gêneros derivados desta prática.” (CAÉ, 2012, p.23). É necessário apontar esse aspecto que trata do início da formação da cidade de Montevideu tendo em vista que o debate em torno da história da habitação social no Uruguai está diretamente ligado à história dessa cidade, sua capital.

O período denominado por Solanas (2016) como “*vivienda como obligación*” se estendeu até o fim da década de 1820, com a independência e a criação da *República Oriental del Uruguay* no ano de 1830. Um dos aspectos fundamentais para compreender o papel do Estado nesse período refere-se à divisão da sociedade. Segundo Conti de Queiruga (1986) era obrigação do Estado e fazia parte da estrutura estatal da sociedade colonial a oferta de habitação. Os diferentes agrupamentos da sociedade uruguaia do período implicam em diferentes modos de morar; apenas os “colonos” tinham o direito e o privilégio de ter acesso à habitação, que era garantida pelo poder público, aqueles que tinham o título de “fidalgos de propriedade conhecida”. (CONTI DE QUEIRUGA, 1986, p.7, tradução nossa).

Os outros agrupamentos que faziam parte da sociedade colonial uruguaia ou eram formados pelos povos que foram escravizados, em decorrência do sistema escravocrata estabelecido nas Américas durante o período colonial, ou correspondiam a estrangeiros em situação de marginalidade, “entre eles também havia espanhóis que não conseguiram adquirir o status de ‘colonos’.” (SOLANAS, 2016, p.83, tradução nossa, aspas no original). Para os que viviam em situação de escravidão, é exagero falar de habitação, ainda que vivessem integrados às famílias às quais “pertenciam” e “compartilhavam” da habitação com os donos. (CONTI DE QUEIRUGA, 1986). Os que viviam de forma clandestina, “utilizavam as casas de inquilinato, também conhecidas como ‘quartos’.” (SOLANAS, 2016, p.83, tradução nossa, aspas no original).

Com a independência do país e a criação da *República Oriental del Uruguay* em 1830, o Estado passa a intervir, através de políticas públicas, na moradia da classe trabalhadora uruguaia. Esse primeiro momento que sucede à independência do país, Solanas (2016) denomina de “vivienda-mercancía”, que corresponde ao que a autora define como Estado liberal, que se inicia em 1830 com a criação da república e vai até o ano de 1903, com o início do primeiro governo de José Batlle y Ordoñez. Há dois aspectos principais que caracterizam esse período e que são definitivos na análise sobre a questão da habitação, a formação do Estado liberal e as mudanças na estrutura social e na relação com a casa.

“As mudanças econômicas conjuntamente com as transformações políticas modificaram a estrutura, surgindo outros agrupamentos sociais” (CONTI DE QUEIRUGA, 1986, p.7, tradução nossa), estabelecendo-se, portanto, uma sociedade de classes. Segundo Fernandes (1981), nos países latino-americanos, essas classes se manifestam a partir da formação histórica e social e, devido ao modelo de formação decorrente do sistema colonial, como na América Latina, “o capitalismo e a sociedade de classes não são produtos de uma evolução interna” (FERNANDES, 1981, p.35), as classes e relações de classe “carecem de dimensões estruturais e de dinamismos societários.” (FERNANDES, 1981, p.35). Nesse sentido, interessa aqui entender como esse Estado, “no marco de uma organização ideologicamente liberal, onde os fatores econômicos determinam o novo ordenamento da sociedade” (CONTI DE QUEIRUGA, 1986, p.7, tradução nossa), interfere e age sobre a problemática da habitação derivada dessas transformações da sociedade.

No contexto social uruguaio, tem-se a abolição da escravidão, através de uma lei promulgada na década de 1840, como parte da Primeira Constituição da República. (CAÉ, 2012). Somam-se às pessoas livres, por efeito da possibilidade de livre entrada e saída do território uruguaio, os imigrantes advindos principalmente da Europa em busca de novas oportunidades de trabalho, consequência das crises econômicas e políticas que os países europeus enfrentavam no período, conjuntamente às mudanças ocorridas no trabalho do campo, que acarretaram no deslocamento de um número considerável de trabalhadores rurais para as cidades em busca de trabalho.

Assim, se forma a classe trabalhadora uruguaia, uma massa de trabalhadores que servirá de força de trabalho para as novas indústrias instaladas nos centros urbanos e que acarretará um super crescimento da população urbana. A consequência maior desse grande crescimento populacional nas cidades decorre da necessidade de grande número de moradias que possam atender a essa nova demanda, consequentemente o surgimento de casas de aluguel e os cortiços, principal modelo de moradia das classes mais baixas e com as piores condições de higiene e salubridade. (CONTI DE QUEIRUGA, 1986). Ainda que esta tenha sido a forma como se solucionou a demanda de habitação, a mediação do Estado para minimizar a problemática está mais relacionada às condições inadequadas desse modelo de moradia, sem que houvesse, de fato, uma preocupação em enfrentar o problema da habitação.

O último quarto do século XIX foi especialmente significativo devido ao crescimento da ação especulativa do capital privado. As classes médias estavam se ampliando e consolidando, o que ampliou o campo de atividade para os empresários da construção civil. (SOLANAS, 2016, p.113, tradução nossa)

Uma das consequências desse modelo de Estado liberal diz respeito à transformação da habitação em inversão econômica. O valor de troca embutido na casa em decorrência da propriedade privada da terra e dos bens se acentua quando os capitalistas passam a investir na construção de moradia para as classes de rendas mais baixas como forma de investimento do capital. Ainda que o Estado não estivesse financiando a produção dessas moradias, dada a ordem liberal imperante no poder, é inegável a conivência do poder público com as condições precárias dessas edificações destinadas às camadas mais pobres, haja vista a existência de um órgão

da administração pública responsável pela aprovação dessas construções – a *Dirección General de Obras Públicas*.

Demonstrando o que foi exposto anteriormente, e que corrobora com as ações do Estado criado com base no modelo liberal, “este não atuou, nem promovendo diretamente habitação, nem apoiando a população com dificuldades, nem fomentando a construção através de privados de habitação acessível.” (SOLANAS, 2016, p.113, tradução nossa), ao invés disso, “a única ação destacável do Estado até o fim do século XIX foi a aprovação de um *Reglamento Municipal de Conventillos* em 1896 (em Montevideu), que não modificou substancialmente a situação.” (SOLANAS, 2016, p.113, tradução nossa). Não é nossa proposta aqui aprofundar em uma discussão acerca das características arquitetônicas desses cortiços e casas de aluguel, apesar da importância de registrar que as condições de moradia dessas habitações iam de encontro, inclusive, com as políticas higienistas promovidas pelo Estado.

O período seguinte, que corresponde ao que Solanas (2016) define como “vivienda-derecho”, no período que se estende de 1900 até 1966, está dividido em diferentes momentos da política uruguaia; mas, de maneira geral está o Estado intervindo de maneira mais direta na habitação, característica que se estende a toda a dimensão do Estado com o início do governo de José Batlle y Ordóñez – implantando o que se denomina *batllismo* –, no qual assume um caráter mais ativo e decisivo através de políticas e da ampliação do Estado, que se conformaram através de duas ondas de estatização, tendo sido criado o *Banco Hipotecario del Uruguay* em 1912 durante a primeira onda estatizante. (MOREIRA, 2008).

A primeira fase do *batllismo*, conhecida como a do “impulso”, caracteriza-se por um período de valorização da classe trabalhadora, em que foram promulgadas leis de regulamentação das condições de trabalho e de aposentadoria. (MOREIRA, 2008). “Se levarmos em conta que neste período também foram promulgadas leis que ampliavam os direitos políticos, parece justificar-se a chamada excepcionalidade do país no contexto latino-americano” (MOREIRA, 2008, p.367), ainda mais se considera-se que o *batllismo* combinou um Estado de Bem-estar com a democracia política. Esses são fatores que levaram o Uruguai a ser considerado a “Suíça da América” (MOREIRA, 2008).

“A entrada do século XX implicou uma progressiva sensibilização por parte dos profissionais, personagens de relevância política e atores institucionais, a respeito dos efeitos negativos dessa forma de estender a cidade.” (SOLANAS, 2016, p.125, tradução nossa). No que se refere à habitação, o acesso à moradia para as classes de rendas mais baixas, ainda que se tratando de cortiços e casas de aluguel, conformado desde o fim do século XIX como modelo de habitação para essas classes, ainda estava condicionado à “livre oferta” do mercado. As formas de intervenção e ação do Estado restringiam-se a políticas de incentivo à produção de mais habitações por parte de agentes privados, além das políticas higienistas.

Para se compreender o que está sendo discutido na realidade histórica uruguaia, analisaremos os dados relativos ao modo de viver da população uruguaia – e, no caso, especificamente a população residente em Montevidéu. No início do século XX, 71% da população residente na capital uruguaia vivia em moradias de aluguel. Mesmo com esse percentual enorme da população vivendo sob regime de aluguéis, não existia nenhuma regulamentação por parte do Estado das relações entre locador e locatários, o que dava uma dimensão ainda mais instável à situação da classe trabalhadora frente à questão habitacional. Nesse mesmo seguimento, apenas 10% da população das classes populares eram proprietários de suas casas. Ainda assim, a grande parte dessas habitações era produzida através da autoconstrução, característica definitiva no processo de crescimento e consolidação da periferia de Montevidéu. (CONTI DE QUEIRUGA, 1986; ARISTONDO, 2005; SOLANAS, 2016).

Como característica comum das periferias nascentes no início do século XX, alguns elementos são comuns desse processo em toda a cidade, tais como: lotes comprados a prazo; a autoconstrução, que comumente se estabelece através da prática da ajuda entre vizinhos e familiares – no Uruguai, a chamada “la planchada” é culturalmente conhecida, um churrasco compartilhado como forma de agradecer “la gauchada”, expressão que significa uma espécie de favor realizado a outrem –, que resulta em longos períodos de construção das casas, dadas as limitações econômicas e da força de trabalho. Todos esses elementos somados resultam (e são resultado) da “cultura da casa própria” imperante na sociedade uruguaia. (SOLANAS, 2016).

Voltando ao papel do Estado, “nesse período começou a considerar-se ‘habitação como direito’ no marco de uma ‘política redistributiva’.” (SOLANAS, 2016, p.127,

tradução nossa, aspas no original); a primeira fase do batllismo preocupou-se minimamente em garantir a redistribuição de recursos “desde os benefícios do agro para a indústria” (SOLANAS, 2016, p.116, tradução nossa), muito direcionada para o urbano.

Ainda assim, entre os anos de 1900 e 1930 foram poucas as mudanças no âmbito legislativo, não se legislando nem se produzindo ações estatais no sentido da habitação para as classes populares. A ação do Estado se restringiu a estimular a ação de agentes privados para a produção de habitação através de concessão de empréstimos, especialmente depois da nacionalização do *Banco Hipotecario del Uruguay* (BHU), em 1912. O BHU é um organismo estatal de crédito que, a partir da estatização, converteu-se “na instituição mais importante no que se refere ao financiamento de habitação.” (SOLANAS, 2016, p.129, tradução nossa).

Em 1920 foi sancionada a Lei 7.211, que deu início a um plano de construções econômicas, tendo como resultado a construção de 98 unidades habitacionais em terrenos do Ministério de Obras Públicas e, devido a enfrentamentos internos à administração, as casas passaram a ser administradas pelo BHU em 1924, que as destinou para funcionários do Ministério de Obras Públicas, sob o regime de aluguéis. (ARISTONDO, 2005; SOLANAS, 2016).

Ocorreram, nessas primeiras décadas do século XX, algumas ações também no sentido de melhorar o acesso à moradia e a qualidade da habitação da classe popular autoconstrutora. Em 1927 foi criada a *Oficina Técnica de Casas Baratas* pela *Sociedad de Arquitectos de Uruguay* (SAU), que funcionou prestando assessoria técnica a baixo custo, com atividades profissionais, como a realização de projetos, entre outras. Segundo Solanas (2016), pode-se dizer que, em certa medida, essa proposta da Oficina de Casas Baratas tenha sido uma antecessora do *Programa de Vivienda Popular*, proposto e executado pela prefeitura de Montevideú em 1941.

A primeira intervenção direta do Estado no sentido de solucionar o problema da habitação se deu através da *Ley de Derecho de Vivienda*, promulgada em 1921. “No entanto, só com a promulgação da Constituição de 1934 foi reconhecido o direito de todo cidadão uruguaio à moradia e tendo o Estado como responsável.” (BAREMBOIM; AGUDELO, 2010, p.175, tradução nossa).

Apesar do tardio reconhecimento legal do direito à habitação, a sociedade uruguaia foi testemunha de contínuos debates no seio dos mais variados círculos políticos e técnicos em defesa de moradia 'digna' para os habitantes menos favorecidos da população. (BARENBOIM; AGUDELO, 2010, p.172, tradução nossa, aspas no original)

Em 1935 é criada a *Comisión de Viviendas Obreras*. Dentre os feitos dessa comissão, foi traçado um plano para oferecer habitação para a classe popular a um custo mais acessível e com boas condições de higiene. Apesar de não ter desenvolvido um trabalho significativo no sentido de produzir habitação, essa comissão teve papel fundamental para o início da atuação do *Instituto Nacional de Viviendas Económicas* (INVE), criado em 1937. “Desde 1937, há a ideia de que os poderes públicos deveriam se ocupar da habitação de interesse social, dado que o capital privado não assumiria como seu esse problema” (BARENBOIM; AGUDELO, 2010, p.173, tradução nossa), tendo em conta que no período anterior a carência habitacional da classe trabalhadora foi toda absorvida pelas construções promovidas pelo capital privado. O INVE nasceu com o objetivo principal de produzir habitação de forma mais ampla possível, tanto para aluguel quanto para venda, com o intuito de “resolver o problema da habitação com a maior amplitude, generalização e equidade, já que sua atuação compreendia a todas as classes trabalhadoras e não se concentrava apenas na capital” (BARENBOIM; AGUDELO, 2010, p.173, tradução nossa). Segundo Solanas (2016), com a Constituição de 1934 se completa o que considera a fase *vivienda-derecho*, tendo em vista a inserção constitucional da habitação como direito a todos os cidadãos.

Entre a criação do INVE em 1937 até a década de 1950, a política nacional de habitação não avançou tanto para além de leis que regulamentam o valor dos aluguéis e normas sobre financiamentos sociais. Em 1952 é sancionada uma lei que congela os preços dos aluguéis no país, que é derrubada em 1973, já na ditadura militar. (MAGRI, 2014). Depois desse período, é a *Ley Nacional de Vivienda*, nº 13.728 de 1968 que, de fato, vai viabilizar transformações estruturais na política nacional uruguaia, a mesma lei que amplia consideravelmente as possibilidades de financiamento para a construção de conjuntos habitacionais pela iniciativa privada e que regulamenta pela primeira vez as cooperativas de habitação no país.

3.2 Um país de cooperativistas: contextualização do cooperativismo na sociedade e na política uruguaia

A história do cooperativismo no Uruguai vai muito além das cooperativas de habitação, que surgiram somente na segunda metade do século XX. As primeiras experiências cooperativas no país datam ainda do século XIX e têm uma relação direta com a construção da identidade e do sentido de nação para os uruguaios. Segundo a *Confederación Uruguaya de Entidades Cooperativas*, CUDECOOP (2023), a primeira organização com preceitos cooperativistas a ser inaugurada no país é a *Sociedad Cooperativa de Mucamos y Cocineros*, no ano de 1877 e, na década seguinte, diferentes cooperativas foram inauguradas. Um marco para o movimento no final do século XIX foi o nascimento do periódico *La Voz de la Cooperativa*, em 1889, importante para a difusão das ideias e dos princípios cooperativos em todo o país.

Para Bertullo *et al* (2004), há duas fases do cooperativismo no início da formação do movimento no Uruguai, que ele denomina de: os antecedentes pré-cooperativos e as cooperativas propriamente ditas. “Diferentes autores concordam em identificar antecedentes cooperativos já no ano de 1870. Época em que os princípios cooperativos se confundem com os do mutualismo.” (BERTULLO *et al*, 2004, p. 5, tradução nossa). Dessa maneira, aquelas organizações que podem ser de fato consideradas cooperativas propriamente ditas, como nomeia Bertullo *et al*, só surgem a partir da década de 1920, “aquelas cujos documentos fundacionais manifestam coincidência ou proximidade com os princípios cooperativos internacionalmente difundidos [...]” (BERTULLO *et al*, 2004, p.6, tradução nossa).

De outra maneira, Terra (1986) defende que é necessário que se faça uma análise das primeiras cooperativas que surgiram no país com uma certa flexibilidade quanto aos princípios cooperativos, ainda mais se tratando de cooperativas de consumo, uma vez que estas tendem a se desenvolver melhor quanto maiores se tornarem, o que faz com que o sentimento de pertencimento e de solidariedade definidos como princípios cooperativos sejam minimizados. Segundo o autor, assim como ocorreu na Inglaterra, no Uruguai as primeiras cooperativas que surgem também são cooperativas de consumo. “Se menciona uma experiência por volta de 1890 em Montevideu e uma cooperativa de trabalhadores da fábrica Liebig’s Fray Bentos em

1903. Porém os estatutos desta última não se ajustam aos princípios cooperativos.” (TERRA, 1986, p.38, tradução nossa).

Terra (1986) aponta que as duas primeiras décadas do cooperativismo uruguaio são marcadas pela presença escassa de experiências cooperativas propriamente ditas, mas que, apesar disso, há uma diversidade de experiências outras que podem ser relacionadas ao cooperativismo, como é o caso das organizações mutualistas de médicos, as sociedades de fomento rural, dentre outras. Todas essas citadas dizem respeito a experiências que antecedem uma ordenação jurídica e legal do sistema no país.

Das primeiras experiências, que podem ser tanto aquelas denominadas por Bertullo *et al* (2004) como pré-cooperativas e que surgem ainda no século XIX, quanto as propriamente ditas, nascidas nos primeiros anos do século XX, até a organização legal e jurídica dessa modalidade, passam-se algumas décadas. Somente em 1941 há o primeiro marco legal para cooperativas no Uruguai. Especificamente em 1941 é sancionada a lei nº 10.008, que pela primeira vez regulamenta a prática cooperativa no país, mas se restringe a cooperativas agropecuárias e, em 1946, é sancionada a lei nº 10.761, conhecida como Lei Geral que regulamenta várias outras modalidades cooperativas.

A Lei nº 10.761 é criada graças a um arranjo político na esfera nacional no Uruguai. Apesar do país já ter no início da década de 1940 um considerável número de cooperativas ativas e da legislação reconhecer a existência de cooperativas, não havia um marco legal que regulamentasse as cooperativas como entidades jurídicas. (PÉREZ, 2019). Através de um processo de ruptura na política nacional, em 1942 é proposta uma nova Constituição ao país e, a partir das mudanças ocorridas no período, que desencadearam transformações estruturais no legislativo uruguaio, o novo Parlamento, que emerge dessa nova condição na política nacional uruguaia, vota e aprova em agosto de 1946 a Lei 10.761 de Sociedades Cooperativas, considerada a primeira lei que regulamenta as cooperativas no país.

Das primeiras leis que regulamentam o sistema no país até a lei 13.728 de 1968, marco legal para o cooperativismo de habitação, passam-se mais de 20 anos. Nesse período várias outras leis são criadas para amparar legalmente a prática cooperativa

em suas diversas modalidades. Abaixo, uma linha do tempo que demonstra as diferentes leis criadas no país até 1968:

Gráfico 04: Linha do tempo dos marcos legais do cooperativismo no Uruguai

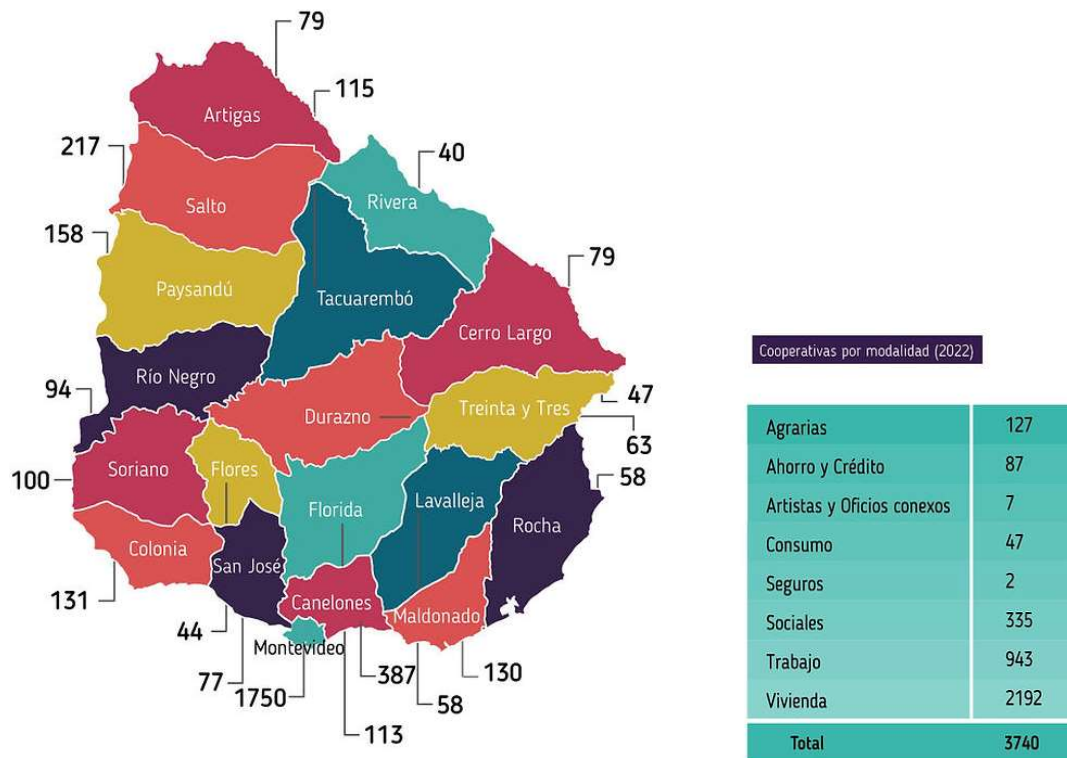


Fonte: Bertullo *et al*, 2004. Elaborado pela autora.

O passar dos anos não reduz a importância do movimento, pelo contrário, o que os dados oficiais do país mostram é um amadurecimento e a continuidade da prática cooperativa. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Seguridade Social do Uruguai em parceria com o INACOOOP (Instituto Nacional de Cooperativismo), no ano de 2022 o Uruguai tinha 1.179 cooperativas registradas e mais de 25 mil pessoas trabalhando nessas cooperativas. Das cooperativas registradas no ano de 2022, mais de 280 eram cooperativas de habitação, sendo quase 25% de todas as entidades registradas no país no mesmo ano.

Além desses, há dados do INACOOOP que dizem que até 2022, mais de 3 mil cooperativas já foram registradas no país e, dessas, mais de 50% eram cooperativas de habitação, somando mais de 2.000 entidades. O mapa abaixo representa a distribuição de cooperativas até 2022 no país por departamento e por modalidade:

Mapa 01: Mapa de cooperativas por departamento no Uruguai



Fonte: INACOOOP, 2023.

Pelo número de cooperativas ao longo da história, percebe-se a importância das cooperativas agrárias, sociais e de trabalho, sem mencionar as cooperativas de habitação, que são substancialmente mais numerosas que todas as outras modalidades somadas. Dentre as modalidades existentes no país, sem dúvida as cooperativas de habitação se destacam em número de entidades e de associados, além das cooperativas de trabalho e sociais, sendo essas últimas, legalmente falando, também cooperativas de trabalho que têm como objetivo proporcionar postos de trabalho aos seus sócios para o desenvolvimento de distintas atividades econômicas, segundo o artigo 172 da Lei 18.407/2008 (URUGUAI, 2008)

Quanto às cooperativas de habitação, sua base jurídica está inserida na Lei 13.728 de 1968, que é a Lei Nacional de Habitação e trata, além de todos os aspectos relativos à promoção habitacional no país, da regulamentação das cooperativas de habitação. O Capítulo X da Lei 13.728/1968 trata de toda a organização do cooperativismo para a produção de habitação no Uruguai. O texto da lei discorre sobre a forma de organização das cooperativas, os tipos de cooperativas – sociedades de

usuários ou de proprietários –, bem como todos os aspectos que permeiam as cooperativas de habitação para além das instituições, como as formas de financiamento através de recursos do Estado, as proibições, as obrigações e os direitos das organizações, o que é dever do Estado e o que é dever das entidades. A *Ley de Vivienda* de 1968 é o marco para a construção do cooperativismo de habitação por ajuda mútua deixar de ser uma experiência pontual e passar a ser uma política de Estado no Uruguai.

4 DA *PRÁXIS* AO MODELO

4 DA PRÁXIS AO MODELO

Em 2022 a FUCVAM completou 52 anos, nos quais a atuação em território uruguaio na luta por moradia para a população de baixo acesso não cessou e, ainda que em alguns momentos a produção de casas tenha sido desacelerada em razão das conjunturas políticas atravessadas ao longo desses anos, a defesa feita pela federação pelo modo cooperativo, pelo acesso à habitação, a defesa pela propriedade coletiva e à gestão cooperativa não foi paralisada. Durante todos esses anos, desde a fundação em 1970, a federação já atravessou um período de autoritarismo e ditadura, depois de intensificação de políticas neoliberais, a ascensão da esquerda no poder em nível nacional e ainda hoje enfrenta dificuldades na implementação do sistema cooperativo como modo de produção para as classes de menor acesso econômico.

Se na política interna uruguaia há um processo constante de lutas e conquistas da FUCVAM, no âmbito internacional a federação assumiu e cumpriu um papel fundamental na discussão sobre outras formas de produzir habitação, na construção de pontes entre movimentos sociais e entidades voltadas à questão da habitação em países da América Latina, atravessando os limites do continente americano e servindo de referência para organizações e movimentos em diferentes partes do mundo.

A construção do *Modelo Uruguayo de Cooperativismo de Vivienda por Ayuda Mutua* é, sobretudo, uma construção narrativa histórica que define, defende e propõe o sistema de produção praticado pelas cooperativas organizadas na FUCVAM como sendo um processo social que vai além da construção de casas e que tem como pressuposto a propriedade coletiva, a solidariedade e a cooperação entre vizinhos e a manutenção do cooperativismo na reprodução social e no trabalho. Uma defesa à criatividade, à construção de alternativas e do potencial do trabalho coletivo, que historicamente possibilitou a criação de creches, bibliotecas, centros comunitários e policlínicas, organizados pelas cooperativas durante e depois do período de obras. (CASTRO et al, 2013).

Para compreender e analisar a concepção do Modelo Uruguayo de Vivienda por Ayuda Mutua, este capítulo está dividido em três partes. A primeira parte, a definição de uma proposta cooperativa, trata do período compreendido entre meados da década

de 1960, contexto em que se organizam e iniciam as operações relacionadas às 3 experiências-piloto coordenadas pelo CCU, até meados da década de 1970, período marcado pelo início da ditadura militar e a consequente implementação de impedimentos legais às cooperativas de habitação. A segunda parte, “Ilhas de liberdade”: a defesa da proposta cooperativa, refere-se ao período entre 1973 e 1985, anos marcados pelo autoritarismo e ditadura, de tentativa de enfraquecimento e eliminação do movimento cooperativo e da resistência das cooperativas e dos cooperativistas ao regime ditatorial, da defesa e da luta pela moradia digna, pela proposta cooperativa para a produção habitacional. A terceira parte, da *práxis* ao modelo: o Cooperativismo de Vivienda por Ayuda Mutua (CVAM), trata do início da redemocratização do Uruguai, a partir de 1985 até o início dos anos 2000 e analisa o processo de retomada das produções de conjuntos cooperativos e do processo de intercâmbio de ideias sobre o modelo de *Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua* (CVAM) com países da região, em especial os países da América do Sul, baseado na prática organizativa e produtiva das cooperativas agregadas pela FUCVAM.

4.1 A definição de uma proposta cooperativa

A experiência cooperativa uruguaia para a produção habitacional não é pioneira na América Latina, mas carrega consigo a importância de uma experiência forjada numa conjuntura política e econômica nada favorável às alternativas de produção que não seguissem a lógica de produção do capital.

Em 1961 ocorre em Genebra a 45ª Conferência Internacional do Trabalho organizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e, dentre as recomendações estabelecidas no encontro, o documento elaborado cita a importância do estímulo à forma cooperativa para a produção habitacional, tanto no que diz respeito às políticas nacionais de habitação, quanto no tocante ao financiamento e desenvolvimento econômico estabelecidos a partir das políticas de habitação:

La Conferencia recomienda a los Miembros de la Organización que apliquen los principios generales siguientes, dentro del marco de su política social y económica general, en la forma que consideren apropiada de conformidad con las condiciones nacionales:
[...]

*II – Objetivos de la política nacional en materia de vivienda
[...]. En los programas de construcción de viviendas para trabajadores
convendría dejar suficiente margen a la iniciativa privada, a las
cooperativas y a las empresas públicas. (OIT, 1961, p. 18-19)
[...]*

V – Financiamiento

*17. De conformidad con la práctica nacional, deberían adoptarse
medidas apropiadas para:*

*[...]b) estimular a los particulares, a las cooperativas y a las empresas
privadas a invertir fondos en la construcción de viviendas para los
trabajadores. (OIT, 1961, p. 22)*

As primeiras experiências de cooperativas de habitação no Uruguai – denominadas desta maneira e com a produção de moradias como finalidade principal – surgem na segunda metade da década de 1960. O documento da OIT de 1961 é indicativo para entender que o fomento ao cooperativismo para a produção de habitação já vinha sendo discutido por diferentes países.

A questão da pobreza urbana é temática central nas discussões internacionais na década de 1960 e a América Latina é dos focos do debate nesse sentido. Durante esse período a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) já vem suscitando discussões sobre a redução de vulnerabilidade e da pobreza das populações periféricas e sobre a necessidade de reformas nos Estados para a distribuição de renda e a dinamização das economias nacionais. (CEPAL, 1998).

Se, por um lado, se tem a construção de um debate com a proposição do cooperativismo nas políticas nacionais de habitação, encabeçado por órgãos internacionais como a OIT e a CEPAL, por outro lado a Igreja Católica também constrói um discurso de incentivo e promoção da prática cooperativa, apoiado em correntes progressistas que acreditam e defendem uma atualização dos preceitos e ações da Igreja e, neste caso, a discussão foi além de recomendações.

Os bens da terra, destinados a todos

Deus destinou a terra com tudo o que ela contém para uso de todos os homens e povos; de modo que os bens criados devem chegar equitativamente às mãos de todos, segundo a justiça, secundada pela caridade. Sejam quais forem as formas de propriedade, conforme as legítimas instituições dos povos e segundo as diferentes e mutáveis circunstâncias, deve-se sempre atender a este destino universal dos bens. Por esta razão, quem usa desses bens, não deve considerar as coisas exteriores que legitimamente possui só como próprias, mas

também como comuns, no sentido de que possam beneficiar não só a si mas também aos outros. De resto, todos têm o direito de ter uma parte de bens suficientes para si e suas famílias. Assim pensaram os Padres e Doutores da Igreja, ensinando que os homens têm obrigação de auxiliar os pobres e não apenas com os bens supérfluos. Aquele, porém, que se encontra em extrema necessidade, tem direito de tomar, dos bens dos outros, o que necessita. Sendo tão numerosos os que no mundo padecem fome, o sagrado Concílio insiste com todos, indivíduos e autoridades, para que, recordados daquela palavra dos Padres – “alimenta o que padece fome, porque, se o não alimentaste, mataste-o” - repartam realmente e distribuam os seus bens, procurando sobretudo prover esses indivíduos e povos daqueles auxílios que lhes permitam ajudar-se e desenvolver-se a si mesmos.

Nas sociedades economicamente menos desenvolvidas, o destino comum dos bens é frequentes vezes parcialmente atendido graças a costumes e tradições próprias da comunidade, que asseguram a cada membro os bens indispensáveis. Mas deve evitar-se considerar certos costumes como absolutamente imutáveis, se já não correspondem às exigências do tempo actual; por outro lado, não se proceda imprudentemente contra os costumes honestos, que, uma vez convenientemente adaptados às circunstâncias actuais, continuam a ser muito úteis. De modo análogo, nas nações muito desenvolvidas economicamente, um conjunto de instituições sociais de previdência e seguro pode constituir uma realidade parcial do destino comum dos bens. Deve prosseguir-se o desenvolvimento dos serviços familiares e sociais, sobretudo daqueles que atendem à cultura e educação. Na organização de todas estas instituições, porém, deve atender-se a que os cidadãos não sejam levados a uma certa passividade com relação à sociedade ou à irresponsabilidade e recusa de serviço. (CONCÍLIO VATICANO II, 1965, n.p., aspas no original)

Tal como ocorre no âmbito da política internacional, a pobreza urbana é o mote do debate religioso no mesmo período. “Das periferias do mundo, e especialmente do chamado Terceiro Mundo, chegavam ao Concílio clamores e esperanças dos milhões de pessoas relegadas à pobreza.” (DOMEZI, 2015, p.30). O Concílio Vaticano II⁹ representa, naquele momento, o desejo de uma geração de líderes católicos por uma renovação da atuação da Igreja Católica nas bases, demonstrando a preocupação com a condição de vida das populações empobrecidas naquele momento, mas longe

⁹ O Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, foi um marco importante de renovação e transformação da Igreja Católica. Durante o Concílio, foram discutidos diversos temas que questionavam a atuação da Igreja Católica. A Igreja dos Pobres foi uma das temáticas discutidas pelos bispos, que defendia e reconhecia a importância de a Igreja dedicar-se a buscar justiça social aos mais pobres. No documento “Gaudium et Spes” (Alegria e Esperança), elaborado durante o Concílio, é enfatizada a necessidade de a Igreja estar solidária com os pobres e trabalhar na promoção de dignidade da vida humana e no combate à pobreza através do compromisso de estar ativamente envolvida na defesa dos direitos dessa parcela da população. Apesar disso, a Igreja dos Pobres não encontra apoio em todos os segmentos da Igreja Católica, ainda assim representa um importante momento de transformação da relação entre a sociedade e a Igreja. (DOMEZI, 2015)

de ser uma simples transformação de toda a Igreja. A defesa de uma Igreja mais próxima das questões sociais e preocupada com os mais pobres é encabeçada por um grupo de líderes denominado Igreja dos Pobres. “Durante todo o Concílio, o grupo Igreja dos Pobres atuou como força de proposição e lugar de discussão sobre a pobreza.” (DOMEZI, 2015, p. 41).

Essas ideias discutidas no contexto internacional sobre o combate à pobreza estão de acordo com o que já estava em pauta no Uruguai. O início da década de 1960 é marcado por uma tendência cada vez mais liberal na política uruguaia e pela tentativa de uma mudança estrutural nas relações do Estado com a sociedade civil. (MAGRI, 2014, p.68).

No plano da habitação, o cenário que se tem até a metade da década de 1960 é de enfrentamento a uma crise financeira do *Banco Hipotecario Uruguayo* (BHU), que faz com que o banco e o Estado adotem um conjunto de medidas legais que facilitam o acesso ao crédito para grupos sociais mais privilegiados da sociedade, sem considerar a população de menor renda. O plano publicado pela *Comisión de Inversiones y Desarrollo Económico* (CIDE), que responde tanto a uma demanda habitacional como também a uma demanda econômica, ainda que não tenha sido concretizado, representa o primeiro passo em direção à *Ley Nacional de Vivienda*, a 13.728 de 1968.

Em 1965, a *Comisión de Inversiones y Desarrollo Económico* (CIDE) publicou o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para o período de 1965-1974. Na sua estratégia a habitação cumpria um papel importante, não somente pelas conquistas propostas no campo habitacional mesmo, senão como mobilização da indústria e geração de emprego. (TERRA, 1969, p. 37, tradução nossa, itálico no original)

Os aspectos norteadores do plano desenvolvido pela CIDE são: “toda família, qualquer que sejam seus recursos econômicos, deve poder ter acesso a uma moradia adequada” (TERRA, 1969, p.37, tradução nossa) e a política nacional de habitação deveria ser criada e administrada de forma inseparável do desenvolvimento econômico do país. O plano da CIDE antecipa também a necessidade de estímulo à ajuda mútua e o impulso ao cooperativismo como sistema de produção da habitação. (TERRA, 1969).

Diante da orientação mais liberal tomada pelo Estado para solucionar a problemática da habitação, setores da sociedade civil assumem um lugar de enfrentamento às políticas conduzidas pelo Estado naquele momento. Organizações católicas ligadas a correntes mais progressistas da Igreja desempenham um papel ativo na disputa por políticas públicas que incluam as camadas de menor renda, por alternativas consideradas mais democráticas ao acesso à habitação dessa população.

Frente às inquietações dos grupos ligados à Igreja Católica com as condições de vida da população de menor renda e diante das possibilidades que vêm sendo construídas e discutidas nas comunidades eclesiais, a atuação da comunidade católica na primeira metade da década de 1960 é determinante neste sentido. Nessa mesma época, já acontecem outras experiências que operacionalizam a produção de moradia através de processos coletivos e de solidariedade em países vizinhos ao Uruguai. Em entrevista à revista *Dinámica Cooperativa*, em uma edição de comemoração dos 50 anos das três primeiras cooperativas de habitação no país, Ester Arem, presidenta da cooperativa Isla Mala, uma das primeiras cooperativas de habitação do Uruguai, aponta:

Teníamos em la localidad un cura, Julio Arrillaga, un párroco que al viajar a Chile, conoce la experiencia de un grupo de vecinos que se juntan para construir su casa, cada uno aportando lo que sabía lograban llevar adelante la construcción de sus viviendas. Entonces al volver al Uruguay trae esa idea, acá había mucha gente que trabajaba en los tambos¹⁰ que no tenían sus casas. Hizo un llamado en el que se anotaron como 56 personas. Después se hicieron reuniones donde él con un grupo de acá fueron a INVE, en ese momento aún no estaba la ley de vivienda, estábamos en el 66. (AREM, 2016, p. 20)

Essas experiências de cooperativas de habitação no exterior são base importante para o que, posteriormente, é desenvolvido por técnicos comprometidos com a questão da moradia conjuntamente com as comunidades em que atuam. Para além da inspiração na proposta chilena, outras importantes referências para o cooperativismo uruguaio são as da Suécia, Venezuela e Alemanha. (BURONI, 2016).

Paralelamente à movimentação das lideranças religiosas em articulação com a população e com órgãos estatais, são constituídos dentro da Igreja grupos de profissionais recém formados interessados em atuar no combate à pobreza. Daisy

¹⁰ Local onde se trabalha com ordenha de vacas e produção de leite e laticínios para comercialização.

Solari e Saúl Irureta, respectivamente assistente social e arquiteto que fizeram parte desde 1965 como integrantes do Centro Cooperativista Uruguayo (CCU), em entrevista à edição de 2016 da revista *Dinámica* falam sobre o envolvimento de membros da Igreja Católica no início desse processo em que se conforma o cooperativismo de ajuda mútua uruguaio.

El CCU fue fundado, a iniciativa del obispo de San José Monseñor Luis Baccino, por un grupo de 5 militantes cristianos para quienes gestionó becas en la Universidad Católica de Lovaina, con el apoyo del Movimiento Internacional de la Juventud Agraria Católica (MIJARC) y financiación del Boerendondo Belge (Centro Cooperativista de Bélgica). [...] A su retorno y en base a los conocimientos adquiridos crearon el Centro Cooperativista Uruguayo (CCU) para promover el cooperativismo en Uruguay y otros países de América Latina y dar apoyo técnico a empresas cooperativas. Sus actividades comenzaron por la organización de cursos de formación para dirigentes de nuestro país y otros de la región. (SOLARI; IRURETA, 2016, p. 9)

O CCU é fundado por jovens profissionais ligados a correntes progressistas da Igreja, que acreditam na melhoria das condições materiais de vida através do cooperativismo, em 1961. No ano seguinte é fundado o *Partido Democrata Cristiano* (PDC), que posteriormente tem como um de seus representantes no poder legislativo uruguaio Juan Pablo Terra, importante personagem para a história do cooperativismo de habitação no campo das políticas públicas. (BURONI, 2016). Uma das organizações cristãs que mais tarde também ocupa um lugar de protagonismo na defesa das cooperativas de habitação é a *Juventud Democrata Cristiana*.

Os primeiros anos de atuação do CCU são dedicados à educação e à promoção do cooperativismo em diferentes setores de produção e serviços, além de desenvolver o trabalho de assessoria a cooperativas que já existem. A habitação passa a fazer parte do escopo de trabalho do Centro com a criação do setor de habitação em 1965. Estes são os primeiros passos dados em direção à materialização das três primeiras experiências cooperativas de habitação, consideradas experiências-piloto e cruciais na inserção do cooperativismo na política nacional de habitação. (Centro Cooperativista Uruguayo, 2021). O cenário que se tem é de uma incipiente organização de grupos que demandam habitação e a articulação do CCU e outros membros da Igreja Católica e da sociedade civil. É neste momento que se busca uma articulação com o Estado.

O INVE (*Instituto Nacional de Viviendas Económicas*) tem um convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), firmado através do Plano Nacional de Habitação, elaborado e aprovado em 1963, que apresenta como premissa a necessidade de uma contrapartida nacional para o financiamento de construção das casas. Assim, o acordo firmado entre CCU e INVE para financiamento das três cooperativas pioneiras se configura da seguinte maneira: 50% de fundos do BID, 25% proveniente do INVE e a complementação é feita através da ajuda mútua. (CECÍLIO, 2015; BURONI, 2016).

Como indicam Leonardo Pessina, um dos arquitetos que trabalhou nas obras, e Benjamín Nahoum, importante personagem para compreender todo o processo do cooperativismo de habitação uruguaio, arquiteto associado à FUCVAM e professor da *Facultad de Arquitectura e Urbanismo da Universidad de la República*:

La viabilidad del emprendimiento fue obtenida con el aporte financiero del BID, Banco Interamericano de Desarrollo em 50% del total, del INVE, Instituto de Viviendas Económicas en 25% y la Cooperativa aportaba con trabajo el 25% restante. El CCU contribuía con el terreno, algunos equipamientos y el asesoramiento técnico físico y social, apostando en el efecto demostración del modelo de Cooperativa por ayuda mutua en el país. (PESSINA, 2016, p. 16)

Es así que surge la idea, con el importante aporte de una organización gubernamental, el Centro Cooperativista Uruguayo (CCU), de que en algunos de los programas ese aporte nacional fuera integrado por el trabajo directo de los interesados. Lo que no se podía poner en dinero se pondría en trabajo y de esa idea surgen las cooperativas de ayuda mutua. [...] Noventa y cinco familias en total, habrían de ser quienes abrieran el camino del cooperativismo de Ayuda Mutua en Uruguay. (NAHOUM, 2002, p. 130-131)

Um aspecto que deve ser mencionado sobre o financiamento obtido para a construção das três primeiras experiências cooperativas conduzidas pelo CCU é que se tratava de um financiamento para a construção de habitação rural. Dessa forma, nenhuma das experiências conduzidas pelo CCU naquele momento estão localizadas na capital Montevideu. As três cooperativas formadas são no interior do país, em Isla Mala, departamento de Florida, em Fray Bentos, departamento de Río Negro e em Salto, em departamento de mesmo nome. (NAHOUM, 2008; BURONI, 2016).

A partir disso, o desenvolvimento da proposta conduzida pelo CCU, setores da Igreja Católica e as comunidades envolvidas caminha em paralelo e se cruzando com a

concepção da Lei Nacional de Habitação de 1968, uma vez que técnicos ligados ao Centro fazem parte da equipe que elabora o texto que compôs a lei 13.728. (NAHOUM, 2008; CECÍLIO, 2015). Os desafios enfrentados na relação com a sociedade civil estão relacionados à confiança no processo e na proposta – a de organização cooperativa, de ajuda mútua, autogestão – e aos trâmites burocráticos para o reconhecimento e adaptação da forma cooperativa. Pessina aponta, em entrevista à *Dinámica Cooperativa*, partes do processo de formação das cooperativas que conduziram às experiências-piloto:

[...] Teníamos que demostrar que la Ayuda Mutua era viable como solución para las familias de bajos ingresos en los hechos, con bloques, ladrillos, hormigón y mucho trabajo. El CCU había hecho contactos en el pueblo y realizado reuniones con los interesados en la idea de la Cooperativa y de a poco fuimos asesorados en el proceso de conformación de la Cooperativa junto con Daysi Solari, la aprobación del estatuto, del reglamento de ayuda mutua y la integración de las comisiones de la cooperativa para la obra y la convivencia posterior. (PESSINA, 2016, p. 16)

O esforço despendido por técnicos, militantes e políticos ligados à proposição de uma nova forma de produzir habitação no país se direciona tanto para a sociedade, uma vez que é preciso demonstrar a viabilidade daquilo que está sendo proposto, quanto para legisladores e políticos no poder, a fim de dar legalidade e suporte público à proposta, pois um meio de viabilizar financeiramente o cooperativismo é elevar a experiência ao patamar de política de habitação em nível nacional.

Concretar esta aspiración implicó un largo y perseverante esfuerzo de casi 3 años. No había antecedentes en el país de cooperativas de viviendas, existía una serie de prevenciones respecto a la Ayuda Mutua y sin embargo era necesario viabilizar legal y financieramente estos programas, porque al hacerlo se comenzaba a viabilizar el cooperativismo de vivienda en el país. [...] Luego de un extenso y trabajoso trámite, estas obras fueron incluidas por resolución del Directorio de INVE en marzo de 1968, en el plan de construcciones a corto plazo. (Cuadernos Cooperativos, 2º trimestre de 1970)

Em 1967 é criada uma comissão especial para a criação de um plano nacional de habitação que desse conta de absorver as diferentes demandas relacionadas à habitação no Uruguai. O processo de elaboração do plano e aprovação da lei se dá ao longo de um período de transformação da política nacional uruguaia, de implementação de medidas reacionárias e antidemocráticas – como a proibição e censura de partidos políticos e publicações –, o que significa dizer que há um processo

de disputa entre campos políticos em curso durante o período de construção da lei que resvala também na proposta de inserir o cooperativismo na política nacional de habitação. (BURONI, 2016). Juan Pablo Terra expõe:

Aprobado el proyecto en Diputados, en los primeros días de enero de 1968, hubo de enfrentar durante el año siguiente, en Senadores, presiones centradas contra el mecanismo de reajuste y en defensa del mantenimiento de las leyes especiales. Detrás de esas presiones estaban los deudores del Banco Hipotecario, que aspiraban a seguir beneficiándose con la inflación, y los grupos favorecidos por leyes especiales, temerosos de que un sistema nacional representara un peligro para sus conquistas. Un tercer ángulo de ataque, más natural y explicable, se dirigió contra el aporte sobre los sueldos, destinado al Fondo Nacional de Vivienda, y sobre los mecanismos de su recaudación. (TERRA, 1969, p. 39)

Vale acrescentar que a proposta de fomento de uma política nacional de produção de casas vai além das discussões sobre as carências da população uruguaia. Trata-se também de uma política voltada para dinamizar a economia nacional, de estímulo ao crescimento do setor da construção civil, na esteira das transformações políticas que fazem parte do planejamento econômico de políticas públicas, impulsionadas não só no Uruguai, mas em toda América Latina através da Aliança para o Progresso¹¹. (GARCÍA BOUZAS, 2011; SOLANAS, 2016) Benjamín Nahoum, em texto que narra a construção do cooperativismo de habitação por ajuda mútua no Uruguai, aponta:

Esa ley, producto de la crisis que en aquel momento afectaba a la industria de la construcción en el país, incorpora a la legislación uruguaya algunos elementos que luego fueron sumamente importantes para el desarrollo de las políticas de vivienda: entre otros, la planificación, la creación de la Unidad Reajutable, la constitución de un Fondo Nacional de Vivienda, el subsidio, la generalización de los sistemas de ahorro y préstamo... y las cooperativas de vivienda. (NAHOUM, 2002)

A lei aprovada em 1968 propõe diferentes modos de produção, dentre os quais o sistema privado, com apoio estatal e o sistema público de produção representam um aceno à economia, e o sistema cooperativo, que mesmo com as divergências no

¹¹ A Aliança para o Progresso foi uma iniciativa lançada pelo governo dos Estados Unidos no ano de 1961, quando John Kennedy era o presidente do país, assinado por diversos países da América Latina e os EUA. O documento assinado tratava do combate à pobreza, redução de desigualdades sociais e fortalecimento das instituições democráticas na região. Na prática, a Aliança para o Progresso representou a tentativa norte-americana de garantir hegemonia e controle econômico sobre os países latino-americanos. (NEGRELOS, 2021)

espectro progressista da política nacional uruguaia, representa o modo produtivo que faz um aceno às organizações sociais de luta por moradia no país.

Diferentes fatores fazem com que a forma cooperativa seja inserida no Plano Nacional de Habitação, mas não significa dizer que há um consenso na aprovação do capítulo X da lei 13.728, capítulo de Cooperativas de Habitação, elaborado com apoio e assessoramento do CCU, regulamentado somente um ano após a aprovação da lei, em 1969. (MAGRI, 2014; CECÍLIO, 2015; PESSINA, 2016). Desta forma, constitui-se pela primeira vez no Uruguai a forma legal de cooperativas de habitação por ajuda mútua amparada na Política Nacional de Habitação.

Reglaméntase los artículos 130 a 176 de la Ley Nº 13.728, sobre organización y funcionamiento de las Cooperativas de Vivienda y de los Institutos de Asistencia Técnica. Regúlese su constitución, estatutos y registro, prohibiciones, obligaciones y cometidos, socios, derechos de los asociados, patrimonio, régimen económico-financiero, ahorro, administración y fiscalización, promoción, asistencia y control de las Cooperativas, disolución y liquidación, federación de Cooperativas, de las Unidades Cooperativas de Viviendas de Usuarios, propietarios, Cooperativas que emplean sistemas de autoconstrucción, Cooperativas Matrices, Institutos de Asistencia Técnica. (Uruguay, 1969)

Em dezembro de 1968 é iniciada a obra da Cooperativa 25 de Mayo, no departamento de Florida, em Isla Mala. Destaca-se aqui a construção desta cooperativa como amostra do que está sendo desenvolvido entre técnicos e cooperativistas e pelo símbolo que essa cooperativa carrega como tendo sido o primeiro bairro cooperativo inaugurado. Pessina (2016) relata sobre o trabalho executado durante a pré-obra e a obra em Isla Mala, explicando o modelo de processo produtivo e as relações de trabalho defendidas pelo movimento. Um dos aspectos que aparecem na fala de Pessina remetem ao trabalho em canteiro de obras antes de seu início de fato:

Antes de começar a obra planejamos uma pré-obra fabricando os blocos de tijolo e telhas para o teto e a laje das casas com um sistema inspirado no sistema BENO¹² do CEVE (*Centro Experimental de Vivienda Económica*) de Córdoba. [...] O pré-obra serviu como treinamento para a ajuda mútua e foi muito importante para fabricar

¹² Trata-se de um sistema construtivo desenvolvido pelo Centro Experimental de Habitação Acessível, de Córdoba, Argentina, que utiliza placas de concreto armado pré-fabricadas que já incluem as instalações, parede e concreto armado. O Centro foi fundado em 1967 dentro da Faculdade de Arquitetura da Universidade Católica de Córdoba (UCC) e começou como um laboratório oficina de desenvolvimento de tecnologias construtivas pensadas para favorecer processos autogestionários de produção de habitação. (CEVE, 2022)

elementos das casas antes de começar de fato a obra, sem prejudicar o prazo da mesma. (PESSINA, 2016, p. 16, tradução nossa)

O relato de Pessina demonstra a preocupação dos técnicos envolvidos na execução do bairro em racionalizar o trabalho no canteiro de obras, uma vez que essas tecnologias construtivas, trazidas através de uma parceria com um centro de estudos voltado à habitação produzida através de processos autogestionários, tinham como premissa a simplificação do trabalho, a redução do tempo e da necessidade de mão-de-obra, fatores que demonstravam que o trabalho dos técnicos do CCU ia além das questões burocráticas e da formalização das cooperativas, havia um olhar atento a que condições de trabalho essas pessoas, envolvidas no processo de ajuda mútua, estariam submetidas.

A ajuda mútua funcionou muito bem, as equipes de cooperativistas estavam bem organizadas e os contratados totalmente afinados com a ideia. A solidariedade estava sempre presente, para ajudar aqueles que trabalhavam nos tambos, as mulheres dedicadas e organizadas em suas tarefas [...]. (PESSINA, 2016, p.17, tradução nossa)

A obra da Cooperativa 25 de Mayo é finalizada em maio de 1970. Antes mesmo da aprovação do Capítulo X da lei 13.728, que regulamenta as cooperativas de habitação, outras cooperativas são formadas em diferentes partes do país, com maior incidência na capital e no litoral uruguaio. (BURONI, 2016). Todo o processo de organização dos grupos cooperativos, aprovação de financiamentos e obras das três experiências são determinantes para a definição das ideias que norteiam a atuação do movimento cooperativista uruguaio. Nahoum acrescenta sobre a importância da lei para o desenvolvimento do movimento cooperativo:

O caminho aberto pela Lei de Habitação [...] foi rapidamente transitado por centenas de famílias que, superada a desconfiança inicial em relação a um sistema que era totalmente novo e que tinha muito de utópico, prontamente o elegeram como a via mais adequada para solucionar seu problema habitacional (NAHOUM, 2002, p. 131, tradução nossa)

A data de 24 de maio de 1970 marca a fundação da FUCVAM, mas é importante entender que a federação não nasce de decisões ocorridas somente naquele momento. Há uma construção permanente, que se iniciou antes de 1968, e que ocorre paralela aos outros fatos que compõem essa história. A saber, antes do encontro que define a criação da federação, há uma sucessão de encontros de cooperativas de

habitação no Uruguai, o que indica que o movimento cooperativo de ajuda mútua não estaciona nessas três experiências-piloto, ou seja, o movimento ganhava relevo e cada vez mais adeptos à ideia de produzir habitação através de processos coletivos. Entre 1968 e 1970 são realizados cinco encontros nacionais que discutem os seguintes passos da organização:

Primeiro Encontro Nacional de Cooperativas de Habitação. As três cooperativas pioneiras promovem a proposta de se organizarem em federativa. Antes da fundação da FUCVAM foram realizados quatro encontros nacionais. (FUCVAM, 1995, p.4, tradução nossa, grifo do autor)

O processo tem vários momentos até maio de 1970, a saber: 1) Primeiro Encontro Nacional de Cooperativas de Habitação em Montevideu – 1968. 2) Segundo e terceiro Encontros em Salto e Paysandú – 1969. Criação da Secretaria Geral das Cooperativas de Habitação em 1969, que consolida a proposta de federação e convoca o IV Encontro Nacional de Cooperativas de Habitação – Fray Bentos – 1969. Finalmente no dia 24 de maio de 1970 no marco do V Encontro Nacional se aprova a constituição da FUCVAM, Federação Uruguiaia de Cooperativas de Habitação por Ajuda Mútua. As cooperativas fundadoras foram: COSVAM (Salto), Municipales, Covisan e Covinor (Paysandú), Exodo de Artigas (Río Negro), 25 de Mayo (Florida), Covine, Covimt, Coviafe, Macovi e Sadil (Montevideu) (PESSINA, 2016, p. 18, tradução nossa)

Os desdobramentos do processo de construção dos primeiros bairros cooperativos delineiam aspectos constitutivos do movimento cooperativo de luta por moradia no país: a discussão sobre processos produtivos e organizativos, a defesa pela propriedade coletiva da terra; além disso, assentam a mobilização da sociedade civil que luta por meios mais participativos de acesso à habitação na criação da *Federación Uruguaya de Vivienda por Ayuda Mutua* (FUCVAM), como uma entidade gremial. No trecho seguinte, Nahoum sintetiza a base do pensamento que orienta a atuação das cooperativas de ajuda mútua uruguaias:

A nova organização implica a simbiose de uma forma organizativa, a cooperativa, e uma forma de trabalho, a construção por ajuda mútua. Cooperativa em primeiro lugar, ou seja, uma organização de iguais, dirigida democraticamente por sua base social através de órgãos de direção e controle que a mesma constitui e designa. E cooperativa de habitação, quer dizer, uma associação de famílias que, frente à necessidade comum por habitação contribuem com esforço e iniciativa de todos os membros para solucionar de forma conjunta. Por fim, cooperativa de ajuda mútua, o que significa dizer que um dos recursos principais para alcançar os objetivos será o aporte de mão de obra das

famílias que integram a cooperativa. (NAHOUM, 1984, p.4, tradução nossa)

A formação da FUCVAM revela duas perspectivas diferentes da mesma história. Primeiro, como um ponto de chegada, demonstrado no ordenamento de demandas e reivindicações voltadas à questão da habitação em um movimento consolidado e organizado nas bases da sociedade uruguaia. Segundo, como um ponto de partida, representando o início de uma história que se estabelece a partir da defesa de uma proposta cooperativa, de ajuda mútua, autogerida e de propriedade coletiva. Os marcos fundacionais da federação são determinados primeiro a partir de uma identidade de classe, como uma organização da classe trabalhadora para a classe trabalhadora, segundo como uma entidade gremial, orientada à defesa do direito à habitação em uma perspectiva mais ampla, que vai além da aquisição da casa, a da defesa do cooperativismo. (GONZÁLEZ, 2011).

Na edição nº1 de seu Boletim, de março de 1971, a FUCVAM se apresenta:

Como toda organização de nítida raiz popular, a FUCVAM foi fundada e trabalha com o objetivo claro de conseguir para os trabalhadores o que os diferentes governos que detiveram o poder em nosso país não obtiveram ou quiseram realizar: a habitação. [...] A FUCVAM é uma organização de trabalhadores e para trabalhadores, onde se trabalha com o fundamento de que todos devemos contribuir com nosso esforço, tanto no trabalho quanto na direção dos grupos cooperativos, e da própria Federação. É uma organização apolítica, mas que precisa estar no “metiê” político, ou seja, a gestão precisa ser feita tanto em nível administrativo como em nível político. [...] Isto é FUCVAM: uma instituição disposta a romper com os velhos padrões estabelecidos e forjar as bases de uma nova sociedade, regida pela igualdade e o respeito. (FUCVAM, 1971, tradução nossa)

Como ponto de partida, a narrativa construída por aqueles que fazem parte de maneira ativa da história da FUCVAM diz muito sobre uma trajetória constante de luta, de enfrentamento às decisões do poder público para enfraquecer o movimento. A década de 1970, o início dessa trajetória, é marcada pela contradição do crescimento acelerado do número de cooperativas em um momento de crescente escalada do autoritarismo do governo nacional. Ao mesmo tempo em que se tem um significativo número de financiamentos aprovados para as cooperativas de ajuda mútua, o Estado

usa de sua força para tentar frear os atos mobilizados pela FUCVAM, como menciona Zulma Cardoso¹³ em sua fala à Revista Social da FUCVAM de 1995:

Ocupação de Cerro Norte. Primeiras ocupações comunitárias de reivindicação de terras e empréstimos para construir. Resistência cooperativa e repressão governamental em COVICENOVA – Cooperativa Cerro Norte Vanguarda. Já no primeiro dia chegou a polícia querendo nos levar. E todas as pessoas que estavam ocupando, operários e trabalhadores de todos os tipos, não demos atenção e permanecemos. Trouxeram cavalos e um monte de militares nos cercaram[...] O Cerro parecia o cenário de um filme de guerra. (FUCVAM, 1995, p. 7, tradução nossa, grifo do autor)

Mesmo com a escalada autoritária do governo nacional, os primeiros anos da FUCVAM são de forte mobilização das bases e de reivindicações junto ao Estado uruguaio para melhorar as condições para as cooperativas exercerem o objetivo que buscavam, a construção dos conjuntos habitacionais. Uma das principais lutas era pela manutenção do Plano Nacional de Habitação. Dentre as principais demandas do movimento naquele momento, as principais proposições apresentadas pela FUCVAM estão relacionadas ao aumento do Fundo Nacional, à atribuição de uma cota fixa para as cooperativas de ajuda mútua dentro do Plano Nacional que equiparasse à cota do setor público e a criação de um Fundo de Terras, como expõe o CCU:

A FUCVAM lutará contra todas aquelas disposições que tendem a asfixiar o Cooperativismo, dificultando o seu acesso aos terrenos. Neste sentido, a FUCVAM propõe a criação de um Fundo de Terras específico com prioridade para as cooperativas. Para isso é necessário que sejam formuladas as normas que permitam: a) a disposição regular de fundos que permita uma política que seja nacional, abrangendo pelo menos as capitais departamentais, voltada a médio e longo prazo; b) a coordenação de esforços de todos os órgãos estatais participantes, que evitam os problemas que surgem atualmente e obrigam as cooperativas a soluções onerosas (Centro Cooperativista Uruguayo, 1972, tradução nossa)

As mobilizações da organização não se limitam a essas exigências feitas ao poder público, a FUCVAM também assume a importante função de chamar a população uruguaia em defesa do cooperativismo de ajuda mútua. Assim, a federação reconhece o papel significativo que a sociedade tem nesse processo e faz um chamado à

¹³ Zulma Cardoso foi militante da FUCVAM desde os primeiros anos de formação e uma das sócias-fundadoras da COVICENOVA - Cooperativa Cerro Norte Vanguarda, em Montevídeu.

participação e organização. “Chamado para a militância” era o título de uma publicação do Boletim da FUCVAM em 1972:

A problemática da habitação é uma das grandes inquietudes da classe trabalhadora, conjuntamente com as desejadas fontes de trabalho e renda decentes. [...] A FUCVAM buscou desde sua fundação formalizar a luta para que esse problema de perspectiva sombria seja uma realidade tangível e real para quem, com seu esforço mantém a riqueza e a economia do nosso país, para nós irmãos de luta. [...] Companheiro cooperativista, teus braços são necessários para levantar a obra, mas tua militância também é necessária para que possamos defender nosso movimento ombro a ombro e projetá-lo para um futuro melhor, precisamos de ti para que a militância seja sólida, que não apareçam fissuras nem debilidades aos olhos de quem tem interesses criados e contra nós. Tua militância, a que todos e cada um de nós deve contribuir, têm importância fundamental. [...] Em cada frente de luta há um lugar para você, preencha-o com tua presença e tua fé. **Te esperamos, irmão cooperativista.** (FUCVAM, 1972, tradução nossa, grifo do autor)

Entre 1968, ano que é promulgada a Lei Nacional de Habitação 13.728 e 1972, cerca de 20% de todos os financiamentos outorgados para habitação do país são direcionados a cooperativas de ajuda mútua. Ao todo é aprovado subsídio para construção de 2.788 unidades habitacionais entre a aprovação da lei e o início do período de ditadura militar. Mesmo com o número expressivo do cooperativismo de ajuda mútua no Plano Nacional de Habitação em 1972, esse número não representa a fração estimada pelo movimento como aquela que deve ser direcionada às cooperativas de ajuda mútua. Nos trechos abaixo evidencia-se esses dois aspectos, sendo o primeiro uma parte da plataforma de reivindicações elaborada pela organização para o ano de 1973 e, o segundo, uma análise retrospectiva da FUCVAM sobre o ano de 1972:

Cota para as cooperativas de ajuda mútua dentro do Plano Nacional de Habitação. Os êxitos conseguidos no desenvolvimento dos programas cooperativos em Montevideu e no interior, e a expectativa que estas realidades têm despertado na população de todo o país, têm dado lugar ao mesmo dentro do panorama da habitação do país. Portanto, reivindicamos uma destinação de recursos ao Cooperativismo, de igual magnitude que a do Setor Público, ou seja, cerca de 40% do Conjunto do Plano Quinquenal, uma vez que entendemos que ambos são os que dirigem seus esforços aos setores de menor renda. (Centro Cooperativista Uruguayo, 1972, tradução nossa)

1972 – Cooperativas em obra. Desenvolve em grande escala a construção cooperativa por ajuda mútua. A maioria das cooperativas

iniciam a etapa de obra. Em Montevideu se desenvolve a construção do complexo “José Pedro Varela”, de 1.500 unidades habitacionais, e cindo conjuntos de média escala que totalizam outras 1.800. (FUCVAM, 1995, p. 7, tradução nossa)

O período compreendido entre o início da década de 1960 e meados da década seguinte representam a definição daquilo que é proposto pela FUCVAM como o modo de produção da habitação, uma narrativa que começa a ser construída muito antes da formação da federação e que não se encerra com a mesma. Trata-se, portanto, de uma construção que se nutre em diferentes campos ideológicos: o cooperativismo como modo de organização da produção e o trabalho, já consolidado no país; a incipiente social democracia cristã, através da defesa dos pobres; os ideais defendidos por órgãos internacionais para a América Latina – a Aliança para o Progresso; além de outros campos que, direta ou indiretamente, contribuem nesse processo de definição da proposta cooperativa da FUCVAM – como os ideários anarquistas e socialistas.

4.2 “Ilhas de liberdade”: a defesa da proposta cooperativa

Ilhas de democracia e liberdade, na contramão da construção de uma sociedade totalitária, com a que se propôs a perpetuar a ditadura civil-militar, foram as cooperativas de habitação autogestionárias e de ajuda mútua, nucleadas na Federación Uruguaya de Vivienda por Ayuda Mutua desde 1970 – fundada no interior do país –, com organização nacional. (FONT, 2018, n.p., tradução nossa)

As forças que comandam o Estado uruguaio caminham cada vez mais a um governo autoritário e em junho de 1973 o país sofre o definitivo golpe de Estado e iniciam-se os longos anos de ditadura militar. A partir daí a atuação de diferentes entidades de mobilização da população, organizações e movimentos sociais, assumem um novo papel no cenário político, agora de enfrentamento direto às violências comandadas pelo governo militar. Gustavo González, dirigente da FUCVAM e militante ao longo de quase toda a vida, relata em seu livro que narra a história da FUCVAM e o entrelace com a sua própria história como militante do movimento:

Com o início da ditadura o movimento popular é duramente reprimido em todas as suas expressões. O crescimento do movimento cooperativo é cortado drasticamente. Dirigentes das cooperativas são detidos, são classificados pela ditadura de acordo com sua concepção

ideológica, são proibidos de assumir cargos de direção, as condições de crédito são alteradas pelo aumento dos juros, a criação de novas pessoas jurídicas é proibida. (GONZÁLEZ, 2013, p.70)

A FUCVAM participa ativamente desse enfrentamento ao sistema. Durante os anos de ditadura militar a federação esbarra nos entraves burocráticos impostos pelo governo para a aprovação de construção de novos bairros cooperativos e, nesse momento, a disputa se dá muito mais no âmbito ideológico, de defesa da proposta cooperativa concebida nos anos anteriores e vai além, no decorrer dos duros anos de ditadura e na dificuldade de conseguir aprovar novos financiamentos. A FUCVAM assume e aprofunda o debate sobre a manutenção do cooperativismo depois da construção dos bairros, através da educação cooperativa e do estímulo à formação de cooperativas que supram as necessidades de serviços que os novos bairros não possuem; assim surgem creches, bibliotecas, centros culturais e até serviços voltados à saúde geridos de forma cooperativa.

Ao longo dos anos em que a ditadura governa o Uruguai, a FUCVAM é alvo das repressões do Estado de diferentes formas. A fundação da organização se dá no ano de 1970, mas só é reconhecida como pessoa jurídica pelo poder público uruguaio em 1973, depois de consumado o golpe de Estado. Isto faz com que, ao longo de todos os anos de ditadura, a federação seja chamada por Federação Unificadora, por proibição do governo, como conta González e Cardozo¹⁴:

Somente em agosto de 1973 a FUCVAM terá a pessoa jurídica outorgada, quer dizer que no país já havia sido consumado o golpe de Estado, tiveram que passar três anos de trâmites para que fosse outorgada, porém já não podia se chamar Federação Uruguaia, porque é proibido, é por isso que se chamará Unificadora. Com a queda da ditadura em 1984 e a volta da democracia se reivindicará seu verdadeiro nome como até hoje. (GONZÁLEZ, 2013, p. 68)

Com o golpe de estado nos criaram dificuldades de todos os tipos e natureza: muita gente emigrou, outra foi presa... [...]. As vezes tínhamos vinte, vinte e cinco companheiros presos. O nervosismo era permanente, o medo das pessoas virem trabalhar na cooperativa, porque em qualquer momento podiam chegar os milicos. Tortura de companheiros em delegacias e quartéis. (FUCVAM, 1995, p.8)

¹⁴ Hederson Cardozo, carpinteiro de obra aposentado, militante da cooperativa de habitação COVISUNCA, em entrevista à Revista Social da FUCVAM de 1995.

A contradição dessa história é que, enquanto o Estado empreende ações repressivas na tentativa de estancar o movimento cooperativo, os primeiros anos do governo ditatorial são também anos em que há uma produção significativa através das cooperativas de habitação no país, resquício da grande quantidade de financiamentos aprovados antes do golpe de Estado; por exemplo, no ano de 1974 há 500 unidades habitacionais em construção pelas cooperativas.

Neste ano [1974] e o seguinte ocorre a maior produção de habitação pelo movimento cooperativo. Terá que esperar uns 20 anos para retornar uma produção muito menor, porém estável como a deste ano. (BURONI, 2016, p.30)

A partir de 1975 o Estado aumenta as restrições para as cooperativas e, daí em diante, a repressão ao movimento se aprofunda através de sanções que proíbem a atuação das cooperativas. A situação econômica no país é de crescente desvalorização do salário mínimo e o aumento dos juros cobrados pelo Banco Hipotecário afeta diretamente as famílias de menor renda, o mesmo grupo que constitui as cooperativas de habitação. Este se torna um dos principais entraves ao movimento, que publica em agosto de 1975:

Por esta razão a taxa de reajuste dos juros de pagamento ao Banco Hipotecário, que alcança seu valor máximo em setembro quando o último aumento de salário já terá sido absorvido pelo aumento do custo de vida, se transforma em uma carga pesada para todos os beneficiários de empréstimos do Fundo de Habitação e em particular para as famílias cooperativas. [...] Fica claro, então, que se o Plano de Habitação quer manter sua filosofia social, deve obter esses recursos dos setores que se encontram mais confortáveis dentro da situação econômica atual. Em definitivo, nenhuma política de Promoção Social é possível sem redistribuição de renda: tirar algo de setores mais favorecidos para sustentar o desenvolvimento social dos mais necessitados. (FUCVAM, 1975, p.3, tradução nossa)

No mesmo ano a FUCVAM e a FECOVI (*Federación de Cooperativas de Vivienda*), organização com a contribuição de outras organizações parceiras, montam a 1ª Exposição da Habitação Cooperativa, que tinha como objetivo demonstrar à população uruguaia os êxitos do cooperativismo na construção de bairros, apresentados através de fotos e maquetes de cooperativas de todo o país. A importância deste evento está no esforço empregado pelo movimento cooperativo de reafirmar-se enquanto opção viável, real e possível em uma escala nacional de

produção de habitação. Destaca-se um trecho da nota do Boletim da FUCVAM de 1975 exposto abaixo:

Hoje, por tudo isso, podemos mostrar com orgulho as realizações do sistema cooperativo: sua magnitude na atualidade, se são feitas casas atendendo às necessidades de cada família e suas possibilidades econômicas, quem constrói no Uruguai, onde e para quem. [...] Mostraremos os serviços que as Federações Cooperativas prestam através de seu assessoramento, publicações, canalização de inquietudes e problemas com as autoridades. [...] Tudo isto é a concretização de um esforço que – na realidade – valia muito a pena. (FUCVAM, 1975, p.12, tradução nossa)

Figura 1: Exposição da Habitação Cooperativa



Fonte: FUCVAM, agosto de 1975, p12

O sucessivo aumento da taxa de juros cobrados pelo Banco Hipotecário mais a exigência de um aporte prévio de 5% do valor do projeto para novos financiamentos representa o principal enfrentamento das cooperativas durante a ditadura. Mas não somente, a repressão se torna ainda mais violenta e direcionada à FUCVAM. Para entender como a FUCVAM se torna um dos principais movimentos de enfrentamento ao governo é preciso olhar para diferentes fatos que ocorrem no ano de 1976. A FUCVAM é uma entre poucas organizações do país que fazem resistência à ditadura e que consegue se manter em funcionamento e isso se dá muito pelo modo de

atuação, ou seja, a espacialização das cooperativas contribui para que as atividades da Federação permaneçam. Em entrevista à FUCVAM, Briano¹⁵ conta:

Este era um período muito difícil para a militância. A Federação passou a ter plenárias semanais, todas as terças-feiras, com a presença de uma quantidade enorme de cooperativistas, e com todas as restrições de funcionamento impostas pelo governo tudo se tornou mais difícil. Ainda assim, apesar de quase não podermos nos reunir com as cooperativas, na história da Federação, este foi o período em que se afiliou a maior quantidade de cooperativas. (FUCVAM, 1995, p. 9, tradução nossa)

O primeiro fato a ser destacado sobre o ano de 1976 é o convênio firmado com a Associação de Cristã de Jovens (ACJ) nesse ano, que representa um dos pontos-chaves da defesa de um sistema que propõe a prática cooperativa para além da casa. Esse convênio tem como proposta central contribuir para a melhoria da vida social dos bairros cooperativos já construídos. A ACJ elabora um projeto denominado Projeto *Vivienda*, que pretendia encarregar-se de trabalhar em conjunto com as cooperativas depois que os bairros já estivessem construídos, como aponta a Associação em seu informe de 1976:

Não há nenhuma supervisão ou assistência a estas novas comunidades. Cada cooperativa deve resolver por si mesma seus próprios problemas comunitários, e aqui é onde a Associação Cristã de Jovens pode fazer uma importante contribuição. (Associação Cristã de Jovens, 1976, p. 7, tradução nossa)

O Projeto *Vivienda*, com perspectiva de duração de três anos propõe, através de atividades com todas as faixas de idade, fomentar a participação ativa dos moradores, melhorar as relações entre vizinhos e reafirmar os princípios cooperativos. Dentre as proposições do projeto, vale destacar a criação de uma equipe interdisciplinar formada por profissionais de diferentes áreas, incluindo sociologia e psicologia, que demonstra uma preocupação com as relações de maneira mais complexa. Isto fica explícito nos planos de trabalho apresentados que sugerem temas como educação sexual, dinâmicas de grupo sobre aspectos psicológicos. A ACJ e a FUCVAM elaboram um documento em 1977 elucidando esses aspectos, alguns deles são:

¹⁵ Júlio César Briano, cooperativista da MESA 5 e diretor da FUCVAM em 1976, em entrevista à Revista Social da FUCVAM de 1995.

É a oportunidade de montar uma organização no Movimento Cooperativo de Ajuda Mútua e de preparar cooperativistas para que assumam as distintas tarefas dessa organização [...].

É um programa que se baseia na participação de todos os cooperativistas. É uma aprendizagem que todos os organismos participantes: FUCVAM, ACJ e cooperativas [...].

É uma oportunidade para todos os cooperativistas, fundamentalmente os jovens, para participar ativamente na vida dos bairros.

É a reafirmação dos “Princípios Cooperativos” (FUCVAM, 1977, tradução nossa)

O estabelecimento desse convênio, que teve início durante um período de finalização de bairros cooperativos, representa o esforço da FUCVAM de manter acesa a chama do cooperativismo durante os difíceis anos de ditadura. O acordo firmado entre as duas organizações se estende pelo menos até 1981. González aponta a importância do convênio para o movimento:

A ACJ do Canadá cumpriu um papel muito importante durante os obscuros anos do país, possibilitando um grande apoio à FUCVAM, permitindo desenvolver atividades recreativas que foram uma grande cobertura política para a Federação no período da ditadura, pelo menos até 1979. (GONZÁLEZ, 2013, p. 185-186, tradução nossa)

O segundo acontecimento do ano de 1976 diz respeito à atuação do Estado frente às atividades desenvolvidas pela FUCVAM, a repressão imposta ao movimento, que já estava dada desde o início da ditadura, vai se intensificando no transcorrer do governo. Neste ano foram feitas inúmeras denúncias em diferentes países sobre as violações de direitos humanos no Uruguai, com a prisão e tortura de militantes de diferentes movimentos e organizações sociais do país. (BURONI, 2016). No mesmo ano o governo decide priorizar a produção de habitação através da iniciativa privada e decreta a supressão dos Institutos de Assistência Técnica através da Ata Institucional nº3. (BURONI, 2016). Para o governo militar o movimento cooperativo e, em particular a FUCVAM, é vista como uma ameaça à segurança nacional, como aponta a Federação:

Ao ser discutido no Conselho de Estado (a paródia de Poder Legislativo instaurada pela ditadura) os grandes lineamentos da política econômica, em um informe dirigido à comissão presidida por Vekh Villegas, a máxima autoridade responsável pela política

habitacional expressa: [...] a formação de um número importante de cooperativas que foram levando a uma nucleação de todo o setor [...] em boa parte não se adequa ou condiz totalmente com a idiosincrasia dos nossos cidadãos, e que em muitos dos casos contém dentro de si facetas que podem preocupar de algum ponto de vista, já que podem levar a afetar a segurança (informe de 1976 elaborado por Julio César Luongo, Presidente do BHU durante a ditadura, transcrito pela FUCVAM) (FUCVAM, 1995, p.10, tradução nossa, itálico no original)

Os anos que se seguem são de intensa modificação das políticas nacionais e, conseqüentemente das políticas voltadas à habitação. A DINAVI (Divisão Nacional de Habitação) e o INVE são extintos e o BHU assume os projetos já em execução desses dois órgãos e não inicia nenhum outro novo projeto, além de priorizar o financiamento para famílias de média e média-alta renda. (BURONI, 2016). Da mesma maneira, são suspensos todos os empréstimos para cooperativas de ajuda mútua. Em 1979 o governo volta a liberar recursos para as cooperativas, com o aumento das taxas de juros que, somados à contrapartida de 10% de mão de obra para as cooperativas de ajuda mútua, praticamente inviabilizou a aquisição de novos financiamentos, como coloca Nahoum no trecho a seguir:

[...] desde 1976 não eram aprovadas novas cooperativas de ajuda mútua, o que significa que não foi possível formar novos grupos; de 1975 a 1977 foram interrompidos os empréstimos (para a maioria dos grupos até 1979), o que levou a uma desarticulação de muitas das numerosas cooperativas que haviam sido constituídas; as condições de crédito foram significativamente apertadas, com isso aumentando os juros, [...] e impondo a exigência de uma parcela de entrada, que é incompatível com um sistema voltado a setores sem condições de fazer poupança; os trâmites foram sensivelmente alongados, com entraves burocráticos de todos os tipos. (NAHOUM, 1984, p.5, tradução nossa)

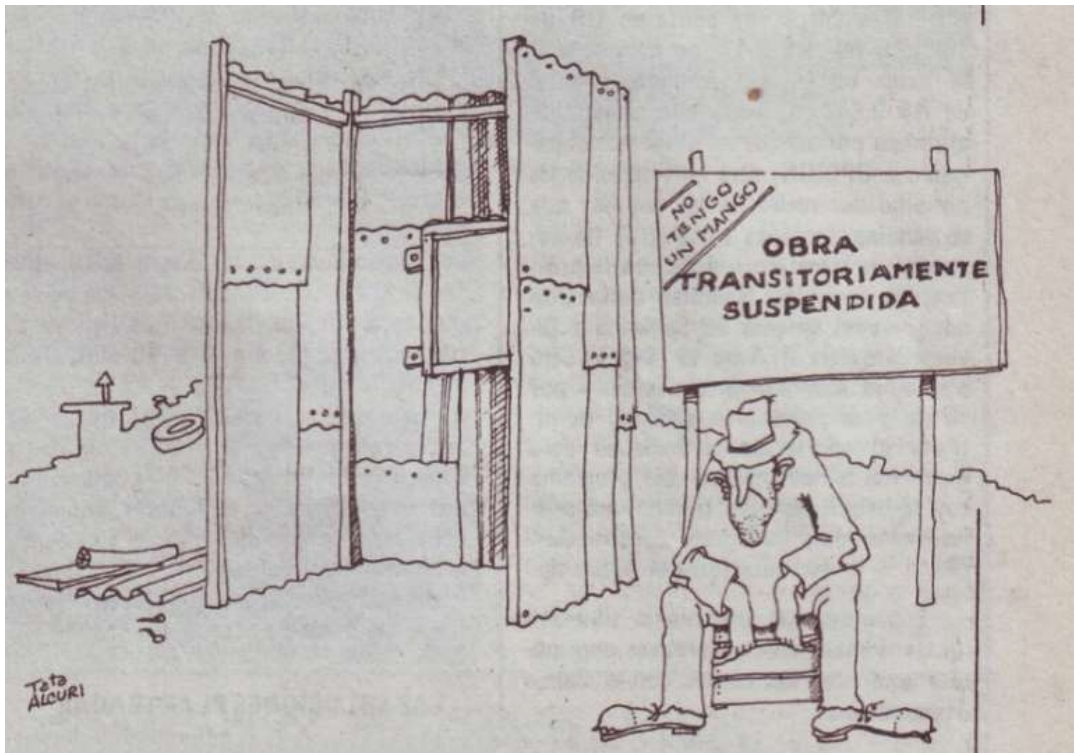
Um dos principais esforços da FUCVAM no enfrentamento às políticas excludentes impostas pelo governo uruguaio a partir de 1980 está relacionado aos sucessivos aumentos das taxas de juros impostas pelo BHU. Vale lembrar que as forças militares ainda governam o país nesse momento e o movimento cooperativo de ajuda mútua assume, até o fim da ditadura, um papel de protagonismo enquanto movimento social, de enfrentamento e resistência, sem deixar de lado aquilo que é central no movimento, que é a luta pela democratização do acesso à habitação. Castillo (2015) define os anos compreendidos entre 1980 e o fim da ditadura militar como um período de *boom* da produção através de promotores privados e de ausência de programas de habitação social.

As publicações da época refletem essa ideia de que o movimento não deixa de discutir e reivindicar políticas públicas que garantam o ingresso real do cooperativismo nas políticas de habitação e que sejam cessados os sucessivos aumentos impostos pelo BHU. Os jornais do período falam de um encontro nacional de cooperativas de ajuda mútua organizado pela FUCVAM em dezembro de 1981, com a participação de mais de 400 representantes cooperativistas, e da 13ª Assembleia da FUCVAM, em agosto de 1982, ainda sob um governo ditador, e em ambos essa é a discussão central, isto é, a necessidade de uma verdadeira inserção do cooperativismo de ajuda mútua no Plano Nacional de Habitação uruguaio, como exposto nos trechos de dois periódicos uruguaiois da época:

Cooperativistas de habitação exigem: [...] os delegados criticaram a política de altas taxas de juros que o Banco Hipotecário do Uruguai vem aplicando, o que na prática impossibilita as famílias de menor renda o acesso à casa própria. [...] Acrescentaram que em 1980, do total de 15.006 moradias financiadas pelo BHU, somente 14% correspondeu a cooperativas. Em 1981 o apoio caiu 0,9%. [...] “Exigimos teto e oferecemos braços para construir casas e é inconcebível que para isso a Cooperativa não seja contemplada.” [...] (DESDE URUGUAY, 1982, p. 6, tradução nossa)

Com a participação de mais de 200 representantes do cooperativismo de habitação do nosso país reunidos no ginásio da cooperativa COVINUVI, se deu a 13ª Assembleia Nacional da FUCVAM para abordar distintos problemas que afetam o caminho do movimento e seus integrantes, as famílias cooperativas. [...] A primeira preocupação manifestada durante o trabalho foi o encerramento dos créditos para novas cooperativas. As regulamentações vigentes não preveem possibilidades de constituição de novos grupos cooperativos. Isto foi indicado como uma ruptura do papel especialmente dinâmico que antes cumpria o cooperativismo dentro do Plano Nacional. Como se sabe, faz quase sete anos que o sistema de ajuda mútua não tem acesso ao crédito para famílias que não fizeram parte de uma cooperativa anterior ao encerramento do mesmo. (OPCIÓN, 14 de setembro de 1982, p.21, tradução nossa)

Figura 2: Obra temporariamente suspensa



Fonte: Cooperativas de vivienda: quitar las trabas. *Opción*, 14 de setembro de 1982, p.21

Figura 3: Todo habitante da república tem direito à uma moradia decente



Fonte: No a los reajustes del Banco Hipotecario. *Convicción*, 1983, p. 21

Enquanto a discussão pautada pelo movimento cooperativa está direcionada à reivindicar modificações nas políticas internas do BHU relativas ao acesso de cooperativas ao crédito e à amortização das crescentes taxas de juros aos grupos que já receberam financiamentos do banco, é criado pelo poder executivo nacional o Projeto de Lei de Passagem à Propriedade Horizontal em 1983, que pretende eliminar a propriedade coletiva através da extinção da modalidade de usuários das cooperativas de habitação.

O projeto, que não passa por consultas da sociedade é aprovado em dezembro de 1983. A publicação com o título “Pedem demissão de Luongo¹⁶”, pela revista Jaque de dezembro de 1983, representa o sentimento da sociedade civil do momento em apenas uma das quase dez publicações encontradas desse mesmo período que falam sobre a aprovação da Lei de Propriedade Horizontal:

Uma forte onda de críticas tem se levantado depois da recente aprovação pelo Conselho de Estado de uma lei que sujeita as cooperativas de habitação ao estatuto jurídico de propriedade horizontal, alterando seu funcionamento anterior. A medida tem tido resistência dos cooperativistas que desejam manter o título de usuários das moradias. Até o momento têm manifestado absoluta rejeição à iniciativa a Federação Unificadora de Cooperativas de Habitação por Ajuda Mútua (FUCVAM), o Centro Cooperativista Uruguaio, a Sociedade de Arquitetos do Uruguai, o Partido Nacional e a Corrente Batllista Independente. **Motivos da rejeição.** Neste sentido, a FUCVAM tem sustentado que o projeto, transformado em lei na última terça-feira, destrói a essência do cooperativismo que é a solidariedade. O mesmo também desarticula o funcionamento orgânico das cooperativas e destrói sua capacidade econômica, o que “sem dúvida impedirá a continuidade da ação social das cooperativas, que tem ofertado às comunidades escolas, creches, policlínicas e bibliotecas.” **Pedem renúncia.** Poucas horas depois de anunciada a aprovação da lei, diretores da FUCVAM mantiveram uma reunião com a imprensa. Nela manifestaram novamente sua total rejeição ao texto agora transformado em lei, solicitando a renúncia do Dr. Luongo, pelos erros cometidos na condução das políticas de habitação do Banco Hipotecário. [...] Perguntados sobre os motivos pelos quais a lei era inaceitável para a FUCVAM, sustentaram que ela “deixa o sócio sem defesa, e é um ataque que não permite fazer uso do direito de opção que a Lei de 1968 previa. Nós optamos entre ser proprietários ou usuários, ser usuários. [...]”. (JAQUE, 22 de dezembro de 1983, p. 9, tradução nossa, grifo do autor, aspas no original)

¹⁶ Julio César Luongo foi interventor no cargo de diretoria do Banco Hipotecário Uruguaio durante a ditadura militar, entre 1975 e 1985. Durante o período dirigido por Luongo, o BHU ficou marcado pela condução de uma política de habitação voltada ao investimento em produção de habitação por promotores privados e pela paralisação da produção de habitação através das cooperativas.

A FUCVAM apoiada por diversos movimentos sociais, acusa que o projeto de lei tem como objetivo a desarticulação do funcionamento do cooperativismo no país. Vários diários e periódicos publicados em dezembro de 1983 abordam a indignação da população com relação à aprovação da Lei de Propriedade Horizontal. A aprovação da lei reflete a atuação repressiva do governo frente aos movimentos organizados do país, já que o texto aprovado atinge diretamente as cooperativas de ajuda mútua, uma vez que o decreto obriga “a passagem compulsória da propriedade coletiva de cooperativas de usuários para propriedade horizontal individual” (MORENO, 2018, p.14, tradução nossa).

É importante destacar que as notícias reportadas nos periódicos, além daquelas que dizem respeito ao movimento cooperativo de ajuda mútua, falam da repressão e da violência impostas pelo Estado uruguaio em todos os âmbitos políticos, o que significa dizer que as manifestações de rejeição às decisões do governo eram vistas como uma contravenção ou mesmo crimes contra a nação e, vale lembrar, que desde 1980 o Estado uruguaio vê a FUCVAM como um perigo para a segurança nacional. Nesse período, a FUCVAM passa por uma renovação do seu corpo diretivo, com uma juventude engajada diretamente nos movimentos de confrontação ao Estado. A Revista Social, em 1995, narra esse momento contando que:

Uma nova geração de jovens militantes assume a direção do conjunto do movimento popular em processo de reconstrução. A FUCVAM se integra à corrente social e política de confronto direto com a ditadura, junto ao movimento sindical e o movimento estudantil. (FUCVAM, 1995, p.11, tradução nossa)

Ainda de acordo com a Revista Social, a FUCVAM organiza o primeiro ato popular contra a ditadura militar na década de 1980, em outubro de 1982, no Cine Cordón. Nessa mesma época, nasce uma frente popular de oposição às repressões impostas pelo Estado composta por cooperativistas, trabalhadores e estudantes, que conduzirá reivindicações históricas contra a ditadura militar, como narra González:

As três organizações de massa que tiveram a oportunidade histórica de ser a verdadeira frente opositora à ditadura, eram a essa altura uma referência inevitável para todos aqueles que faziam oposição. Assim se gestará um lema com forte apelo: PIT, FUCVAM E ASCEEP, lutar até vencer! É indispensável dizer que nesse ressurgir das organizações de massas, o papel do canto popular do país foi muito importante, e seus integrantes cumpriram uma tarefa fundamental. (GONZÁLEZ, 2013, p.86, tradução nossa)

A FUCVAM, frente à imposição do governo de extinção das cooperativas de usuários, propõe, apoiada e em construção com outras organizações sociais que também lutam contra a ditadura, um abaixo-assinado em todo o território uruguaio que fica conhecido como *Firme por el NO*, o primeiro referendo nacional. Em declaração publicada em janeiro de 1984 no jornal *Convicción* sobre a situação da FUCVAM referente à lei que dá fim ao sistema de propriedade coletiva, o PIT (*Plenários Intersindical de Trabajadores*) comunica que os trabalhadores não se calarão diante das ondas de repressão sofridas. Em fevereiro de 1984, a FUCVAM publica um documento denominado “Razões pelas quais o movimento cooperativo resiste à propriedade horizontal”, apontando oito pontos que fazem com que o movimento seja contra a lei de 1983, dentre os quais:

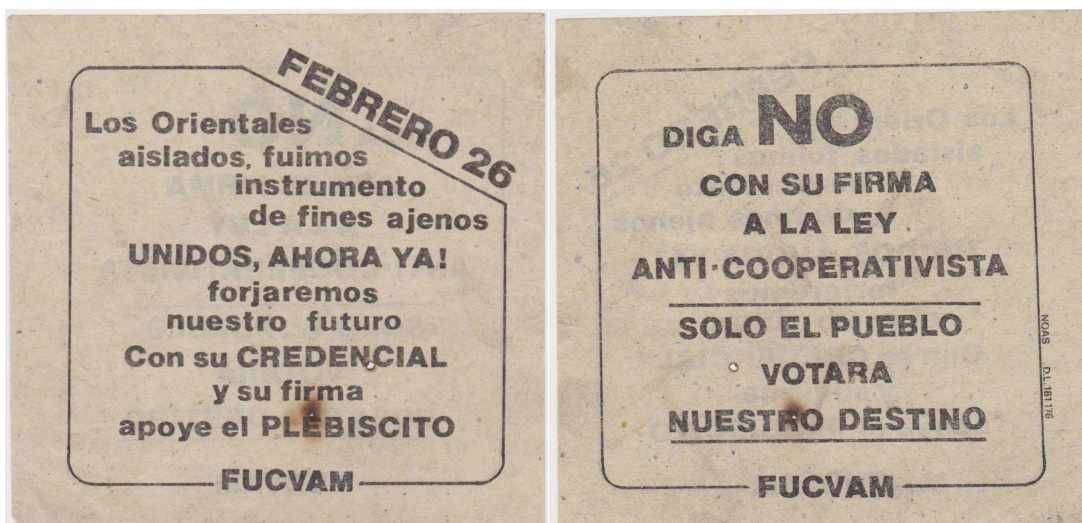
[...] 7) Porque a nova lei é claramente inconstitucional, já que: a) Viola o direito à liberdade de associação, enquanto existem várias alternativas lícitas possíveis, impõe compulsivamente às cooperativas a obrigação de optar por uma delas, ainda que esta não responda à sua vontade e seja a que está mais distante dos princípios cooperativos; b) viola o direito de liberdade e segurança de contratação, logo modifica unilateralmente contratos firmados pelo BHU e as cooperativas sem o consentimento da outra parte. 8) Porque em última análise a Lei não passa de um novo golpe contra o cooperativismo de habitação por ajuda mútua, que tenta destruir a organização de um movimento que representa uma luta constante pela moradia para os setores populares. (FUCVAM, 1984, tradução nossa)

Figura 4: *En defensa de la condición de usuarios*



Fonte: *Tres décadas de historia*. Revista Social de FUCVAM, 1995, p. 12

Figura 5: *Diga NO con su firma*



Fonte: Vecinet, acceso em 20 de outubro de 2022.

Figura 6: *Firme por el NO*



Fonte: Convicción, 1984, n.p.

As notícias publicadas por diversos periódicos uruguaios dessa mesma época consideram o movimento de recolhimento de assinaturas organizado pela FUCVAM uma vitória sobre o governo ditador. O movimento consegue mobilizar diferentes organizações sociais, cooperativas em peso, diferentes setores da sociedade civil e a população em geral. A edição nº11 de 1984 do jornal *Convicción* destaca em publicação intitulada “Os técnicos do lado da FUCVAM”:

Além da rejeição unânime que a Lei em questão produziu no seio do movimento cooperativo, diversas organizações de técnicos do nosso país têm produzido informes desfavoráveis sobre sua aplicação com juízo claramente condenatório ao espírito do que a lei promove. Assim, se pronunciaram a Associação de Arquitetos, a Associação de Escrivães. (CONVICCIÓN, março de 1984, p. 7, tradução nossa)

Quando González afirma que o que caracteriza a atuação da FUCVAM ao longo de toda existência da organização e precisamente nesse período, é que “sempre soube conduzir a luta legal combinada à ação direta.” (GONZÁLEZ, 2013, p. 100, tradução nossa), o autor fala do esforço da federação de manutenção de uma organização constante e permanente e que esse esforço já apresenta resultados em 1984, depois dos sucessivos episódios de enfrentamento aos dispositivos legais e repressivos

utilizados pelo Estado. No dia 26 de fevereiro de 1984 é iniciado o movimento que, segundo noticiários impressos do país relatam, foram recolhidas mais de 300 mil assinaturas nesse dia e mais de 600 mil nos dias seguintes. “A Lei deve ser revogada já!”, publica o jornal *Aquí*, do dia 28 de fevereiro de 1984:

Que espetáculo o de domingo! Os jovens indo às casas, uma por uma. As pessoas na rua, as pessoas ao redor das mesas que coletavam as assinaturas. O entusiasmo, a atmosfera, a vontade de dizer NÃO. Tudo fez com que a jornada de domingo tenha sido um êxito. Jornada em que a FUCVAM lançou sua campanha para recolher assinaturas para plebiscitar sua desaprovação à lei que eliminou o sistema cooperativo de ajuda mútua e impôs um sistema de propriedade horizontal [...] (*Aquí*, 28 de fevereiro de 1984, p.2, tradução nossa)

A maneira como os periódicos uruguaios noticiam os resultados da medida tomada pela FUCVAM dá o tom do que está por vir naquele momento no país. Os poderes das forças militares no governo estão cada vez menos exitosos e Gustavo González define a iniciativa da federação como “aquela que desferiu um duro contragolpe à ditadura”, referindo-se às articulações comandadas pela FUCVAM para o referendo contra a lei de propriedade horizontal, apontando que “a história em algum momento reconhecerá que a FUCVAM pôs em prática este mecanismo constitucional nas mãos da sociedade civil.” (2013, p. 103, tradução nossa). Com a afirmação, González coloca a organização como protagonista no processo de redemocratização do país. Nahoum também fala do papel da FUCVAM na luta pela redemocratização do país:

Hoje a FUCVAM, que nucleia mais de 120 cooperativas de 10 mil famílias, é uma importante organização de massas, que junto com a Central Única de Trabalhadores (PTI-CNT), a Federação Uruguaia de Estudantes (ASCEEP-FEUU) e as organizações de direitos humanos, representa as chamadas “forças sociais” na concentração dos partidos políticos democráticos do Uruguai, acordo que é realizado para definir as estratégias de luta para conseguir a democratização do país, e acordar as medidas políticas, econômicas e sociais que deverão ser adotadas posteriormente para resgatar o país da grave crise que sofre. E o papel que a FUCVAM assume hoje não é uma casualidade: é o reconhecimento à sua mobilização, à sua luta indeclinável, à consciência política de suas bases, ao que tem desempenhado em todos esses anos, e particularmente nos últimos: o de avanço da organização do movimento popular uruguaio. (NAHOUM, 1984, p. 9-10, tradução nossa)

Ainda em 1984 acontece o Primeiro Encontro Latino-americano sobre Habitação Popular, organizado pelo CCU e pela FUCVAM como parte das comemorações de aniversário da federação naquele ano. A importância desse encontro está na incipiente instituição da relação intercontinental da FUCVAM com outras organizações de luta por moradia que é construída pelo movimento cooperativo. Um jornal uruguaio que anuncia o evento explana a preocupação por parte de alguns diretores da federação em relação às tentativas de repressão do governo:

Estas atividades da FUCVAM vêm cumprindo entre alguns fatos registrados ultimamente, que geraram preocupação de alguns diretores da Federação. Entre eles mencionam a citação e interrogatório por parte do Departamento de Informação e Inteligência a dirigentes da FUCVAM e a comunicação é que se as concentrações organizadas pela instituição continuarem, corria o risco de ser ilegalizada. (JAQUE, maio de 1984, p.4, tradução nossa)

O encontro, realizado em maio daquele mesmo ano, conta com a participação de representantes e líderes de organizações de diferentes países da região, entre eles Brasil, Argentina e Paraguai. O evento marca o início do processo de construção de coletividade, solidariedade e parceria entre os países da América Latina na luta pelo acesso à moradia das classes de menor renda. O semanário Jaque, ao expor ao leitor os resultados dos eventos de comemoração do aniversário da FUCVAM, fala sobre o cooperativismo uruguaio como um exemplo aos países vizinhos. Nesse momento pouco se fala sobre esses países no que se refere a movimentos sociais de luta por moradia:

O encontro, nos informaram, “reforçou a importância e organização adquiridos pelo movimento cooperativista uruguaio, tomado como exemplo pelos demais países, que aplicaram nossa experiência” ainda que, segundo destaca o informe final, “as delegações participantes do encontro representam países em que a problemática da habitação está instaurada em diferentes níveis organizativos” fazendo referência, conforme destacado por vários participantes, ao fato de este tipo de habitação comunitária se destinar em outros países a classes sociais marginalizadas, cuja organização é mais complexa se comparada com nossos cooperativistas, a maioria pertencente à classe trabalhadora (JAQUE, maio de 1984, p. 6 , tradução nossa, aspas no original)

A atuação da FUCVAM durante os últimos anos da ditadura militar uruguaia, que se encerra em fevereiro de 1985, dá o tom da maneira como a organização se coloca no cenário político nacional. O protagonismo conquistado ao longo dos duros e repressivos anos de um período ditatorial é espelho da prática política, do acesso e

da organização das bases às lutas conduzidas pelo movimento e da capacidade de espraiamento da organização, através da instituição e fortalecimento de parcerias com outras organizações solidárias ao movimento cooperativo e, sobretudo à convicção na construção coletiva, cooperativa e através de ajuda mútua.

4.3 Da *práxis* ao Modelo: o Cooperativismo de Vivienda por Ayuda Mútua

O processo de redemocratização do Uruguai no ano de 1985 é conduzido por Julio María Sanguinetti na presidência do país, um governo com políticas neoliberais que vão levar a cabo o processo de desmantelamento do Banco Hipotecário e a conseqüente quebra da estrutura estatal de manutenção das políticas de financiamento de políticas de habitação. (NAHOUM, 2013). Os periódicos da época em que Sanguinetti governa o país informam sobre as decisões políticas do então governo muito voltadas ao déficit fiscal e à inflação, com diversas críticas sobre a falta de um projeto político social para o Uruguai.

Para o movimento cooperativo, em especial aquele encabeçado pela FUCVAM, os primeiros anos pós ditadura militar não representam a retomada dos direitos outrora conquistados ou mesmo de boas relações com o Estado. Durante os últimos anos da ditadura militar, a FUCVAM levanta-se contra a “*Ley de Propriedad Horizontal*”, que estabelece a necessidade de transformação das habitações de cooperativas de usuários em propriedade privada, encontrando apoio em diferentes setores e entidades da sociedade uruguaias. As reivindicações organizadas pela FUCVAM contra a lei 15.501 fazem com que o Estado, através do Banco Hipotecário, aplicasse diversas sanções ao movimento, o que se estende para o período da redemocratização.

As forças políticas que assumem o poder do Uruguai e comandam o processo de redemocratização não rompem de imediato com várias das políticas de Estado dos governos ditadores no âmbito da habitação. De um lado, não há uma suspensão imediata de leis e decretos executados pelos governos militares para coibir e pressionar o movimento cooperativo, por outro o governo no poder segue uma linha que se distancia das políticas sociais, pondo em risco, por exemplo, a promoção

pública de habitação. Para Nahoum, essa relação é especialmente difícil com a FUCVAM, como aponta no trecho a seguir:

O governo monta uma campanha contra o movimento que levanta duas questões centrais: por um lado, põe em dúvida novamente o tema da propriedade coletiva, argumentando que eram falácias dos dirigentes da FUCVAM, e por outro, exige o fim da greve de pagamento para poder revogar a Lei de Propriedade Horizontal e, simultaneamente, impulsiona uma nova lei conhecida como “Ricaldoni”, que propõe a intervenção do Estado no movimento cooperativo e que não faz mais do que aprofundar ainda mais os horrores da Lei de Propriedade Horizontal da ditadura. (NAHOUM, 2013, p.111, tradução nossa)

No fim da ditadura militar e, particularmente no ano de 1985, a FUCVAM ganhou prestígio por toda a organização e luta contra o Estado opressor e contra a ofensiva estatal em obrigar o fim da propriedade coletiva, o que levou muitos trabalhadores a verem nas cooperativas habitacionais uma solução para o problema da moradia. No entanto, após a transição para a democracia, a FUCVAM enfrentou obstáculos, diretamente ligados à maneira como o novo governo conduziu a política nacional de habitação e os ataques continuados às cooperativas de propriedade coletiva. (NAHOUM, 2013). É notável, através dos periódicos da época, como o movimento tem dimensão desse prestígio e relevância que são alcançados por conta da organização estabelecida nesse período de transição, ficando evidente na nota publicada em jornal do ano de 1985:

Figura 7: Proclama de FUCVAM

Proclama de FUCVAM

Dos días antes de la trascendente jornada obrera, las cooperativas de viviendas integradas a FUCVAM dieron a conocer una proclama que en su parte sustancial expresaba que “en el último período, la lucha de FUCVAM fue un ejemplo de unidad para el conjunto de los trabajadores. La resistencia al reajuste, la lucha contra la ley de propiedad horizontal a través de los mecanismos naturales de los trabajadores contra la arbitrariedad, es decir, la movilización callejera, el volante, los actos masivos discutidos y aprobados en cada una de nuestras asambleas y plenarios, verdaderos ejemplos de Democracia obrera. Vaya hoy nuestro reconocimiento a todos los com- pañeros cooperativistas, fieles a su central FUCVAM, demostrada a través de la convicción de cada militante cooperativista que no tuvo empacho en declarar la histórica huelga de pago a la dictadura (...) No podemos terminar esta proclama sin sentir junto a nosotros la voz y la lucha de todos los luchadores sociales desaparecidos durante el período de terror vivido por nuestro país. Hoy el Consejo Directivo de FUCVAM quiere rendir un homenaje militante por todos y cada uno de los desaparecidos”.

Fonte: Nuestra Voz, Año II, nº 32, 1985, p.8

Além do prestígio alcançado dentro do próprio país, a luta da FUCVAM ganhou evidência também fora do Uruguai, por diferentes fatores. Durante a década de 1980, movimentos sociais de diferentes países latino-americanos lutam contra ditaduras e por melhores condições de moradia. Também durante a década de 1980, a ditadura militar obriga que muitos militantes do movimento cooperativo sejam exilados, alguns intelectuais que haviam participado da criação da prática implementada pelas primeiras cooperativas de habitação por ajuda mútua no Uruguai, que ajudaram a promover em outros países experiências semelhantes e referenciadas na prática uruguaia. (DAMBRAUSKAS, 2009; HUGUENIN, 2021).

Em 1984 é organizado o 1º *Encuentro Latinoamericano sobre Vivienda Popular*, sediado em Montevideu. O evento é organizado pelo CCU e conta também com a participação de entidades, técnicos e militantes do Brasil, Paraguai, Argentina. Para o movimento uruguaio, o encontro representa a celebração de um sistema com saldo positivo no país para aquele momento, coincidindo com as comemorações do décimo

quarto aniversário da FUCVAM. A seguir, uma reportagem do jornal *Jaque*, de 1984, que aborda alguns apontamentos feitos sobre o encontro:

Figura 8: Catorce años de solidariedade

FUCVAM

Catorce años de solidariedad

La ratificación de la medida de "no pago" al Banco Hipotecario e importantes definiciones en relación al futuro del movimiento cooperativo fueron algunos de los temas abordados por la XIV ASAMBLEA NACIONAL de FUCVAM, cuyo cuarto intermedio fue levantado el pasado domingo. Paralelamente se llevó a cabo la SEGUNDA JORNADA SOLIDARIA de dicha federación, en la que participaron unos 1.500 cooperativistas.

Las recientes actividades, encuadradas dentro de los festejos del decimo cuarto aniversario de FUCVAM, dejaron al movimiento cooperativo un saldo auspicioso y la demostración del protagonismo que ha dado la federación. Cabe destacar también la importancia del ENCUENTRO LATINOAMERICANO SOBRE VIVIENDA POPULAR, llevado a cabo en Montevideo días atrás.

El evento, que contó con la participación de técnicos y usuarios de Argentina, Brasil, Paraguay y nuestro país, fue organizado además por el Centro Cooperativista Uruguayo y contó con el auspicio de la Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción.

El encuentro, se nos informó, "refrendó la importancia y organización adquiridos por el movimiento cooperativista uruguayo, tomado como ejemplo por los demás países, que aplicarán nuestra experiencia" aunque, según destaca el informe final, "las delegaciones intervinientes en el encuentro representan a países en los que la problemática de la vivienda está planteada en muy diferentes niveles organizativos" haciendo referencia, de acuerdo a lo destacado por varios participantes, a que este tipo de vivienda comunitaria, está destinada en otros países a clases sociales marginadas cuya organización resulta más compleja si se lo compara con nuestros cooperativistas, la mayoría pertenecientes a la clase trabajadora.

Trascendentes Resoluciones

José Tognola, Directivo de FUCVAM, destacó "la importancia de construir la vivienda con nuestras propias manos, participando directamente en el cumplimiento de nuestras necesidades lo que aumenta la unidad y la participación cooperativa".

En este sentido, subrayó el protagonismo puesto de manifiesto por FUCVAM, el domingo y en jornadas anteriores. La Asamblea tomó importantes resoluciones que habrán de repercutir en el futuro de la federación "que juega un importante papel junto con las demás fuerzas sociales en el logro de la salida democrática".

En este aspecto, dijo, "la asamblea definió a FUCVAM como integrante de la intersectorial e intersocial y la posibilidad de participar en la multipartidaria porque, extraoficialmente, se va a definir la participación de las fuerzas sociales en esta instancia.

Otra de las resoluciones de importancia, resultó ser la ratificación del "no pago" al Banco Hipotecario que, como se recordará, fue una medida tomada por la Asamblea en caso de necesidad.

En cuanto a la posición que asumirá FUCVAM tras la apertura democrática, Tognola aseguró "que hay puntos que el movimiento cooperativo exigirá al nuevo gobierno, se trata de la derogación de la Ley de Propiedad Horizontal, derogación de la orden 7.000 del Banco Hipotecario (que limita el número de casas para las que otorga créditos) y la apertura de personerías jurídicas".

La asamblea resolvió además, mantener una actitud de denuncia permanente acerca de la situación de las cooperativas en trámite, presionando al Banco Hipotecario para que otorgue a estas los préstamos correspondientes.

En otro terreno, agregó Tognola, "se definió que la amnistía que quiere el movimiento cooperativo es una amnistía general e irrestricta".

Se otorgó además "mucho importancia a las cooperativas del interior del país que sufren en mayor grado la represión y la desinformación", planteándose un encuentro de éstas el 16 y 17 de junio en San José; agregó el directivo de FUCVAM.

Solidaridad

Conjuntamente con la XIV Asamblea Nacional, FUCVAM organizó la Segunda Jornada Solidaria que se llevó a cabo en COVINE 8 como festejo por el aniversario de la Federación.

Desde tempranas horas, la cooperativa de la calle Felipe Cardozo presentó un clima de gran actividad, contrastante con la tranquilidad dominguera.

Roberto Vidal y Danilo Marchetti, ambos miembros de la Comisión Directiva del COVINE 8, afirmaron que las aproximadamente 500 personas que se encontraban trabajando en el lugar pertenecían a 22 cooperativas de ayuda mutua, invitadas a participar en la Jornada Solidaria, en la que también se colaboraba con la cooperativa Jardines de La Cruz, ubicada a pocos metros.

Según dijeron "es importante que la gente conozca qué es una jornada de este tipo, pues aquí se pone de manifiesto la solidaridad que caracteriza al movimiento cooperativo".

Con visible alegría describieron las características del trabajo donde, según dijeron, "cada compañero aporta su mano de obra desinteresadamente, observándose el esfuerzo por rendir al máximo en una tarea donde participan hombres, mujeres y niños, significando un adelanto de obra importante para nosotros".

Tras establecerse una intensa competencia para rendir a pleno durante la última hora, los cooperativistas participaron de un acto, llevado a cabo a medio día, al que asistieron importantes personalidades políticas, representantes de las organizaciones sociales y los asambleístas que concurren al lugar.

En dicho acto hizo uso de la palabra, el Presidente de FUCVAM Gustavo González, quien tras historiar la evolución del movimiento cooperativo recalzó su importancia actual y su poder de movilización plasmado en más de 500.000 firmas para derogar la Ley de Propiedad Horizontal.

M.P.



Fonte: *Jaque* Revista Semanal, ano 1, n 25, 1984, p. 6

O início dos anos 1990 significa para os países latino-americanos um período de aprofundamento das políticas neoliberais, de redução de programas e políticas sociais, de privatizações, de destruição das condições de trabalho e tantas outras consequências. Para os movimentos de luta por moradia, o período representa uma redução substancial das políticas e programas de promoção de habitação, especialmente aqueles que asseguram autonomia, autogestão, ajuda mútua e democratização do acesso à moradia. (SeLVip, n.d.)

Também em 1990 a FUCVAM comemora vinte anos de existência e, como parte da comemoração, a federação organiza um seminário-oficina e convida diversas

entidades, organizações e movimentos sociais de habitação. Na ocasião participam entidades do Brasil, do Paraguai e da Argentina. O encontro de representantes de diferentes movimentos de países da América do Sul tem como resultado a criação de uma rede latino-americana estruturada sob os eixos seguintes (SELVIP, n.d., p. 2, tradução nossa):

- a) enfrentamento ao neoliberalismo capitalista;
- b) construção de uma rede latino-americana de organizações de base de habitação popular;
- c) impulso à instalação de políticas de autogestão;
- d) incorporação de organizações com experiência concreta na produção social e material de habitação e equipamento comunitário, ou seja, organizações de bases sociais e materiais do habitat popular.

Dessa forma nasce a SelViP – Secretaria Latinoamericana de Vivienda Popular – em setembro de 1991, cuja criação é muito importante para a internacionalização e a socialização das experiências de produção habitacional através de cooperativismo, autogestão e ajuda mútua da América Latina. A SelViP é criada com o objetivo de promover a cooperação e o intercâmbio entre os países da América Latina no campo da habitação popular. A organização busca fomentar a troca de experiências, conhecimentos e boas práticas entre os governos, organizações da sociedade civil e demais atores envolvidos na promoção de moradias dignas e sustentáveis na região, que considerem não apenas o acesso à moradia, mas também questões como infraestrutura, serviços básicos, sustentabilidade ambiental e inclusão social.

Nesse sentido, considerada a análise de Huguenin (2021, p.9), a Secretaria cumpre um papel fundamental para o movimento de luta por moradia na América Latina por “estimular ações em diversos países, tais como Bolívia, Paraguai, Honduras, Guatemala, Nicaragua, El Salvador, Costa Rica e Peru.”

No Brasil, a produção de conjuntos habitacionais e a construção de um movimento de luta pela autogestão como modo de produção da habitação tem grande relação com as cooperativas de habitação uruguaias e esse intercâmbio entre os países acontece em diferentes momentos e de maneiras diferentes. Em 1981, ano em que tanto o Uruguai quanto o Brasil ainda atravessam ditaduras militares, o engenheiro Guilherme Coelho participa de um simpósio latino-americano no qual apresenta o trabalho de mais de uma década desenvolvido no Uruguai pelas cooperativas de habitação. No mesmo ano Guilherme visita as cooperativas uruguaias e dali em diante inicia-se um

processo de transformação dos movimentos de luta por moradia em São Paulo, que vai ser importante até os dias de hoje. (BARAVELLI, 2006; HUGUENIN, 2021).

Em São Paulo, a experiência cooperativa uruguaia percorre as favelas da cidade através do Super 8 gravado por Guilherme Coelho no Uruguai com imagens das cooperativas, que vê a oportunidade de levar para diferentes grupos sociais da cidade envolvidos com a questão da habitação. Importa saber que a partir dessa experiência de socialização do modelo uruguaio de autogestão em São Paulo o rumo da habitação e dos movimentos de luta por moradia da cidade é bastante impactado.

Em 1982, menos de um ano depois da exibição do filme para 600 famílias moradoras da Zona Norte de São Paulo é iniciado o processo de financiamento do assentamento Vila Nova Cachoeira, através do programa Promorar e em 1983 o contrato foi assinado. A construção do conjunto de Vila Nova Cachoeirinha tem um período até bem curto se comparado com outros conjuntos construídos através de autogestão no Brasil e, em 1985, é construída a última casa, através de um sistema muito semelhante ao das cooperativas uruguaias de ajuda mútua (BARAVELLI, 2006).

O caso de Vila Nova Cachoeirinha representa a experiência, com referência do “modelo” uruguaio, que precede diferentes programas municipais e nacionais de produção da habitação por autogestão. A importância do caso da Vila Nova Cachoeirinha está no pioneirismo e no enfrentamento de diferentes obstáculos que fazem dessa experiência a que talvez inaugure no Brasil esse modo de produção de habitação de maneira ampla. Segundo Bonduki (1992, p.36), “a articulação da Vila Maria [...] foi a que incorporou mais rápida e claramente a perspectiva autogestionária.”

Em 1989 Luiza Erundina torna-se prefeita de São Paulo para um governo de 4 anos, a primeira mulher prefeita e a primeira representando um partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT). Na Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, especificamente na Superintendência de Habitação Popular, gesta-se o Programa FUNACOM - Funaps¹⁷ Comunitário -, viabilizando a

¹⁷ O FUNAPS – Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Sub-Normal – era o fundo que funcionou como fonte de recursos para o FUNACOM, e sua denominação “Funaps Comunitário” denotava seu caráter inovador em relação à prática anterior de financiamento pelo fundo.

execução de um programa de governo para atender às reivindicações do movimento de luta por moradia de São Paulo, com forte representação da União dos Movimentos de Moradia. Segundo Leonardo Pessina, para a revista *Vivienda Popular*, o Funaps Comunitário:

[...] é um programa de financia [...] organizações como Agentes Promotores (executores) que, por sua vez, contratam equipes de técnicos interdisciplinares que atuam como agentes de Assessoria Técnica. O financiamento se destina ao pagamento da mão-de-obra (10%); materiais de construção (82%) e oficina e depósito de ferramentas (4%). [...] Os resultados obtidos são muito positivos, produzindo projetos diversificados e que respeitam o meio físico, desenhos urbanos adaptados à habitação de interesse social, casas [...] adaptadas às necessidades dos futuros habitantes [...] (PESSINA, 2001, p. 16)

A principal novidade do programa está ligada à forma de gestão que se propunha, no qual “a comunidade de 20 a 200 famílias organizadas em associação de construção por ajuda mútua juridicamente constituída, desenvolvia um projeto completo urbanístico e arquitetônico escolhendo assessoria técnica.” (NEGRELOS, 1998, p.171)

Após a redemocratização do Brasil, esses esforços se estenderam para a região do Rio Grande do Sul e Nordeste brasileiro, impulsionados pela União de Moradia Popular. Essa transferência de conhecimento e experiência demonstrou a viabilidade do modelo cooperativo autogerido. A cooperação internacional desempenhou um papel importante na consolidação e expansão dessas iniciativas. É interessante observar essa cooperação através das notícias de jornais do Uruguai reportando sobre as experiências e os programas de habitação autogerida no Brasil, como mostra a notícia abaixo:

Figura 9: Notícia em periódico da FUCVAM com a notícia: Em Ipatinga, Brasil. Autogestão: uma alternativa para a habitação



Fonte: Publicação Bimestral de FUCVAM, nº 5, 1992, p. 12. In: acervo Vecinet.

Posteriormente, no Paraguai, foi estabelecida uma aliança estratégica entre a FUCVAM, entidades cooperativas paraguaias e o CCS (Centro Cooperativo Sueco), que se repetiu em cada país subsequente. Organizações da sociedade civil foram responsáveis por articular a atuação de consultores técnicos e identificar grupos interessados em desenvolver experiências cooperativas habitacionais autogeridas. À medida que essas etapas preparatórias progrediam, resultando na criação de projetos-piloto, essas organizações também orientavam, com a assessoria da FUCVAM, os esforços para difundir o ideário junto à sociedade em geral e às instituições governamentais responsáveis pela habitação.

A experiência no Paraguai apresentou resultados encorajadores, como a construção de um bairro cooperativo que incluía projetos produtivos para garantir a sustentabilidade habitacional e a formação de novas cooperativas. Além disso, foram alcançados avanços na formulação de políticas habitacionais, resultando na promulgação de uma lei que reconhecia o direito à moradia e a figura do usuário como alternativa à propriedade. Esses sucessos motivaram a expansão do modelo para outros países, como a Bolívia, onde a academia desempenhou um papel importante

por meio da Universidade de San Simón, que ofereceu cursos de formação profissional em cooperativismo habitacional autogerido. (HUGUENIN, 2021).

Para Pessina (2008), a *Ley de Viviendas* de 1968, que regulamentou as cooperativas de habitação no Uruguai, serve de referência para diferentes políticas, programas e legislações de habitação em toda América Latina. Segundo o autor, além do Brasil e Paraguai, organizações da Argentina também se inspiram na forma cooperativa por ajuda mútua que os uruguaios trabalham. O MOI (*Movimiento de Ocupantes e Inquilinos*) e a FTV (*Federación de Tierras y Viviendas*) são duas entidades argentinas que organizam famílias pela demanda por moradia e que lutam por uma política de habitação com participação popular. (PESSINA, 2008).

O modelo foi posteriormente estendido para países da América Central, objetivando sua introdução nas nações com maiores índices de pobreza e desafios específicos, como instabilidade geográfica, altos índices de violência e impactos negativos da emigração. El Salvador, Honduras, Guatemala e Nicarágua adotaram o modelo, exigindo adaptações para incorporar aspectos rurais devido à considerável população rural nesses países. Além disso, por meio de acordos bilaterais entre a FUCVAM e organizações sociais e não governamentais, bem como encontros internacionais, foram iniciados processos de organização e formação em habitação cooperativa autogerida em outros países da região, como Argentina, Equador, Peru, Costa Rica, República Dominicana, Venezuela e Cuba. (PESSINA, 2008; HUGUENIN, 2021).

De modo que, em pouco mais de três décadas, desde o Super 8 gravado e propagado por Guilherme Coelho para comunidades e sujeitos envolvidos pela luta por moradia em São Paulo, passando pelos encontros e a criação da SeLViP, mais de uma dúzia de países tiveram contato e adaptaram o modelo de habitação cooperativa, autogerida, de ajuda mútua de acordo com suas necessidades sociais, econômicas e culturais, sem perder de vista a *práxis* cooperativa uruguaia, ora como referência, como como um modelo, dando continuidade às experiências surgidas timidamente no interior do país.

5 CONCLUSÕES

5 CONCLUSÕES

Dos Pioneiros de Rochdale às cooperativas de habitação uruguaias há distâncias para além do tempo, que refletem a maneira como o cooperativismo é visto, compreendido e praticado, com base no tempo e no espaço que cada um desses atores ocupa. Há também semelhanças que os aproximam, refletidas na crença em um sistema que defende, para além de tudo, a organização e união da classe trabalhadora como meio de atenuar os infortúnios produzidos pelo sistema capitalista.

Esta dissertação procurou avaliar o caminho percorrido pelos cooperativistas uruguaios que lutaram e lutam por melhores condições de moradia, descrevendo e analisando a construção de uma prática que é, antes de tudo, a defesa de um outro modo de acesso à habitação, mais democrático, horizontal e participativo. Neste sentido, buscou-se conhecer a trajetória desde as experiências iniciais que ocorreram no país até o início do século em curso, quando o cooperativismo uruguaio já havia atravessado as fronteiras nacionais e se tornado importante referência para diversos movimentos e organizações sociais voltados à questão da habitação, especialmente aquelas dos países vizinhos.

No Uruguai, as cooperativas de habitação por ajuda mútua ligadas à FUCVAM têm como pauta central a demanda por moradia de qualidade para a população com menores condições de acesso ao sistema habitacional privado do país. Estas cooperativas nasceram do encontro de diferentes sujeitos e ideias que, ao convergirem, deu origem a uma prática à maneira como conhecemos hoje, que está fundada nos princípios do cooperativismo internacional, na ajuda mútua, na solidariedade e na compreensão de que é indispensável a mediação com o Estado, que atravessa tanto questões legais, burocráticas e financeiras referentes ao funcionamento de uma entidade como essa, quanto à obrigatoriedade do Estado de mitigar o problema da habitação no país.

As cooperativas surgiram no Uruguai no século XIX e somente em meados do século XX surgiram as cooperativas de habitação. A prática cooperativa já fazia parte do horizonte de possibilidades da classe trabalhadora uruguaia e, o que é interessante ressaltar, é como essas experiências-piloto de cooperativismo voltadas para a habitação não acontecem em Montevideú, a capital e a cidade mais populosa do país,

como poderia ser esperado, e sim em cidades do interior, em Florida, Fray Bentos e Salto. Esse é um aspecto importante da história do cooperativismo no país, porque demonstra o quanto essas ideias foram disseminadas no país e como a população se apropriou do cooperativismo para melhorar as condições de vida em diferentes aspectos.

Nesse sentido, pode-se afirmar que é através da *práxis* política, da organização social de bases populares, do apoio de diversas instituições do país, da necessidade e importância de políticas públicas e marcos legais voltados à produção habitacional e, sobretudo, da consciência de promover a formação política continuada, a educação cooperativa entre adultos, jovens e crianças e o incentivo à organização da classe trabalhadora através da cooperação, da solidariedade e da ajuda mútua, que o cooperativismo de habitação por ajuda mútua torna-se um dos principais movimentos organizados na luta por moradia, além de se tornar referência para diversas instituições, para a elaboração de marcos legais e políticas públicas, em diferentes países, ultrapassando inclusive os limites do continente americano. Avançou, assim, da *práxis* ao modelo.

É importante salientar que a maneira que o cooperativismo voltado para a habitação é conduzido no Uruguai não é um movimento coeso e homogêneo, há outras formas de produzir e gerir a moradia da classe trabalhadora através do cooperativismo que não aquele defendido pela FUCVAM; há a defesa da propriedade horizontal e da cooperativa, a manutenção e continuidade do cooperativismo para outros âmbitos da vida social dos novos bairros, dentre outros aspectos defendidos pela federação. É esse modelo FUCVAM que atravessa as fronteiras do país, que se torna referência para os vizinhos e, posteriormente, para outros países.

Toda essa troca entre entidades, movimentos sociais, técnicos e militantes políticos foi possível por causa dos diferentes encontros, seminários e eventos internacionais voltados à temática da habitação, que possibilitaram que os uruguaios compartilhassem suas experiências, apresentando o seu modo de gestão desde a criação das cooperativas, passando por todas as etapas necessárias até a conclusão dos bairros e continuação do sistema através da criação de outras cooperativas pelos próprios moradores.

Os encontros de entidades promovidos pela FUCVAM são marcos dessa disseminação e a criação da SelViP – hoje conhecida como SelViHP (*Secretaria Latino-americana de la Vivienda y el Hábitat Popular*) – é resultante das articulações feitas especialmente entre Uruguai, Brasil, Argentina e Paraguai, no encontro promovido pela FUCVAM em comemoração aos seus 20 anos de existência. A Secretaria cumpre, ainda hoje, um importante papel de formação e articulação política entre países da América Latina na temática da habitação.

A última reflexão que esta dissertação propõe é sobre a ideia de que a prática cooperativa uruguaia para a produção de habitação por ajuda mútua implica na concepção de um modelo, como sendo um formato passível de ser replicado em outras realidades, e essa reflexão se dá de duas maneiras diferentes.

A primeira é através da análise de obras escritas por diversos pesquisadores, acadêmicos e militantes uruguaios que passam a usar em seus escritos a palavra “modelo” para definir a forma como a experiência uruguaia refletia no modo de produzir moradia em outros países. Benjamin Nahoum é um dos principais autores que usa o termo “modelo”. Em um de seus principais livros sobre o tema, Nahoum intitula a primeira parte de “*Las bases del modelo*” e o texto aponta todos os aspectos que o autor considera as chaves da eficácia e da sustentabilidade do modelo uruguaio de habitação por ajuda mútua. (NAHOUM, 2013).

A segunda maneira se dá através do estudo de experiências na Colômbia e na Nicarágua, levadas à cabo pela *We Effect*, organização criada para a promoção da prática cooperativa no mundo. Segundo a descrição no *site* da própria entidade, a *We Effect* promove, desde 2001, o modelo CVAM (*Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua*), a forma como é denominado. Para a organização, os principais pilares desse modelo são: a autogestão, a ajuda mútua, a propriedade coletiva e a assistência técnica. (WE EFFECT, 2023). Essas experiências demonstram como há uma tentativa de replicação de uma prática que é, antes de tudo, resultado do contexto social, político e econômico em que surge.

De maneira geral não se pretende, através deste texto, afirmar ou confrontar sobre a construção histórica do movimento cooperativista uruguaio de ajuda mútua para produção habitacional. Esta dissertação pretende ampliar as reflexões sobre outras

formas de democratizar o acesso à moradia de qualidade, fazendo uma análise crítica da experiência uruguaia. A partir dessa reflexão, surgem outros questionamentos, indicados aqui como possibilidades de continuidade da pesquisa: Como a questão da propriedade coletiva da terra é vista hoje pelos uruguaianos? Que outros meios de acesso à moradia estão sendo discutidos, tanto no Uruguai quanto em outros países da América Latina? Como conciliar a luta por moradia com outras lutas tão urgentes e atuais, como a emergência climática?

Por fim, essa dissertação é encerrada com as palavras de Nahoum:

De tudo isso, o que é replicável em outro contexto, em outra história, em outra cultura? Talvez o que reste seja bem pouco: alguma ideia, alguma sugestão, alguma experiência vivida. Talvez seja muito mais. Mas o que eu não duvidaria é que, em qualquer caso, é sempre melhor que as pessoas, mesmo tropeçando e se chocando contra a parede, sejam donas de seu próprio destino. (NAHOUM, 2008, p. 193)

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Aquí. Revista Semanario, ano 1, n. 42, 28 de febrero de 1984. Disponible em: Boletín Eletrónico Autogestión Vecinal.

Boletín n. 1 de FUCVAM. Plan Nacional de FUCVAM 1971-1972, Revista Social de la FUCVAM, Montevidéo, 1971. Disponible em: Boletín Eletrónico Autogestión Vecinal.

Boletín n. 2 de FUCVAM. Revista Social de la FUCVAM, Montevidéo, 1972. Disponible em: Boletín Eletrónico Autogestión Vecinal.

Boletín n. 5 de FUCVAM de 1972. Revista Social de la FUCVAM, Montevidéo, 1995. Disponible em: Boletín Eletrónico Autogestión Vecinal.

Boletín n. 6 de FUCVAM de 1972. Revista Social de la FUCVAM, Montevidéo, 1995. Disponible em: Boletín Eletrónico Autogestión Vecinal.

Convenio ACJ – FUCVAM, Curso de capacitación, setiembre de 1976. Disponible em: Boletín Eletrónico Autogestión Vecinal.

Convenio ACJ – FUCVAM. Montevidéo, Folleto de 1977. Disponible em: Boletín Eletrónico Autogestión Vecinal.

Convicción. Sección Hombre y sociedad. Año 1, n. 3, 20 de octubre de 1983. In: Archivo Sitios de Memoria Uruguaya.

Convicción. Sección Informe Especial. Año 2, n. 11, 1 de marzo de 1984. In: Archivo Sitios de Memoria Uruguaya.

Convicción. Sección Lo bueno, lo malo y lo feo. Año 1, n. 2, 6 de octubre de 1983. In: Archivo Sitios de Memoria Uruguaya.

Convicción. Sección Sindicatos y Trabajadores. Año 2, n. 10, 16 de febrero de 1984. In: Archivo Sitios de Memoria Uruguaya.

Cuadernos Cooperativos, n. 47, 1970, Revista Social de la FUCVAM, Montevidéo, 1995. Disponible em: Boletín Eletrónico Autogestión Vecinal.

Cuadernos Cooperativos, n. 57, 1972. In: Revista Social de la FUCVAM, Montevidéo, 1995. Disponible em: Boletín Eletrónico Autogestión Vecinal.

Cuadernos Cooperativos. Montevidéo, n. 54, outubro de 1972. In: Revista Social de la FUCVAM, Montevidéo, 1995. Disponible em: Boletín Eletrónico Autogestión Vecinal.

Desde Uruguay, n. 1, enero de 1982. Montevideo. Disponible em: Boletín Eletrónico Autogestión Vecinal.

Diario El día, 02 de julio de 1983, sección Suplemento La Semana. Arq. Elinor Wibmer. Disponible em: Boletín Eletrónico Autogestión Vecinal.

13ª Asamblea de FUCVAM. Resoluciones. FUCVAM, Montevideo, 1982. Disponible em: Boletín Eletrónico Autogestión Vecinal

El solidario. FUCVAM, n. 5, mayo de 1992, Montevideo. Disponible em: Boletín Eletrónico Autogestión Vecinal.

Exposición de la vivienda cooperativa, agosto de 1975, FUCVAM, Montevideo, 1975. Disponible em: Boletín Eletrónico Autogestión Vecinal

FUCVAM: 1970-1995. 25 años construyendo una ciudad mas solidaria. Revista social de la federación unificadora de cooperativas de vivienda por ayuda mutua. Montevideo, mayo de 1995. Disponible em: Boletín Eletrónico Autogestión Vecinal.

Jaque Revista Semanario, 11 de mayo de 1984, Año II, n. 22, Seção Información Nacional, Montevideo, Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional de Uruguay.

Jaque Revista Semanario, 16 de diciembre de 1983, Año I, n. 5, Montevideo. Disponible em: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional de Uruguay. Seção Información Nacional.

Jaque Revista Semanario, 6 de julio de 1984, Año II, n. 29, Montevideo, Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional de Uruguay.

Nuestra Voz, n. 32, 1984, p.8. Disponible em: Boletín Eletrónico Autogestión Vecinal.

Opción, Año 1, n. 36, 14 de septiembre de 1982. Convocatoria: comisión de ciudadano por el voto en blanco, Montevideo Disponible em: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional de Uruguay Seção Información Nacional.

Programa Vivienda. Plan de operaciones. Asociación Cristiana de Jovenes. Montevideo, 1975. Disponible em: Boletín Eletrónico Autogestión Vecinal

Revista Dinámica Cooperativa, n. 82, Montevideo, 1982. In: Revista Social de la FUCVAM, 1995. Disponible em: Boletín Eletrónico Autogestión Vecinal

Revista Dinámica Cooperativa, n. 90, 1983, centro cooperativista Uruguayo, Montevideo. Disponible em: Boletín Eletrónico Autogestión Vecinal.

1966-2016 Medio siglo de cooperativismo de vivienda. 50 años. Revista Dinámica Cooperativa, n. 126, ano XXIV, Montevideo, noviembre de 2016.

El comienzo. Revista Dinámica Cooperativa, n. 126, ano XXIV, Montevideo, noviembre de 2016.

Solicitud de firmas. Documento FUCVAM, Montevideo, 1984. Disponible em: Boletín Eletrónico Autogestión Vecinal.

Diga NO con su firma. Vecinet. Disponible em: Boletín Eletrónico Autogestión Vecinal.

BENJAMIN NAHOUM. Centro Cooperativista Uruguayo, 1984. Informes de la construcción. Vol. 36, n. 352, julio de 1984.

CEPAL, N. U. Cooperativismo latinoamericano: antecedentes y perspectivas. CEPAL, 1989.

Revista de la CEPAL, n. extraordinario, outubro de 1998, Santiago de Chile, 1998.

Constituição Pastoral: *Gaudium Et Spes*. Concílio Vaticano II, Roma, 1965.

Documento sobre la SeLViP. Secretaría Latinoamericana de la Vivienda. La via urbana. Disponível em: <www.selvip.org>. Acesso em 12 de setembro de 2022.

OIT, 45ª reunião CIT, 28 junio 1961, Genebra, 1961

NAHOUM, Benjamín. Las cooperativas de ayuda mutua uruguayas, de Isla Mala a FUCVAM. *Habitare*, Tema IV, 2002.

TERRA, Juan P. La vivienda. *Nuestra Tierra*, n.38. Montevideo, Uruguay, 1969.

Ley n.º 13728. Plan Nacional de Vivienda. *Diario Oficial*, Montevideo, 1969.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIMIR, Oscar. **La dimensión de la pobreza en América Latina**. Santiago: CEPAL, 1979.

AMES, J. W. Co-operative Housing in Sweden. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 26, n. 4, p. 253-268, 1955.

ARISTONDO, Graciela. La legislación de la vivienda popular en el Uruguay del siglo XX. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona: v. 194, n. 9, p. 29-40, 2005.

BARAVELLI, José Eduardo. **O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo**. Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha. São Paulo: Dissertação de Mestrado – FAU/USP, 2006.

BARENBOIM, Cintia Ariana e AGUDELO, María Fernanda. Evolución de las políticas habitacionales en Uruguay (período 1870-2000). **Cuadernos de Vivienda y Urbanismo**, v. 3, n. 6, 2010.

BARROS, José D'Assunção. Charles Fourier, os falanstérios e a crítica à civilização industrial. **RIPS**, ISSN 1577-239X. Vol. 15, núm. 2, p. 223-238, Santiago de Compostela, 2016.

BÉCQUER, Pedro Morón. **Las cooperativas de viviendas**: análisis desde la economía pública. 1989. Tese de Doutorado. Universidad Autónoma de Madrid.

BERG, Andrés; COLOMA, Benjamín. Cooperativas: Evidencia e Historia. **IdeaPais**, 2018. Disponível em:
<https://ideapais.cl/wpcontent/uploads/2022/08/Ideapais_cooperativas_evidencia_e_historia.pdf>. Acesso em 06 de outubro de 2022.

BERTULLO, Jorge et al. **El cooperativismo en Uruguay**. Documento de trabajo del Rectorado, n. 22, 2004.

BIRCHALL, Johnston. **The international co-operative movement**. Manchester University Press, 1997.

BLOCH, Ernst. **¿Despedida de la utopía?** Madrid: Antonio Machado Libros, 2018.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, FAPESP, 1998.

_____. **Habitação e Autogestão**. Construindo territórios de utopia. Rio de Janeiro: FASE, 1992.

CAÉ, Rachel da Silveira. **Escravidão e liberdade na construção do Estado Oriental do Uruguai: (1830-1860)**. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

CASTILLO, Alina del. Una exposición sobre las cooperativas de vivienda uruguayas. In: Castillo, Alina del y VALLÉS, Raúl (coord.). **Cooperativas de viviendas en Uruguay: medio siglo de experiencias** [en línea] 2a.ed. Montevideo: Udelar. FADU, 2015.

CAZÈRES, José Luis. Las cooperativas de ayuda mutua uruguayas: la base jurídica. In: NAHOUM, Benjamin. (comp.) **Las cooperativas de vivienda por ayuda mutua uruguayas: una historia de quince mil protagonistas**. Montevideú: Intendencia Municipal, 1999.

CECILIO, Miguel. El cooperativismo de viviendas, proceso de gestación. Cooperativas de vivienda en Uruguay. In: Castillo, Alina del y VALLÉS, Raúl (coord.). **Cooperativas de viviendas en Uruguay: medio siglo de experiencias** [en línea] 2a.ed. Montevideo: Udelar. FADU, 2015.

CECODHAS & ICA Housing. **Profiles of a Movement: Co-operative housing around the world**. Brussels: European Union, 2012.

CHAUÍ, Marilena. Notas sobre utopia. São Paulo: **Ciência e cultura**, v. 60, n. SPE1, p. 7-12, 2008.

COELHO, Teixeira. **O que é utopia?** 2ª edição. Coleção Primeiros Passos, Editora Brasiliense, São Paulo, 1981.

COLE, George Douglas Howard. **Century of co-operation 1844-1944**. George Allen and Unwin for the Cooperative Union Limited, Londres, 1944.

CONTI DE QUEIRUGA, Nydia. **La vivienda de interés social en el Uruguay: historia de los problemas de la arquitectura nacional**. Montevideú: Universidad de la República, 1986.

COQUE, Jorge Martínez. Las cooperativas en América Latina: visión histórica general y comentario de algunos países tipo. **CIRIEC-España, revista de economía pública, social y cooperativa**, n. 43, 2002.

COSTA, Luciano de Sousa. O cooperativismo: uma reflexão teórica. Cascavel: **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 6, n. 11, p. 55-64, 2007. Disponível em: < <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/1500/1218>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2021.

CUDECOOP. **Historia del cooperativismo nacional**. Montevideú:2023. Disponível em <<https://www.cudecoop.coop/cudecoop/las-cooperativas-en-uruguay/#section84>>. Acesso em 17 de março de 2023

DAMBRAUSKAS, Alicia. Una transferencia de conocimientos Sur-sur. El cooperativismo de vivienda por ayuda mutua en la región latinoamericana. In: **XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires**. Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009.

DOMEZI, Maria Cecilia. **O Concílio Vaticano II e os pobres**. Pia Sociedade de São Paulo-Editora Paulus, São Paulo, 2015.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 6. ed. São Paulo, Global Editora, [1880] 1984. 79 p. Tradução: Roberto Goldkorn.

_____. **Para a questão da habitação**. Lisboa: Edições Avante, [1872/1873] 1984.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, Zahar, [1972] 1981. 157 p.

FERRO, Sérgio. A produção da casa no Brasil. In: FERRO, Sérgio. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac & Naify, p. 61-101, 2006.

FLORES, Enrique Ortiz. **Producción social de la vivienda y el hábitat bases conceptuales y correlación con los procesos habitacionales**. Habitat International Coalition, 2012.

FONT, Guillermo. En la noche oscura, una llamita nunca apagada. **Vecinet**, 2018. Disponível em: <<http://www.chasque.net/vecinet/famplio08.htm#llamita>>. Acesso em: 20 de julho de 2023.

FUCVAM. **Declaración de principios**. Paysandú: FUCVAM, 1999.

GARCÍA, Eugenio Francisco. **El problema de la vivienda y el cooperativismo de vivienda**. 1966. Tese de Doutorado. Universidad de Buenos Aires. Facultad de Ciencias Económicas.

GARCÍA BOUZAS, Raquel. **La república solidaria**. Biblioteca Plural; Montevideú, 2011.

GARCIA, Liliana Ines; ROSA, Paula Cecilia; PEREZ SOTO, Ignacio. Inicios de la experiencia cooperativa en Argentina: una visión para construir una sociedad más equitativa y solidaria: El caso del Hogar Obrero. **Revista Idelcoop**, No 212, 2014.

GONZÁLEZ, Gustavo. **Una historia de FUCVAM**. Ediciones Trilce. Montevideú, 2013.

GONZÁLEZ, Luis Arias. Las "Casas Baratas" (1911-1937), primer gran ensayo de vivienda social en España. In: **100 años de historia de la intervención pública en la vivienda y la ciudad**. Asociación Española de Promotores Públicos de Vivienda y Suelo AVS, 2008. p. 25-41.

GORELIK, Adrián. A produção da "cidade latino-americana". **Revista Tempo social**, v. 17, n. 1, p. 111-133, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000100005>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2021.

GORENDER, Jacob. **Marxismo sem utopia**. 1ª edição. Editora Ática, São Paulo, 2000.

HALL, Michael M. e SPALDING JUNIOR, Hobart A. A Classe trabalhadora urbana e os primeiros movimentos trabalhistas na América Latina, 1880-1930. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina, vol. IV: De 1870 a 1930**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p. 283-330. Tradução: Geraldo Gerson de Souza.

HARNECKER, Camila Piñeiro e REYES, Jesús Cruzes. ¿Que és uma cooperativa? In: HARNECKER, Camila Piñeiro. (comp.) **Cooperativas y socialismo: una mirada desde Cuba**, p.31-54. Editorial Caminos, Havana, 2011.

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. **Teoría**, n. 5-6, p. ág. 150-162, 1975.

HERZER, Hilda e PÍREZ, Pedro. Municipio y participación popular en América Latina. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v. 29, n. 114, p. 187-205, 1989.

HOBBSAWM, Eric J. **História do marxismo: O marxismo no tempo de Marx**, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

HUGUENIN, João Paulo Oliveira. O cooperativismo habitacional latino-americano: uma ideia que circula. **Quid 16: Revista del Área de Estudios Urbanos**, p. 85-99, 2021.

JARAMILLO, Samuel. Reflexiones sobre la “informalidad” fundiaria como peculiaridad de los mercados del suelo en las ciudades de América Latina. **Rosário: Territorios**, n. 18-19, 2008.

KROPOTKIN, Piotr. **Ajuda mútua: um fator de evolução**. São Sebastião: A Senhora Editora, [1902] 2009.

LAZARINI, Kaya. **Luta por moradia e autogestão em Buenos Aires: da crise à construção popular do hábitat**. São Paulo: Dissertação de Mestrado – FAU/USP, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. DP&a Editora, Rio de Janeiro, 2001. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilema Jamur.

LELLO, Ricardo Caldeira de et al. **Reflexões sobre o conceito de tecnocracia em Platão**, Saint-Simon e Veblen. Trabalho de Conclusão de Curso, UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

LUJÁN, Samuel Ruiz. **Las cooperativas de vivienda**. Oficina Internacional del Trabajo. Genebra, 1964.

MAGRI, Altair Jesica. **De José Batlle y Ordóñez a José Mujica**. Ideas, debates y políticas de vivienda en Uruguay entre 1900 y 2012. Ediciones Universitarias, Montevideú, 2015.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, E. (org.) A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial, v. 2, p. 71-93, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. 1ª edição, 4ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MOREIRA, Carlos. **Problematizando la historia de Uruguay**: un análisis de las relaciones entre Estado, la política y sus protagonistas. Col. Grupos de trabajo, Luchas contrahegemónicas y cambios políticos recientes de América Latina, Buenos Aires, CLACSO, 2008.

MUTUBERRÍA LAZARINI, Valeria María Josefina; RODRIGUEZ, Maria Florencia. Las experiencias de la cooperativa El Hogar Obrero (Argentina) y la Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua (FUCVAM): Procesos con historia en miras al presente. **Revista Idelcoop**, nº 235. Buenos Aires, 2021.

NAHOUM, Benjamín. De la autoconstrucción a las cooperativas pioneras. *In* Las cooperativas de vivienda por ayuda mutua uruguayas: una historia con quince mil protagonistas, Sevilla - Montevideo, p. 23-31, 1999.

NAMORADO, Rui. **Cooperativismo**: um horizonte possível. Oficina do CES, v. 229. Coimbra, 2005.

NEGRELOS, Eulalia P. **Estado, planejamento e habitação no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980**: a forma urbana conjunto habitacional no quadro da crítica ao Movimento Moderno. São Carlos: IAU-USP, Tese de Livre Docência. 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.102.2019.tde-28052021-161455>

_____. **Remodelação de bairros populares em São Paulo e Madrid 1976-1992**. Projeto e participação popular. São Paulo: FAU-USP, Dissertação de Mestrado, 1998.

NUNES, Edison. Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos. São Paulo: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 17, p. 67-91, 1989.

PÁDUA, R. F. O habitar como horizonte utópico. *Geousp – Espaço e Tempo* (Online), v. 23, n. 3, p. 478-493, 2019, ISSN 2179-0892.

PEISO, Avelino Fernández. Notas características del marco legal del ambiente cooperativo cubano. *In*: HARNECKER, Camila Piñeiro. (comp.) **Cooperativas y socialismo**: una mirada desde Cuba, p.31-54. Editorial Caminos, Havana, 2011.

PESSINA, Leonardo. Una mirada desde la región. Referencia para América Latina. **Revista Vivienda Popular**, No 17, pp.20-33, 2008.

_____. Democracia, gobierno popular y ayuda mutua: la autogestión en los programas habitacionales de la municipalidad de San Pablo, 1989-1992. **Revista Vivienda popular**, (9): 13-18, 2001.

PINHO, Diva Benevides. **Doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**: suas modificações e sua utilidade. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1966.

PINTO, Florentino Carvalho. Uma história do cooperativismo sob a perspectiva utópica. **Revista de Administração e Contabilidade da FAT**, v. 1, n. 1, p. 65-79, 2017.

PLOTINSKY, DANIEL. Orígenes y consolidación del cooperativismo en la Argentina. **Revista Idelcoop**, N° 215. Instituto de la Cooperación, Fundación de educación, investigación y asistencia técnica. IDELCOOP, 2015.

PRADILLA, Emilio C.. **Capital, estado y vivienda en América Latina**. Cidade do México: Ed. Fontana, 1987.

_____. El Mito Neoliberal de la "informalidad" **Urbana**. In JL Coraggio, **Más allá de la informalidad**, Ed. Ciudad, Quito, 1995.

PRADO, Maria Lígia Coelho; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. 2ª ed. Contexto, São Paulo, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 9-31, 2005. Tradução de Gênese Andrade.

RADRIGÁN, MARIO; TOLEDO, PEDRO DEL CAMPO. **El sector cooperativo chileno**: Tradición, experiencias y proyecciones. CONFECOOP, 1998.

RAMA, Carlos M. e CAPELLETTI, Angel J. **El anarquismo em América Latina**. Biblioteca Ayacucho, 1990.

RECH, Daniel. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Fase, São Paulo, 1995.

SØRVOLL, Jardar; BENGTTSSON, Bo. The Pyrrhic victory of civil society housing? Co-operative housing in Sweden and Norway. **International Journal of Housing Policy**, v. 18, n. 1, p. 124-142, 2018.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. A população da América Latina, 1850-1930. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**, vol. IV: De 1870 a 1930. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p. 283-330. Tradução: Geraldo Gerson de Souza.

SÁNCHEZ-RAMÍREZ, Manuel. **La cooperativa**: un modelo alternativo en la producción de vivienda social. Tlaquepaque, Dissertação de Mestrado, Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente da Universidad Jesuita en Guadalajara, 2007.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Editora Vozes, São Paulo, 1998.

SOLANAS, Marta Domínguez. **Las cooperativas de vivienda uruguayas como sistema de producción social del hábitat y autogestión de barrios**: del sueño de la casa apropiada a la utopía de la ciudad apropiable. Tese de Doutorado. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide, 2016.

TATJER, Mercedes. La vivienda obrera en España de los siglos XIX y XX: de la promoción privada a la promoción pública (1853-1975). **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, 2005.

TERRA, Juan Pablo. **Proceso y significado del cooperativismo uruguayo**. Documento de Proyecto, Santiago de Chile, agosto de 1986, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Edición de cepal y Arca Editorial, Montevideo, 1986.

TURNER, John, **Housing by People**. Towards autonomy in building environments. London: Marion Boyards, 1976.

URUGUAY. Lei Nº 18.407, de 24 de outubro de 2008. **Lei de Cooperativas**. Regulação, constituição, organização e funcionamento. Montevideu: 2008

VEIGA, Sandra Mayrink e FONSECA, Isaque. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. São Paulo, Fase, 1999.

WALTER, Nicolas; CARRAPATO, Júlio. **Do anarquismo**. Livraria, Sc 1981., 1981.

ZWICK, Elisa. Os utópicos como pioneiros da concepção cooperativista. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 16, n. 186, p. 17-28, Maringá, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/34085>> Acesso em 03 de março de 2022.